



Número: **0037119-31.2018.8.17.2001**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **Seção B da 2ª Vara Cível da Capital**

Última distribuição : **30/07/2018**

Valor da causa: **R\$ 7.762,50**

Assuntos: **Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes	Procurador/Terceiro vinculado
EMANOELLE GRACIANO DOS SANTOS (AUTOR)	ANA CRISTINA ALEIXO PEREIRA SANTOS (ADVOGADO)
MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A (RÉU)	RAFAELLA BARBOSA PESSOA DE MELO (ADVOGADO)
SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA (RÉU)	RAFAELLA BARBOSA PESSOA DE MELO (ADVOGADO)
RODRIGO CASTRO DE MEDEIROS (PERITO)	

Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
33838443	30/07/2018 17:32	Petição Inicial	Petição Inicial
33838501	30/07/2018 17:32	1_pdfsam_DOC EMANUELE30072018	Documento de Comprovação
33838510	30/07/2018 17:32	9_pdfsam_DOC EMANUELE30072018	Documento de Comprovação
33838515	30/07/2018 17:32	16_pdfsam_DOC EMANUELE30072018	Documento de Comprovação
33838522	30/07/2018 17:32	23_pdfsam_DOC EMANUELE30072018	Documento de Comprovação
33838532	30/07/2018 17:32	29_pdfsam_DOC EMANUELE30072018	Documento de Comprovação
40121721	18/01/2019 15:44	Despacho	Despacho
40321183	23/01/2019 16:11	HABILITAÇÃO PERITO E INCLUSÃO RÉU	Certidão
40322218	23/01/2019 16:21	Intimação do Perito	Certidão
40323358	23/01/2019 16:32	Intimação	Intimação
40323359	23/01/2019 16:32	Citação	Citação
40323361	23/01/2019 16:32	Citação	Citação
40392813	25/01/2019 08:13	Intimação	Intimação
41000103	08/02/2019 16:21	Certidão	Certidão
41000136	08/02/2019 16:21	AR CIT E INT/ MAPFRE VERA CRUZ 2B	Aviso de recebimento (AR)
41141405	12/02/2019 18:02	Despacho	Despacho
41268897	14/02/2019 14:17	Intimação	Intimação
41268898	14/02/2019 14:17	Intimação	Intimação

41555 478	20/02/2019 13:56	Contestação	Contestação
41555 517	20/02/2019 13:56	2564840_CONTESTACAO_01	Petição em PDF
41554 115	21/02/2019 17:50	Carta precatória	Carta precatória
41856 467	26/02/2019 13:59	Distribuição da Carta Precatória	Certidão
41856 490	26/02/2019 13:59	Comprovante	Documento de Comprovação
42102 685	07/03/2019 17:25	Certidão	Certidão
42102 739	07/03/2019 17:25	CITAÇÃO/INTIMAÇÃO - SEGURADORA LIDER 2B	Aviso de recebimento (AR)
42399 405	14/03/2019 13:18	Outros (Documento)	Outros (Documento)
42399 429	14/03/2019 13:18	MAPFRE DOCUMENTAÇÃO ATUAL 1	Outros (Documento)
42737 471	21/03/2019 13:53	Certidão	Certidão
42737 496	21/03/2019 13:53	AR INT/ MAPFRE VERA CRUZ 2B	Aviso de recebimento (AR)
43014 751	27/03/2019 12:59	HABILITAÇÃO ADVOGADO	Certidão
43324 680	03/04/2019 09:21	Outros (Documento)	Outros (Documento)
43324 700	03/04/2019 09:21	carta_preposto_dpvat	Carta de Preposição
43324 703	03/04/2019 09:21	substabelecimento_dpvat	Substabelecimento
43453 005	05/04/2019 10:49	Certidão	Certidão
43453 037	05/04/2019 10:49	37119-31.2018 SEGURADORA LIDER 2B	Aviso de recebimento (AR)
43562 515	08/04/2019 18:26	Termo de Audiência	Termo de Audiência
43562 529	08/04/2019 18:26	Aud - Emanuelle Graciano dos Santos_37119-31.2018	Ata da Audiência
43673 341	10/04/2019 15:12	Ausência Depósito Honorários	Certidão
43684 479	10/04/2019 17:02	Certidão	Certidão
43684 592	10/04/2019 17:02	MALOTE DIGITAL - DEV. CP. 0000147-67.2019.8.17.2570	Devolução de Carta Precatória
44414 335	29/04/2019 15:26	Petição	Petição
44414 496	29/04/2019 15:26	ANEXO 2	Outros (Documento)
44414 505	29/04/2019 15:26	ANEXO 1	Outros (Documento)
44414 518	29/04/2019 15:26	2564840_JUNTADA_DE_HONORARIOS_PERICIAIS_JUR_01	Petição em PDF
46032 572	31/05/2019 16:59	Sentença	Sentença
46476 605	10/06/2019 19:00	Intimação	Intimação
44414 589	17/06/2019 13:07	Petição	Petição
46774 051	17/06/2019 13:07	ANEXO 2	Outros (Documento)
46774 052	17/06/2019 13:07	ANEXO 1	Outros (Documento)
46774 054	17/06/2019 13:07	2564840_ELABORAR JUNTADA DE DOCS_01.PDF	Petição em PDF
47969 932	18/07/2019 09:53	Petição	Petição
47969 933	18/07/2019 09:53	ANEXO 3	Outros (Documento)

47969 934	18/07/2019 09:53	ANEXO 2	Outros (Documento)
47969 935	18/07/2019 09:53	ANEXO 1	Outros (Documento)
47969 936	18/07/2019 09:53	2564840_PETICAO_JUNTADA_RECIBO_DE_PAGAMENTO	Petição em PDF
48244 356	24/07/2019 11:38	Intimação	Intimação
48273 704	24/07/2019 20:33	Liberação de Alvará	Liberação de Alvará
48389 082	29/07/2019 17:39	Decisão	Decisão
49148 985	12/08/2019 18:06	Intimação	Intimação
49149 001	12/08/2019 18:21	Depósito Honorários Excedente	Certidão
49150 641	12/08/2019 18:54	Certidão ID 49149001 Sem Efeito - Ausência de Complementação	Certidão
49149 020	15/08/2019 18:05	Alvará	Alvará
49502 799	19/08/2019 17:10	Intimação	Intimação
49502 807	19/08/2019 17:11	Conclusão	Certidão
50083 379	30/08/2019 16:34	Decisão	Decisão
50086 086	30/08/2019 16:34	Outros (Documento)	Outros (Documento)
50254 163	03/09/2019 17:05	Intimação	Intimação
51430 630	26/09/2019 09:04	Petição	Petição
51433 286	26/09/2019 09:04	2564840_PETICAO_DESBLOQUEIO	Petição em PDF
52271 285	11/10/2019 17:59	Despacho	Despacho
52271 289	11/10/2019 17:59	Outros (Documento)	Outros (Documento)
52529 962	17/10/2019 13:57	Intimação	Intimação
52532 346	22/10/2019 09:39	Alvará	Alvará
53095 748	29/10/2019 15:23	Petição	Petição
53095 753	29/10/2019 15:23	2564840_PETICAO_SIMPLES	Petição em PDF
53173 405	30/10/2019 15:56	Intimação	Intimação
56923 678	27/01/2020 17:57	Despacho	Despacho
57322 342	03/02/2020 15:04	Intimação	Intimação

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA __ VARA CÍVEL DA COMARCA DA CAPITAL – PERNAMBUCO.

EMANUELLE GRACIANO DOS SANTOS, brasileiro, Solteiro, Consultor financeiro, inscrito no CPF/MF sob o nº 073.378.714-22 e no RG sob o nº 7175324 SDP/PE, domiciliado a Rua 24 de maio, nº 192, Santo Antonio, Escada, -PE, CEP:55500-000, por sua procuradora e advogada, com endereço eletrônico no e-mail: anasantosadv1@gmail.com, e endereço profissional à rua Teotônio Freire, nº 774, Cordeiro, Recife -PE, CEP: 50711-290, constituídos nos termos do instrumento procuratório (doc. em anexo), onde recebe intimações, vem a presença de Vossa Excelência, com fulcro no art. 5º, inciso XXXIV da Constituição Federal, c/c o art. 186 do Código Civil Brasileiro, ajuizar a presente

AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO – DPVAT (DIFERENÇA)

, em face **MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A**, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob o nº 61.074.175/0001-38, sediada na Avenida Governador Agamenon Magalhães, 3855, Boa Vista Recife - PE, 50070-160 e **SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGURO DPVAT**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 09.248.608/0001-04, situada na Rua Senador Dantas, 74, 5º andar, Centro, Rio de Janeiro-RJ, CEP: 20.031-205, onde deverá ser citada, pelos motivos de fato e de direito, que a seguir expõe:

PRELIMINARMENTE:

Do Benefício da Gratuidade Processual

Inicialmente, requer a concessão dos benefícios da justiça gratuita de acordo com a Lei 1.060/50 e suas posteriores alterações, pois a parte AUTORA não possui condições de arcar com as custas processuais e demais despesas inerentes ao presente processo, bem como os honorários de advogado, dentre outros, uma vez que se assim o fizesse comprometeria sua renda.

**DO NÃO INTERESSE DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO E MEDIAÇÃO. ART. 319. VII CPC.
– PEDIDO DE NOMEAÇÃO DE PERITO – CONVÊNIO 05/2015 TJPE.**



Atendendo aos requisitos do NCPC em seu artigo 319, venho manifestar a vossa excelência que NAO tem interesse de conciliar a presente demanda, antes da avaliação da parte autora através de laudo técnico, a ser realizado por perito médico nomeado pelo TJPE, conforme **CONVÊNIO 05/2015 TJPE**.

Diante do exposto, visando maior celeridade processual, pugna para que seja nomeado perito judicial para graduação da debilidade permanente da parte autora, visto que existe convênio firmado junto as seguradoras, disposto no ato da presidência 05/2015, onde consta o valor previamente estabelecido de R\$ 200,00 para cada perícia realizada.

DOS FATOS E FUNDAMENTOS:

O promovente é vítima de acidente de trânsito ocorrido, em **26/09/2018**, tudo conforme se depreendem da cópia do Registro de Ocorrência Policial anexada a peça inicial e documentos do Hospital.

Por ocasião do acidente, o autor sofreu várias lesões (politrauma) que o deixou com DEBILIDADE PERMANENTE no MSE , devido a fratura no úmero , sendo submetido a procedimento cirúrgico, para colocação de parafusos e placa,conforme consta do Laudo Médico anexo, o que o torna beneficiário do seguro denominado (DPVAT).

Nos meses subsequentes ao acidente iniciou-se o enorme sofrimento da parte autora, sempre com a esperança de recuperar-se daquela sequela, haja vista o fato de que, para uma pessoa até então saudável, ter de permanecer com restrição na mobilidade e normalidade.

Ressalta-se que foi requerido administrativamente a liberação da integralidade do valor da indenização do Seguro DPVAT por invalidez Permanente, sendo pago apenas o valor de R\$ 1.687,50 (mil seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos) pelo acidente sofrido.

Assim, não restou alternativa à demandante, senão pleitear a justa indenização a ela devida, no que tange ao seguro obrigatório DPVAT, em razão da invalidez permanente que ora lhe acobertara, em total consonância à Lei nº. 1.482/2007.

Munida da documentação necessária, vem pleitear da empresa promovida, por ser integrante do consórcio de seguradoras que operam o seguro DPVAT, o pagamento da complementação da indenização acima referida até o valor de **R\$ 9450,00.**

Desta forma, recorre o Promovente ao Poder judiciário, para receber a quantia que tem direito a indenização securitária de DPVAT, por ser de inteira e merecida justiça.

DO DIREITO:

DA LEGITIMIDADE ATIVA AD CAUSAM:



O seguro de danos pessoais causados por veículos automotores de vias terrestres – DPVAT, conhecido popularmente como SEGURO OBRIGATÓRIO, tem a finalidade de socorrer as vítimas de acidentes de trânsito em todo território nacional, não importando de quem seja a culpa.

No caso em comento, é direito do promovente perceber uma indenização por danos pessoais, ante a sua debilidade permanente decorrente de acidente automobilístico.

Vale a pena destacar, que a legitimidade ativa da autora na presente demanda é cristalina. Neste sentido, dúvidas não há, ante a dicção legal do art. 4º da Lei nº 6.194/74, in verbis:

“A indenização no caso de morte será paga, na constância do casamento, ao cônjuge sobrevivente; na sua falta, aos herdeiros legais. Nos demais casos, o pagamento será feito diretamente à vítima na forma que dispuser o Conselho Nacional de Seguros Privados”.
(GRIFO NOSSO)

DA LEGITIMIDADE PASSIVA AD CAUSAM:

O art. 7º da Lei 6.194/74, por seu turno, determina que, em se tratando do seguro denominado DPVAT, pelo fato de existir um consórcio, obrigatoriamente, constituído por todas as seguradoras que realizam operações referentes a seguro, qualquer seguradora conveniada ao referido consórcio será parte legítima para figurar no pólo passivo da demanda que vise o recebimento de indenização relativa ao seguro obrigatório.

A própria lei, assim como a doutrina e jurisprudência dominantes entendem que qualquer seguradora que faça parte do complexo da FENASEG constitui-se em parte legítima para pagamento do seguro obrigatório, dentre elas a **MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A**.

Neste diapasão, alinha-se adiante o seguinte julgado, in litteris:

“APELAÇÃO CÍVEL – COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT) – LEGITIMIDADE – SEGURADORA – Qualquer seguradora autorizada a operar com o DPVAT é parte legítima para responder ação que vise o recebimento de seguro obrigatório de veículo, porquanto a lei faculta ao beneficiário acionar aquela que melhor lhe aprouver, conforme Resolução 6/86, do Conselho Nacional de Seguros Privados”. (TAMG – AP 0350628-9 – Uberlândia – 1ª C. Cív. – Rel. Juiz Sílas Vieira – J. 18.12.2001) (destaque nosso)

Quanto à legitimidade passiva, mostra-se incontroversa qualquer sombra de dúvida, de sorte que qualquer seguradora que atue no complexo da FENASEG, poderá compor o polo passivo da demanda, como instituição obrigada a compor e efetuar o pagamento do seguro obrigatório em questão.

DA DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA PARA O RECEBIMENTO DA INDENIZAÇÃO:

Anota o art. 5º e art. 7º, ambos da Lei nº 6.194/74 que o pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, bem como reforçado pela Súmula 257 do STJ, Vejamos:



“O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado”. (grifo nosso)

“A indenização por pessoa vitimada por veículo não identificado, com seguradora não identificada, seguro não realizado ou vencido, será paga nos mesmos valores, condições e prazos dos demais casos por um consórcio constituído, obrigatoriamente, por todas as sociedades seguradoras que operem no seguro objeto desta lei”. (destaque nosso).

“STJ. SÚMULA 257: A falta de pagamento do prêmio do seguro obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres (DPVAT) não é motivo para a recusa do pagamento da indenização”.

Assim, não há que se fazer qualquer prova relativa ao pagamento do prêmio do seguro obrigatório, bastando, apenas, a prova da existência do fato e suas consequências danosas.

É incontestável, portanto, a concepção atual da doutrina e jurisprudência no sentido de não somente exigir a prova do fato e suas consequências danosas, nada mais sendo necessário, inclusive o pagamento do prêmio.

DA DESNECESSIDADE DE PRÉVIO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO:

A Lei n. 6.194/74, que instituiu o Seguro Obrigatório, alterada pela Lei n. 8.441/92, em seu conteúdo normativo não estabelece a necessidade de esgotamento da esfera administrativa, a fim de pleitear o recebimento do seguro, assim como não exige a negativa por parte das seguradoras que integram o sistema para tal fim. Tal assertiva é confirmada, uma vez que esses comandos legais já foram devidamente recepcionados pela norma constitucional vigente, estando em harmonia com os direitos e garantias fundamentais, tais como os princípios da legalidade, inafastabilidade e indeclinabilidade da prestação jurisdicional.

DA FACULDADE DO AUTOR PARA O FORO COMPETENTE EM AJUIZAR A PRESENTE DEMANDA:

De acordo com a recente decisão do E. STJ no Recurso Especial nº REsp 1357813 / RJ (2012/0262596-6), a parte Autora tem a faculdade de propor ação no foro do seu próprio domicílio, no foro do local do acidente ou, ainda, **no foro do domicílio do réu**. Assim, vejamos a sua redação:

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 543-C DO CPC. AÇÃO DE COBRANÇA. ACIDENTE DE VEÍCULOS. SEGURO OBRIGATÓRIO DE DANOS PESSOAIS CAUSADOS POR VEÍCULOS AUTOMOTORES DE VIAS TERRESTRES - DPVAT. DEMANDA DE NATUREZA PESSOAL. FACULDADE DO AUTOR NA ESCOLHA DO FORO PARA AJUIZAMENTO DA AÇÃO. FORO DO DOMICÍLIO DO RÉU. ART. 94, CAPUT, DO CPC. LOCAL DO ACIDENTE OU DE SEU DOMICÍLIO. ART. 100, PARÁGRAFO ÚNICO, DO CPC.

1. Para fins do art. 543-C do CPC: Em ação de cobrança objetivando indenização decorrente de Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres - DPVAT, **constitui faculdade do autor escolher entre os seguintes foros para ajuizamento da ação: o do local do acidente ou o do seu domicílio** (parágrafo único do art. 100 do Código de Processo Civil); bem como, ainda, o do domicílio do réu (art. 94 do mesmo Diploma). 2. No caso concreto, recurso especial provido. (REsp 1357813/RJ, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 11/09/2013, DJe 24/09/2013) **(grifo nosso)**.



Portanto, o foro de domicílio do réu é plenamente competente para apreciar e julgar o feito nas ações relativas de cobrança de seguro Dpvat.

DA NOMEAÇÃO DO PERITO JUDICIAL – INSTRUÇÃO NORMATIVA 5/2015A

Requer a nomeação do perito judicial, em virtude da instrução normativa 5/2015, que firma o convenio do TJPE junto a seguradora ré com a finalidade de percentualizar a debilidade da parte autora, de acordo com a tabela anexa a lei, uma vez que os órgãos responsáveis por perícias acidentárias públicos (IML) não possuem estrutura suficiente para atender ao pleito

DOS PEDIDOS:

1 **Seja deferida a preliminar, visto não ter interesse na audiência de conciliação,** com base do art. 319, inciso VII; visto que a parte demandada não apresenta proposta para acordo, sem antes a perícia judicial;;

2. A citação da promovida por carta Citatória, de acordo com o disposto no art. 246 do NCPC, para querendo contestar a presente ação, no prazo legal, sob pena de revelia.

3. Os benefícios da Justiça Gratuita, por ser a parte Autora pobre na forma da Lei, não tendo condições de arcar com as despesas Processuais, sem prejuízo do sustento próprio e de seus familiares.

4. Requer que seja nomeado perito judicial para realização de perícia, com o fim de graduar a debilidade da parte autora, de acordo com a instrução normativa de n. 5/2015, que firma convênio para realização de perícias para estes fins,.

5. Caso seja outro o entendimento de V. Excelência que seja condenada a Promovida ao pagamento da complementação da indenização até o valor de **R\$ 7762,50** (sete mil setecentos e sessenta e dois reais,e cinquenta centavos) devidamente atualizado com juros de 1% a.m. contados desde a data do acidente, conforme Súmula 54 do STJ e atualizados à data da efetiva liquidação, com respaldo na Lei 6.194/74.

6. Protesta por todos os meios de provas em direito admissíveis;

7. Seja a demandada condenada em honorários advocatícios em valor equitativo ou 20% do valor da condenação, mais custas processuais e demais emolumentos.

Dar-se-á a causa o valor de R\$ **R\$ 7762,50** (sete mil setecentos e sessenta e dois reais,e cinquenta centavos , para efeitos meramente fiscais.

Pede e espera deferimento

Recife, 30 de Junho de 2018.

Ana Cristina Aleixo Pereira Santos

OAB-PE: 28.697





PROCURAÇÃO

OUTORGANTE: EMANUELE GRACIANO DOS SANTOS
brasileiro(a), estado civil SOLTEIRA, regularmente inscrito no CPF/MF sob o
nº 073.378.719-22 e portador da cédula de identidade
nº 7.175.329, residente e domiciliado(a) na
RUA - 24 DE MAIO
nº 1924 bairro de Santo Antonio
CEP 55500-000 na cidade de
ESCALADA PE

OUTORGADA: ANA CRISTINA ALEIXO PEREIRA SANTOS, brasileira, solteira,
advogada, inscrita na OAB/PE 28.697 D, ambas com escritório profissional à Rua
Helena de Lemos, nº 330, Empresarial da Ilha, sala 104, Ilha do Retiro, Recife-PE.
CEP: 50750-630 E-mail: anasantosadv1@gmail.com. onde recebe intimações e/ou
notificações judiciais.

PODERES: Para promover defesa dos meus interesses judiciais, concedendo-lhes
poderes incluídos nas cláusulas "Ad Juditia" e "Ad Juditia Et Extra" (Art. 70 parágrafo 3º
e 4º da Lei nº 4215, de 27/04/63), em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, em todas
as fases do processo, podendo propor ação em Justiça Comum, desistir de ações,
renunciar, interpor recursos, transigir, receber e dar quitação, retirar Alvará judicial de
pagamento em nome do autor, do cartório judicial ou gabinetes em afins, firmar
compromissos, usar de todos os recursos legais, por mais especiais que sejam,
mesmo extraordinários, promover justificações, inquirir e contestar testemunhas,
inclusive receber a citação inicial, confessar, reconhecer a procedência do
pedido, representar em audiência, usando em suma, de todos os poderes permitidos
em Direito, para que a sua defesa seja a mais ampla e cabal, inclusive substabelecer
em Advogado de sua confiança, e quando lhe convier, com, ou sem reservas de
poderes.

JUSTIÇA GRATUITA: Desejando obter os benefícios da "Justiça Gratuita", declara,
sob as penas da lei, que não possui recursos suficientes para custear qualquer
demanda, sem prejuízo do sustento próprio e da família, pelo que, nos termos da Lei
nº 1.060 de 05 de fevereiro de 1950, faz jus aos benefícios da gratuidade da Justiça.

CLÁUSULA DE ONEROSIDADE E DE RETENÇÃO JUDICIAL: Pelo exercício do
mandato, compromete-se o outorgante a pagar ao advogado-outorgado, a título de
honorários advocatícios, o valor correspondente a 30% (trinta por cento) de todo e
qualquer valor econômico-financeiro que constitua acréscimo ao patrimônio jurídico da
parte, obtido com o êxito da causa, na esfera administrativa ou judicial. Para tanto,
desde já, autoriza a retenção judicial dos honorários ora pactuados. Compromete-se,
ainda, a cumprir, além do presente cláusula de onerosidade do mandato, as demais
disposições complementares contidas no contrato de honorários advocatícios
celebrado em instrumento próprio.

Recife, 12 de JULHO de 2018

EMANUELE GRACIANO DOS SANTOS
Outorgante



DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE

Eu EMANUELE GRACIANO DOS SANTOS

RG 7.175.324 CPF 073.378.74-22

Residente na RUA 24 DE MARÇO, Bairro STO ANTONIO

Cidade ESCARA Estado de PERNAMBUCO

Declaro para os devidos fins e efeitos que fui vítima de acidente de trânsito, e, portanto, apresento-me como beneficiário do seguro obrigatório DPVAT, para requerer a indenização a que tenho direito.

Outrossim Declaro pelo presente que estou ciente das implicações legais decorrentes da não veracidade nas informações aqui prestadas, sendo, portanto, verdadeiro o que declaro e assino neste documento.

Recife, 18 de JULHO de 2018

EMANUELE GRACIANO DOS SANTOS

Assinatura do Declarante



DECLARAÇÃO DE POBREZA

EU, EMANUELE GRACIANO DOS SANTOS,

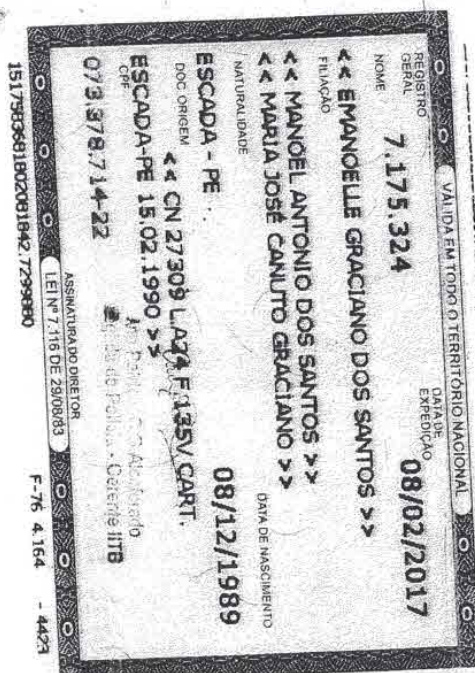
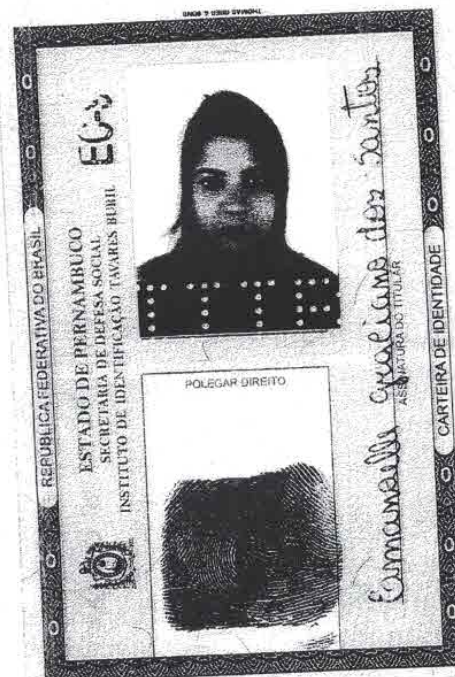
brasileiro(a), estado civil SOLTEIRA,
profissão CONSULTOR FINANCEIRO inscrito no CPF/MF sob o
nº 073.378.714-22, e portador da cédula de
identidade nº 7.175.324, residente e
domiciliado(a) RUA 24 DE MAIO
nº 199 A, bairro SANTO ANTONIO,
CEP 55500-000 na cidade de
ESCANHA / PE

Declaro sob as penas da lei, para os fins de concessão da Justiça Gratuita, que não tenho condições de arcar com as custas e despesas processuais, sem sacrifício do meu sustento de minha família, de acordo com os termos da Lei nº 1.060/1950.

Recife, 18 de JULHO de 2018

NOME: EMANUELE GRACIANO DOS SANTOS







Tarifa Social de Energia Elétrica: Criada pela Lei 10.438, de 26/04/02
NOTA FISCAL FATURA CONTA DE ENERGIA ELÉTRICA
Companhia Energética de Pernambuco
Av. João de Barros, 111, Boa Vista, Recife, Pernambuco - CEP 50050-902
CNPJ 10.835.932/0001-08 | Ins. Est. 0005943-93 | www.celpe.com.br

DADOS DO CLIENTE
EMANUELE GRACIANO DOS SANTOS

ENDEREÇO DA UNIDADE CONSUMIDORA
RUA 24 DE MAIO 192 --A

CPF 073 378 714-22

STO ANTONIO ESCADA
ESCADA PE
55500-000

CLASSIFICAÇÃO
B1 RESIDENCIAL
RESIDENCIAL
Monofásico

CONTA CONTRATO MÊS/ANO
7025795347 09/2017
DATA DE VENCIMENTO DATA PREVISTA PROXIMA LEITURA
20/09/2017 13/10/2017
TOTAL A PAGAR (R\$) 63,95

Nº DA NOTA FISCAL SÉRIE EMISSÃO
001368974 ÚNICA 13/08/2017
APRESENTAÇÃO Nº DO CLIENTE Nº DA INSTALAÇÃO
13/09/2017 2015672083 8448146

DESCRIÇÃO DA NOTA FISCAL	QUANTIDADE	PREÇO (R\$)	VALOR (R\$)
Consumo Ativo(kWh)	84,0000000	0,87315022	58,54
Acrescimo Bandeira AMARELA			1,00
Acrescimo Bandeira VERMELHA			1,98
Contribuição Iluminação Pública			2,70
Multa por atraso - NF 001327915 - 14/08/17			1,26
Juros por atraso - NF 001327915 - 14/08/17			0,44
Atualização IGPM - NF 001327915 - 14/08/17			0,03

TOTAL DA FATURA

63,95

DEMONSTRATIVO DE CONSUMO DESTA NOTA FISCAL									
Nº DO MEDIDOR	TIPO DA FUNÇÃO	ANTERIOR DATA	LEITURA	ATUAL DATA	LEITURA	Nº DE DIAS	CONSTANTE	AJUSTE	CONSUMO (KWH)
317033444	CAT	14/08/2017	102,00	13/09/2017	186,00	30	1,00000		84,00

HISTÓRICO DE CONSUMO			INFORMAÇÕES DE TRIBUTOS			COMPOSIÇÃO DO CONSUMO		
Mês/Ano kWh			BASE DE CÁLCULO	%	VALOR DO IMPOSTO	Geração de Energia	R\$ 17,58	29,55%
SET 17 84			ICMS 58,52	25,00	14,63	Transmissão	R\$ 1,87	2,81%
AGO 17 92			PIS 58,52	0,64	0,36	Distribuição (Celpe)	R\$ 13,84	23,25%
Jul 17 30			COFINS 58,52	3,00	1,76	Perdas de Energia	R\$ 4,16	6,58%
JUN 17						Energias Sotóricas	R\$ 5,22	8,77%
MAI 17						Tributos	R\$ 17,04	26,53%
ABR 17						Total	R\$ 56,62	100%
MAR 17						TARIFAS APLICADAS		
FEV 17								0,48036000
JAN 17								
DEZ 16								
NOV 16								
OUT 16								
SET 16								

INFORMAÇÕES IMPORTANTES

Na data de emissão da fatura, a tarifa em vigor é a Anual. Mais informações em www.aneel.gov.br. O cliente é compensado quando há violação na continuidade individual ou do nível de tensão de fornecimento. Pagto. em atraso gera multa 2% (IN 474/ANEX. 1), Juros 1% a.m. (Lei 10.438/02) e atualização monetária no pró. mês. O Cliente é compensado quando há descumprimento do prazo de entrega para os padrões de atendimento comercial.

Não arcará com débitos de 2015 e anos anteriores. Esta declaração substitui, para comprovação do cumprimento das obrigações do consumidor, as declarações dos representantes legais (Art. 17, Lei 12.007/2009). Esta declaração não abrange créditos de parcelamento e descontos de débitos nem juros em discussão judicial que possam ser cobrados após o fim do processo judicial.

DURAÇÃO E FREQUÊNCIA DAS INTERRUPÇÕES					NÍVEL DE TENSÃO		
CONJUNTO	VALOR APLICADO	LIMITE MENSAL	LIMITE TRIMESTRAL	LIMITE ANUAL	TENSÃO NOMINAL (V)	LIMITE DE VARIAÇÃO (V)	
ESCADA	Jul/2017					MÍNIMO	MÁXIMO
DIC	1,36	6,03	12,06	24,1	220	202	231
FIC	1,00	3,42	6,85	13,7			
OMIC	1,35	3,54	0,00	0,00			

Limite DICRI: 12,22 EUSD - Valor no Encargo de Uso do Sistema de Distribuição = R\$ 20,80

CONTA CONTRATO MÊS/ANO DATA DE VENCIMENTO TOTAL A PAGAR (R\$)
7025795347 09/2017 20/09/2017 63,95

8387000000-1 63950011007-0 025795347 10-9 09098525663-5





(/)



Buscar no site

A
COMPANHIASEGURO
DPVATPONTOS DE ATENDIMENTO (/Pontos-de-
Atendimento)CENTRO DE DADOS E
ESTATÍSTICASSALA DE
IMPRESSATRABALHE
CONOSCO

CONTATO

Seguro DPVAT

Acompanhe o Processo de Indenização

Nova Consulta

Todos os documentos apresentados, não importando o ponto de atendimento escolhido para a entrega, são encaminhados dias a contar da data de entrega da documentação completa.

SINISTRO 3180010724 - Resultado de consulta por beneficiário

VÍTIMA EMANOELLE GRACIANO DOS SANTOS

COBERTURA Invalidez

PONTO DE ATENDIMENTO RECEPTOR DO PEDIDO DE INDENIZAÇÃO GENTE SEGURADORA S/A

BENEFICIÁRIO EMANOELLE GRACIANO DOS SANTOS

CPF/CNPJ: 07337871422

Posição em 18-07-2018 13:58:11

Seu pedido de indenização foi concluído com a liberação do pagamento. O valor abaixo será creditado na conta que você indi

Data do Pagamento	Valor da Indenização	Juros e Correção	Valor Total
28/06/2018	R\$ 1.687,50	R\$ 0,00	R\$ 1.687,50

Histórico das correspondências enviadas

Data da Carta	Referência	Ver Carta
05/07/2018	Pagamento de Indenização, com memória de cálculo de invalidez	(https://sisdpvatdocs.seguradoralider.com.br:8443/api/file/download/o41PouvCds03LntvclB5w==api_key=kBgtVzHSVBgEljzShqvPT4niaHrI2HP__v+iGYxWT3mY=)
19/06/2018	Interrupção de Prazo	(https://sisdpvatdocs.seguradoralider.com.br:8443/api/file/download/s3MH4wQrMVoje+wQc2bapi_key=kBgtVzHSVBgEljzShqvPT4niaHrI2HP__v+iGYxWT3mY=)
01/05/2018	Exigência Documental	(https://sisdpvatdocs.seguradoralider.com.br:8443/api/file/download/RPaNUc4S+DLua__DtnU5api_key=kBgtVzHSVBgEljzShqvPT4niaHrI2HP__v+iGYxWT3mY=)
06/04/2018	Exigência Documental	(https://sisdpvatdocs.seguradoralider.com.br:8443/api/file/download/cqHZ__fxGDC7rWTLz0uviapi_key=kBgtVzHSVBgEljzShqvPT4niaHrI2HP__v+iGYxWT3mY=)

www.seguradoralider.com.br/Seguro-DPVAT/Acompanhe-o-Processo

1/3





MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
BOLETIM DE ACIDENTE DE TRÂNSITO



PROTOCOLO:
17075099B01

STATUS:
Encerrado

INFORMAÇÕES GERAIS

POLICIAL/MATRÍCULA: ROMAGUERA/1371795 DATA/HORA: 26/09/2017 18:00
Na Rodovia
MUNICÍPIO/UF: CABO DE SANTO AGOSTINHO/PE
BR: 101 KM: 103.2 SENTIDO: Crescente
DESCRIPTIVO DO LOCAL:

ASPECTOS DO LOCAL E DO ATENDIMENTO

FASE DO DIA: Plena Noite CONDIÇÃO METEOROLÓGICA: Garoa/Chuvisco
TIPO DE VIA: Principal TIPO DE PISTA: Molhada
TIPO DE PAVIMENTO: Asfalto ESTRUTURA VIÁRIA: Reta
LOCALIDADE URBANIZADA: Sim EXISTÊNCIA DE ACOSTAMENTO: Sim
Sim EXISTÊNCIA DE CANTEIRO CENTRAL: Sim

IMAGEM PANORÂMICA - SENTIDO CRESCENTE



IMAGEM PANORÂMICA - SENTIDO DECRESCENTE



IMAGEM DO LOCAL



INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES DO ACIDENTE:

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE PELO PRF ROMAGUERA, MATRÍCULA 1371795

DATA/HORA DE ENCERRAMENTO DA OCORRÊNCIA: 30/09/2017 09:23

NÚMERO DE CONTROLE: 7CACDE7FF0BE99E7F93FF6276FC8BA

VERIFICAÇÃO DE AUTENTICIDADE NA INTERNET: www.prf.gov.br/novobat/autenticar

Página 1 de 11





MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
BOLETIM DE ACIDENTE DE TRÂNSITO



PROTOCOLO:
17075099B01

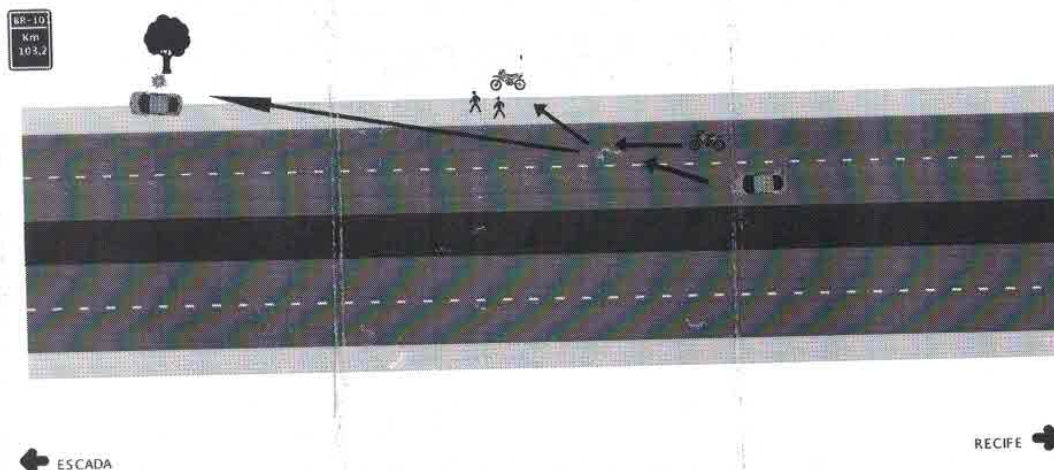
STATUS:
Encerrado

DINÂMICA

Eventos Sucessivos

Ordem	Tipo de Evento	Veículos Envolvidos
1	Colisão lateral	V2 V1
2	Saída de leito carroçável	V1
3	Colisão com objeto estático	V1
4	Queda de ocupante de veículo	V2

Croqui



Narrativa

CONFORME LEVANTAMENTO REALIZADO NO LOCAL CONSTATA-SE QUE O V1 MUDOU DE FAIXA E COLIDIU NO V2, FAZENDO AMBOS OS CONDUTORES PERDEREM O CONTROLE DOS VEÍCULOS, SENDO QUE O V1 SAIU DA PISTA E COLIDIU EM UMA ÁRVORE, ENQUANTO O V2 TOMBOU E SEUS OCUPANTES FORAM AO SOLO.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE PELO PRF ROMAGUERA, MATRÍCULA 1371795

DATA/HORA DE ENCERRAMENTO DA OCORRÊNCIA: 30/09/2017 09:23

NÚMERO DE CONTROLE: 7CACDE7FF0BE99E7F93FF6276FC8BA

VERIFICAÇÃO DE AUTENTICIDADE NA INTERNET: www.prf.gov.br/novobat/autenticar

Página 2 de 11





MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL
BOLETIM DE ACIDENTE DE TRÂNSITO



PROTOCOLO:
17075099B01

STATUS:
Encerrado

VEÍCULOS

SEQUENCIAL: V1	PLACA: NML6217	MARCA/MODELO: PEUGEOT/207PASSION XR S	ANO FABRICAÇÃO: 2011
SITUAÇÃO: Tracionador		TIPO DE VEÍCULO: Automóvel	
CHASSI: 9362NKFWXCB015913	RENAVAM: 00341674702	PAÍS: BRASIL	
ESPECIE: Passageiro	CATEGORIA: Particular	MANOBRA NO MOMENTO DO ACIDENTE: Seguindo o fluxo, na faixa de rolamento	
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES:			
NOME DO PROPRIETÁRIO: HUGO FRANKLIN LIMA DE OLIVEIRA		CPF/CNPJ: 047.600.444-69	
Dados de Endereço			
LOGRADOURO: RUA AILTON TORRES			NÚMERO: 66
COMPLEMENTO:			BAIRRO:
MUNICÍPIO/UF: MACEIO/AL			
TELEFONE:		EMAIL:	
Dados da Carga			
DESCRIÇÃO E INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES:			

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE PELO PRF ROMAGUERA, MATRÍCULA 1371795

DATA/HORA DE ENCERRAMENTO DA OCORRÊNCIA: 30/09/2017 09:23

NÚMERO DE CONTROLE: 7CACDE7FF0BE99E7F93FF6276FC8BA

VERIFICAÇÃO DE AUTENTICIDADE NA INTERNET: www.prf.gov.br/novobat/autenticar

Página 3 de 11





MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL
BOLETIM DE ACIDENTE DE TRÂNSITO



PROTOCOLO:
17075099B01

STATUS:
Encerrado

VEÍCULOS

SEQUENCIAL:	PLACA:	MARCA/MODELO:	ANO FABRICAÇÃO:
V2	PEF3801	HONDA/XRE 300	2011
SITUAÇÃO:		TIPO DE VEÍCULO:	
Tracionador		Motocicleta	
CHASSI:	RENAVAM:	PAIS:	
9C2ND0920CR000271	00450730808	BRASIL	
ESPECIE:	CATEGORIA:	MANOBRA NO MOMENTO DO ACIDENTE:	
Passageiro	Particular	Seguindo o fluxo, na faixa de rolamento	
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES:			
NOME DO PROPRIETÁRIO:		CPF/CNPJ:	
FELIPE LUCAS DE OLIVEIRA		094.168.484-92	
Dados de Endereço			
LOGRADUÁRIO:			NÚMERO:
RUA VINTE E QUATRO DE MAIO			192
COMPLEMENTO:			BAIRRO:
STO ANTONIO			
MUNICÍPIO/UF:			
ESCADA/PE			
TELEFONE:		EMAIL:	
Dados da Carga			
DESCRIÇÃO E INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES:			

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE PELO PRF ROMAGUERA, MATRÍCULA 1371795

DATA/HORA DE ENCERRAMENTO DA OCORRÊNCIA: 30/09/2017 09:23

NÚMERO DE CONTROLE: 7CACDE7FF0BE99E7F93FF6276FC8BA

VERIFICAÇÃO DE AUTENTICIDADE NA INTERNET: www.prf.gov.br/novobat/autenticar

Página 4 de 11





MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL
BOLETIM DE ACIDENTE DE TRÂNSITO



PROTOCOLO:
17075099B01

STATUS:
Encerrado

PESSOAS

SEQUENCIAL/PLACA/MARCA/MODELO: V1 / NML6217 / PEUGEOT/207PASSION XR S		ENVOLVIMENTO: Condutor
NOME: HUGO FRANKLIN LIMA DE OLIVEIRA	CPF: 047.600.444-69	DATA DE NASCIMENTO: 28/06/1983
Nº DE IDENTIFICAÇÃO:	ÓRGÃO EXPEDIDOR:	SEXO: Masculino
ESTADO CIVIL:	NOME DA MÃE: MARIA APARECIDA LIMA DE OLIVEIRA	

Dados de Endereço

LOGRADOURO: RUA RODRIGUES FERREIRA	NÚMERO: 0000000045
COMPLEMENTO: APT 1608 BL G	BAIRRO: VARZEA
MUNICÍPIO/UF: RECIFE/PE	
TELEFONE:	EMAIL:

Dados da Habilitação

HABILITAÇÃO: Habilitação Nacional	PAÍS DA HABILITAÇÃO:	CATEGORIA: B
MOTORISTA PROFISSIONAL: Não	Nº DO REGISTRO: 02322055734	UF: PE
DATA DA PRIMEIRA HABILITAÇÃO: 02/05/2002	VALIDADE DA CNH: 27/06/2022	
OBSERVAÇÕES DA CNH: 99		

Circunstâncias

ESTADO FÍSICO: Ileso	USAVA CINTO DE SEGURANÇA: Sim	
USAVA CAPACETE: NÃO APLICÁVEL	USAVA DISPOSITIVO PARA RETENÇÃO DE CRIANÇAS: NÃO APLICÁVEL	
TESTE DO ETILÔMETRO FOI POSSÍVEL: Não	RESULTADO DO TESTE:	RECUSOU-SE A REALIZAR O TESTE: Não
DESCRIÇÃO DA IMPOSSIBILIDADE DE REALIZAÇÃO DO TESTE: equipamento não funciona - sem sintomas		
VISÍVEIS SINAIS DE EMBRIAGUEZ: Não	SINAIS DE USO DE SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS: Não	
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES DA PESSOA ENVOLVIDA:		

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE PELO PRF ROMAGUERA, MATRÍCULA 1371795

DATA/HORA DE ENCERRAMENTO DA OCORRÊNCIA: 30/09/2017 09:23

NÚMERO DE CONTROLE: 7CACDE7FF0BE99E7F93FF6276FC8BA

VERIFICAÇÃO DE AUTENTICIDADE NA INTERNET: www.prf.gov.br/novobat/autenticar

Página 5 de 11





MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL
BOLETIM DE ACIDENTE DE TRÂNSITO



PROTOCOLO:
17075099B01

STATUS:
Encerrado

PESSOAS

SEQUENCIAL/PLACA/MARCA/MODELO: V2 / PEF3801 / HONDA/XRE 300		ENVOLVIMENTO: Condutor
NOME: FELIPE LUCAS DE OLIVEIRA	CPF: 094.168.484-92	DATA DE NASCIMENTO: 05/05/1991
Nº DE IDENTIFICAÇÃO:	ÓRGÃO EXPEDIDOR:	SEXO: Masculino
ESTADO CIVIL:	NOME DA MÃE: ANDREIA PAULA DE OLIVEIRA	

Dados de Endereço

LOGRADOURO: RUA ALAGOINHA	NUMERO: 0000000395
COMPLEMENTO: CASA	BAIRRO: ARTUR LUNDGREN L
MUNICÍPIO/UF: PAULISTA/PE	
TELEFONE:	EMAIL:

Dados da Habilitação

HABILITAÇÃO: Habilitação Nacional	PAIS DA HABILITAÇÃO:	CATEGORIA: AB
MOTORISTA PROFISSIONAL: Não	Nº DO REGISTRO: 04869197505	UF: PE
DATA DA PRIMEIRA HABILITAÇÃO: 26/01/2010	VALIDADE DA CNH: 15/11/2019	
OBSERVAÇÕES DA CNH: 99		

Circunstâncias

ESTADO FÍSICO: Lesões Graves	USAVA CINTO DE SEGURANÇA: NÃO APLICÁVEL	
USAVA CAPACETE: Ignorado	USAVA DISPOSITIVO PARA RETENÇÃO DE CRIANÇAS: NÃO APLICÁVEL	
TESTE DO ETILÔMETRO FOI POSSÍVEL: Não	RESULTADO DO TESTE: Não	RECUSOU-SE A REALIZAR O TESTE: Não
DESCRIÇÃO DA IMPOSSIBILIDADE DE REALIZAÇÃO DO TESTE: condutor socorrido		
VISÍVEIS SINAIS DE EMBRIAGUEZ: Não	SINAIS DE USO DE SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS: Não	
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES DA PESSOA ENVOLVIDA:		

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE PELO PRF ROMAGUERA, MATRÍCULA 1371795

DATA/HORA DE ENCERRAMENTO DA OCORRÊNCIA: 30/09/2017 09:23

NÚMERO DE CONTROLE: 7CACDE7FF0BE99E7F93FF6276FC8BA

VERIFICAÇÃO DE AUTENTICIDADE NA INTERNET: www.prf.gov.br/novobat/autenticar

Página 6 de 11





MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL
BOLETIM DE ACIDENTE DE TRÂNSITO



PROTOCOLO:
17075099B01

STATUS:
Encerrado

PESSOAS

SEQUENCIAL/PLACA/MARCA/MODELO:

V2 / PEF3801 / HONDA/XRE 300

ENVOLVIMENTO:

Passageiro

NOME:

EMANOELLE GRACIANO DOS SANTOS

CPF:

073.378.714-22

DATA DE NASCIMENTO:

08/12/1989

Nº DE IDENTIFICAÇÃO:

ÓRGÃO EXPEDIDOR:

SEXO:

Feminino

ESTADO CIVIL:

NOME DA MÃE:

MARIA JOSE CANUTO GRACIANO

Dados de Endereço

LOGRADOURO:

OTR RUA 11

COMPLEMENTO:

NÚMERO:

334

BAIRRO:

CAJUEIRO SECO

MUNICÍPIO/UF:

JABOATÃO DOS GUARARAPES/PE

TELEFONE:

EMAIL:

Circunstâncias

ESTADO FÍSICO:

Lesões Leves

USAVA CAPACETE:

Ignorado

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES DA PESSOA ENVOLVIDA:

USAVA CINTO DE SEGURANÇA:

NÃO APLICÁVEL

USAVA DISPOSITIVO PARA RETENÇÃO DE CRIANÇAS:

NÃO APLICÁVEL

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE PELO PRF ROMAGUERA, MATRÍCULA 1371795

DATA/HORA DE ENCERRAMENTO DA OCORRÊNCIA: 30/09/2017 09:23

NÚMERO DE CONTROLE: 7CACDE7FF0BE99E7F93FF6276FC8BA

VERIFICAÇÃO DE AUTENTICIDADE NA INTERNET: www.prf.gov.br/novobat/autenticar

Página 7 de 11





MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL
BOLETIM DE ACIDENTE DE TRÂNSITO



PROTOCOLO:
17075099B01

STATUS:
Encerrado

AVALIAÇÃO DE DANOS

SEQUENCIAL/PLACA/MARCA/MODELO:

V1 / NML6217 / PEUGEOT/207PASSION XR S

NOME/MATRICULA DO AGENTE:

ROMAGUERA/1371795

NÚMERO DO BAT:

17075099B01

DATA/HORA:

26/09/2017 18:00

Item	Descrição do Item	Item danificado no acidente		
		SIM	NÃO	NA
1	Painel corta-fogo		X	
2	Longarina dianteira esquerda		X	
3	Caixa de roda dianteira esquerda		X	
4	Estrutura da soleira esquerda		X	
5	Air Bags Frontais		X	
6	Air Bags Laterais		X	
7	Estrutura da coluna dianteira esquerda		X	
8	Estrutura da coluna central esquerda		X	
9	Estrutura da coluna traseira esquerda		X	
10	Caixa de roda traseira esquerda		X	
11	Assoalho central esquerdo		X	
12	Longarina traseira esquerda		X	
13	Assoalho portamalas ou caçamba		X	
14	Longarina traseira direita		X	
15	Caixa de roda traseira direita		X	
16	Estrutura da coluna traseira direita		X	
17	Estrutura da soleira direita	X		
18	Estrutura da coluna central direita	X		
19	Estrutura da coluna dianteira direita	X		
20	Assoalho central direito	X		
21	Caixa de roda dianteira direita		X	
22	Longarina dianteira direita		X	

TOTAL GERAL (SIM + NA):

4

DIMENSÃO DA MONTA:

Média

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE PELO PRF ROMAGUERA, MATRICULA 1371795

DATA/HORA DE ENCERRAMENTO DA OCORRÊNCIA: 30/09/2017 09:23

NÚMERO DE CONTROLE: 7CACDE7FF0BE99E7F93FF6276FC8BA

VERIFICAÇÃO DE AUTENTICIDADE NA INTERNET: www.prf.gov.br/novobat/autenticar

Página 8 de 11





MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL
BOLETIM DE ACIDENTE DE TRÂNSITO



PROTOCOLO:
17075099B01

STATUS:
Encerrado

IMAGEM DA FRENTE (V1)

IMAGEM DA TRASEIRA (V1)

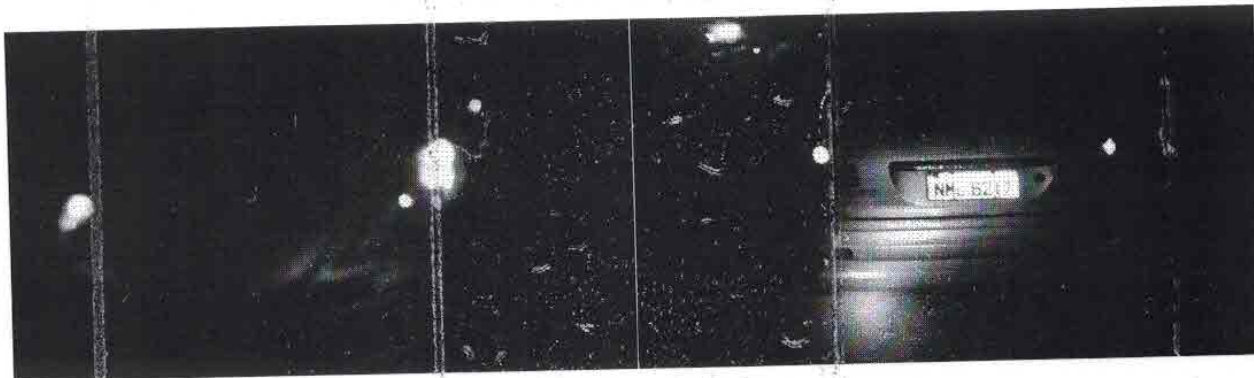
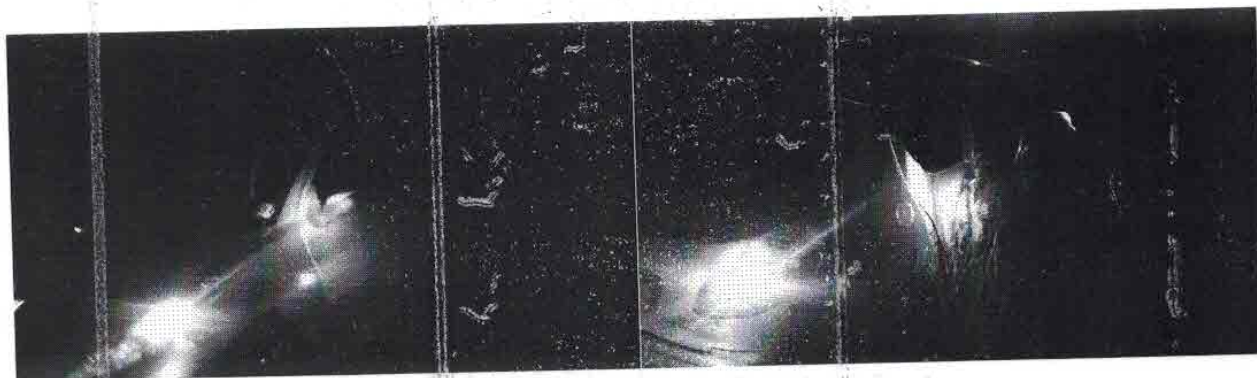


IMAGEM DA LATERAL ESQUERDA (V1)

IMAGEM DA LATERAL DIREITA (V1)



DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE PELO PRF ROMAGUERA, MATRÍCULA 1371795

DATA/HORA DE ENCERRAMENTO DA OCORRÊNCIA: 30/09/2017 09:23

NÚMERO DE CONTROLE 7CACDE7FF0BE99E7F93FF6276FC8BA

VERIFICAÇÃO DE AUTENTICIDADE NA INTERNET: www.prf.gov.br/novobat/autenticar

Página 9 de 11





MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL
BOLETIM DE ACIDENTE DE TRÂNSITO



PROTOCOLO:
17075099B01

STATUS:
Encerrado

AVALIAÇÃO DE DANOS

SEQUENCIAL/PLACA/MARCA/MODELO:

V2 / PEF3801 / HONDA/XRE 300

NOME/MATRÍCULA DO AGENTE:

ROMAGUERA/1371795

NÚMERO DO BAT:

17075099B01

DATA/HORA:

26/09/2017 18:00

Item	Descrição do Item	Item danificado no acidente		
		SIM	NÃO	NA
1	Garfo dianteiro		X	
2	Mesa superior da suspensão dianteira		X	
3	Mesa inferior da suspensão dianteira		X	
4	Coluna de direção		X	
5	Chassi		X	
6	Garfo traseiro		X	
7	Eixo traseiro (triciclos)		X	

TOTAL GERAL (SIM + NA):

0

DIMENSÃO DA MONTA:

Pequena

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE PELO PRF ROMAGUERA, MATRÍCULA 1371795

DATA/HORA DE ENCERRAMENTO DA OCORRÊNCIA: 30/09/2017 09:23

NÚMERO DE CONTROLE: 7CACDE7FF0BE99E7F93FF6276FC8BA

VERIFICAÇÃO DE AUTENTICIDADE NA INTERNET: www.prf.gov.br/novobat/autenticar

Página 10 de 11





MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL
BOLETIM DE ACIDENTE DE TRÂNSITO



PROTOCOLO:
17075099B01

STATUS:
Encerrado

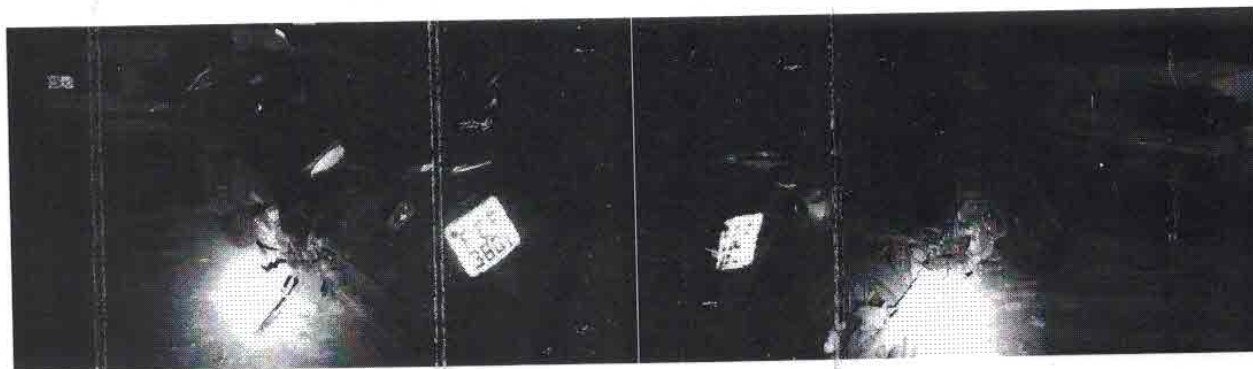
IMAGEM DA FRENTE (V2)

IMAGEM DA TRASEIRA (V2)



IMAGEM DA LATERAL ESQUERDA (V2)

IMAGEM DA LATERAL DIREITA (V2)



DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE PELO PRF ROMAGUERA, MATRÍCULA 1371795

DATA/HORA DE ENCERRAMENTO DA OCORRÊNCIA: 30/09/2017 09:23

NÚMERO DE CONTROLE: 7CACDE7FF0BE99E7F93FF6276FC8BA

VERIFICAÇÃO DE AUTENTICIDADE NA INTERNET: www.prf.gov.br/novobat/autenticar

Página 11 de 11



IDENTIFICAÇÃO

HISTÓRICO

Nome: Emmanuel Santos Registro: _____ Clínica: _____
Enfermaria: _____ Leito: 404-4 Diagnóstico: _____

2. QUEIXAS PRINCIPAIS

3. ANTECEDENTES PESSOAIS

() Alergias Quais: _____ () Tabagismo () Etilismo () Cardiopatia () Diabetes () HAS
() Epilepsia () Depressão () Câncer () Doenças pulmonar () Cirurgias Anteriores Quais: _____

EXAME FÍSICO

4. ESTADO GERAL

ESTADO GERAL: () Bom () Regular () Grave

5. INTEGRIDADE DA PELE

() Normocorado () Hipocorado () Acianótico () Cianótico () Anictérico () Ictérico () Pele fria () Pele úmida () Reações Alérgicas
() EDEMAS () Face () Pálpebra () MMSS () MMII () Anasarca
() LESÃO POR PRESSÃO LOCAL: _____

6. AVALIAÇÃO NEUROLÓGICA

NÍVEL DE CONSCIÊNCIA: () Consciente () Inconsciente () Orientado () Desorientado () Torporoso () Sedado
PUPILAS: () Normais () Isocóricas () Anisocóricas () Estrabismo () Midríase () Miose () Fotorreagente

7. ESTADO EMOCIONAL

ESTADO EMOCIONAL: () Cooperativo () Choro () Irritado () Sonolento () Ansioso () Agitado

8. SINAIS VITAIS

Febre: () Febril T. AXILAR: _____ °C FR: _____ IPM Sat O2: _____ () Eupneico () Dispneico () Traqueostomia () Intubado
MURMÚRIOS VESICULARES: () Presentes () Ausentes () Diminuídos RUIDOS ADVENTÍCIOS: () Roncos () Sibilos () Crepitações FC: _____ L.
PA: _____ X _____ mmHg PULSO: () Filiforme () Cheio () Rítmico () Ausente ACESSO VENOSO: () Periférico Local: _____
() Central Local: _____

9. SISTEMA GASTROINTESTINAL

DIETA: () VO () SNG () SNE () GTT ABDOME: () Flácido () Tenso () Distendido () Globoso () Doloroso () Plano
() Ascítico () Gravidico EVACUAÇÃO: () Normal () Constipação () Flatos () Diarréia Nº evacuações: _____ Aspecto: () Normal () Mucoso
() Líquida () Melena () Odor fétido () Odor Característico () ÊMESE Aspecto: () Hematêmase () Com resíduo alimentar

10. SISTEMA GENITOURINÁRIO

DIURESE: () Presente Aspecto: _____ () Ausente () Espontânea () SVD () SVA () Cistostomia () Irrigação () Anúria
() Disúria () Hematúria () Oligúria () Polaciúria

11. SISTEMA MUSCULOESQUELÉTICO

MOBILIDADE: () Ativa () Passiva MOVIMENTO CONSERVADO: () Sim () Não FORÇA MOTORA: () Sim () Não () PARESIA Local: _____
() AMPUTADA Local: _____ () GESSO Local: _____ () TALA GESSADA Local: _____
Outros: _____

HAS- Hipertensão Arterial Sistêmica
FC- Frequência Cardíaca
SNG- Sonda Nasogastrica

MMSS- Membros Superiores
VO- Via Oral
SNE- Sonda Nasoenteral

MMII- Membros inferiores
SVD- Sonda vesical de demora
VAS- Via Aérea Superior

FR- Frequência respiratória
SVA- Sonda vesical de alívio
GTT- Gastrostomia



HISTÓRIA CLÍNICA**Identificação**

Nome: Emasuelle Graças da Silva Registro: _____ Nº Atendimento: _____
Idade: _____ Sexo: _____ Estado Civil: _____ Cor: _____ Acompanhante: () Sim - () Não
Clínica: 01T Enfermaria: _____ Leito: _____ Ocupação: _____

Queixa Principal e Duração:Dor de cabeça**História da Doença:**

Dores de cabeça recorrentes desde
há alguns meses em ambos os lados
da cabeça.

Interrogatório Sintomatológico:Dor, Saborado

Atendimento: 35072

Senha da Classificação:

0045

Data e Hora: 26/09/2017 19:59

Paciente: 98193 EMANOELLE GRACIANO DOS SANTOS Sexo: FEMININO
Data do Nascimento: 08/12/1989 Idade: 27 anos Convenio: 2 SUS/SIA AMB/URG
Nome da Mãe: MARIA JOSE CANUTO GRACIANO Nome do Pai: MANOEL ANTONIO DOS SANTOS
Estado Civil: SOLTEIRO Nome do Médico: IJACIEL SOARES DE OLIVEIRA CRM: 17726
Endereço: RUA 24 DE MAIO 192 Bairro: CENTRO
Cidade/UF: ESCADA PE Usuário Atendimento: JAIDETTENS
RG (Identidade): 7175324 Data de Emissão: 03/01/2003
CPF (Cadastro de Pessoa Física): Fone: 88669972
Cartão SUS: Data de Emissão CRN:

RESUMO DE TRATAMENTO

J: _____ Altura: _____ Temperatura: _____ Hora: _____

Queixa Principal

Presença de urina avermelhada desde cerca de 1 semana
coincidente com dor, febre, tosse - C. Urina
de cor de sangue.

Exame Físico

Des. de urina
Glóbulos = 15

Tipóia MJ MSE

Local: _____

Data: 27/09/17 Hora: 01:30

Assinatura

Diagnóstico

Infecção urinária por *E. coli* - C

Conduta Terapêutica

Repos. x amox. 250mg, 2x/dia. 7 dias
Acidul. bexiga

Prescrição Médica

Cefalotina 250 + 125 mg 01/200
- 125 mg - 125 mg - 01/200
Obs: Fazer os exames perfil renal, catálise -
Axila, eritema amarelo.

Dr. Antonio Luis Silva
Ortopedia - Traumatologia
CRM: 17726

Carimbo/Médico

EM CASO DE INTERNAÇÃO FAVOR INFORMAR

UNIDADE: _____
LEITO DO PACIENTE: _____

Prescrição de amox. 250mg, 2x/dia. 7 dias
Acidul. bexiga
Tipo M. J.

Obs: Foi feita tipóia MJ
Seguindo orientações de Dr. Antonio



FICHA DE INTERNAÇÃO DO PACIENTE

Atendimento do Paciente: 396493
Usuário do Atendimento: AMANDAMMS

Data e Hora do Atendimento: 26/09/2017 20:16
Convênio: SUS - INTERNACAO

Nome do Paciente: EMANOELLE GRACIANO DOS SANTOS
Nome da Mãe: MARIA JOSE CANUTO GRACIANO
Data do Nascimento: 08/12/1989
Estado Civil: SOLTEIRO
CPF:
Naturalidade: ESCADA
Carteira Nacional SUS:
Endereço: RUA 24 DE MAIO
Cidade: ESCADA

Prontuário: 98193
Nome do Pai: MANOEL ANTONIO DOS SANTOS
Idade: 27 anos Sexo: FEMININO
RG: 7175324
Certidão de Nascimento:
Escolaridade: NAO SABE/SEM DECLARACAO
Ocupação Habitual: DO LAR
SDS PE Data Emissão: 03/01/2003
Data Emissão:
192 CENTRO
PE CEP: 55500000 Fone: 88669972

DADOS DO ATENDIMENTO

Origem: SAMU
Médico: IJACIEL SOARES DE OLIVEIRA
Especialidade: ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA
Acomodação: SALA VERDE/AMARELA - TRAUMA

CRM: 17726
Leito: LEITO 11

MDH - Hospital Dom Helder Cam.
Ana Paula Souza
Faturamento / SAME
Em: 03 OUT. 2017

TERMO DE RESPONSABILIDADE

Autorizo a internação do paciente acima mencionado no HOSPITAL DOM HELDER CAMARA, bem como os tratamentos clínicos e cirúrgicos (intervenção cirúrgica, anestésias, transfusões, exames de sangue, ou qualquer outro tipo de exame médico laboratorial) que se fizerem necessários para o diagnóstico, tratamento, cura e o bem estar do paciente.

Cabo de Santo Agostinho, 26/09/2017

Assinatura e R.G. do Responsável: _____

SUMÁRIO DE ALTA

Condições de Alta: melhorado
Diagnostico: fratura de Ulna e Rádio do
Procedimento: osteossintese com Placa U e L com Vitebs 2.0 e 2.5
Alta em: 30/09/17 17:00
Médico e C.R.M.: Dr. Ijaciél Soares de Oliveira CRM 17726
Responsável pela retirada do paciente - Nome: _____
Assinatura e R.G.: _____

wa
06/10/17



Anotações do Técnico em Enfermagem			
Nome: <u>Emarelle Góes</u>	Registro: <u>98.103</u>		
Clínica: <u>DR</u>	Enfermaria: <u>604</u>	Leito: <u>09</u>	
Diagnóstico: _____	Data: <u>29.09.12</u>		
Plantão Noturno			
Estado Geral: <u>Regular</u>			
Dieta: VO <input checked="" type="checkbox"/> SNE () GTT () Dieta zero ()			
Padrão respiratório: espontâneo <input checked="" type="checkbox"/> AVM () VNI () Cat. 02 () Venturi ()			
Acesso Venoso: Periférico () Central <input checked="" type="checkbox"/> Local: _____ Data da troca: _____			
Drenos: _____ Sim () Não <input checked="" type="checkbox"/>			
Diurese: Espontânea <input checked="" type="checkbox"/> SVD () Outros: _____			
Evacuação: Presente () Ausente ()			
Observações: <u>Boa ventilação no setor às 22:00</u> <u>monitoreando o fluxo.</u>			
Alta: Transferência () Local _____ Melhorada () Óbito () Evasão ()			
Técnico em enfermagem: <u>Alexsandra Silva</u>			

Horário	SINAIS VITAIS					CONTROLE HÍDRICO								
	HGT	FC	PA	Sat.O2 e FR	TEMP.	GANHOS					PERDAS			
						DIETA	NPT	HDT	MEDIC.	Transfusão	DRENO	DIUR.	EVAC.	Sond. gástrica
20														
21														
22														
23														
24		111	120/80		37°C									
01														
02														
03														
04														
05														
06		102	120/80		36,7°C									
07														
08														



EVOLUÇÃO DO ENFERMEIRO

Nome: Emanuelle Graciano Registro: 98193
Clínica: tb Enfermaria: 404 Leito: 4
Diagnóstico: DMEX E Data: 29/09 Hora: 12:21

Plantão Noturno

1 - Queixas do paciente:

- Estado Geral/Nível de consciência: consciente
2 Estado Geral/Nível de consciência: orientado
3 - Pele/mucosa: hidratada

- Aparelho cardiovascular: FC: PA:
5 - Aparelho respiratório: lúcido FR: Oxigenoterapia:

6 - Aparelho gastrointestinal: clara e / E-
7 - Aparelho Geniturinário: limpo

8 - Exames laboratoriais
9 - Exames de imagem: Realizou TC de DMEX E
10 - Lesões/Curativos:

1 - Prescrição de Enfermagem: Ap SSV + prender ch. int
princ

12 - Alta: Transferência () Local _____ Melhorada () Óbito () Evasão ()

Hora:
Enfermeiro/ assinatura e carimbo:

Mayra de Melo Santos
Enfermeira
CORENPE: 440.565

EVOLUÇÃO DO ENFERMEIRO

Nome: Emmanueli Grazianna Registro: 98993
Clínica: He Enfermaria: hou Leito: u
Diagnóstico: Umbil E Data: 28/09 Hora: 14:20

Plantão Noturno

1 - Queixas do paciente:

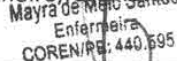
Estado Geral/Nível de consciência: consciente
Estado Geral/Nível de consciência: orientado
Pele/mucosa: húmeda
Aparelho cardiovascular: _____ FC: _____ PA: _____
Aparelho respiratório: ausculta FR: _____ Oxigenoterapia: _____
Aparelho gastrointestinal: ausculta 10/E
Aparelho Geniturinário: ausculta
Exames laboratoriais
Exames de imagem
Lesões/Curativos:

1 - Prescrição de Enfermagem:

12 - Alta: Transferência () Local _____ Melhorada () Óbito () Evasão ()

Hora: _____

Enfermeiro/ assinatura e carimbo:


Mayra de Melo Santos
Enfermeira
COREN/PE: 440.595



Evolução do Técnico em Enfermagem

Nome: Emanoella Registro: 98193
Clínica: 926 Enfermaria: 404 Leito: 04
Diagnóstico: _____ Data: 29/09/17

Plantão ~~Noturno~~ Diurno

Estado Geral: Regular
Dieta: VO (/) SNE () GTT () Dieta zero ()
Padrão respiratório: espontâneo (/) AVM () VNI () Cat. 02 () Venturi ()
Acesso Venoso: Periférico (/) Central () Local: USD Data da troca: 30/09/17
Drenos: Sim () Não (/)
Diurese: Espontânea (/) SVD () Outros: _____
Evacuação: Presente () Ausente ()
Observações: _____

Alta: Transferência () Local _____ Melhorada () Óbito () Evasão ()

Técnico em enfermagem: _____

Horário	SINAIS VITAIS					CONTROLE HÍDRICO									
	HGT	FC	PA	Sat.O2 e FR	TEMP.	DIETA	NPT	HDT	MEDIC.	Transusão	DRENO	DIUR.	EVAC.	HDL	Sond. gástrica
08															
09															
10															
11															
12															
13															
14															
15															
16															
17															
18		75	190	80	36.1°C										
19															
20															





Hospital Metropolitano Sul Dom Helder Câmara
IMIP Hospitalar
CNPJ: 09.039.744/0008-60

HOSPITAL DOM HELDER CAMARA

Fundação Professor Martiniano Fernandes
IMIP HOSPITALAR
CNPJ: 09.039.744/0001-94

CHECKLIST DE CIRURGIA SEGURA

FUND. MARTINIANO FERNANDES

Registro: 98193

Nome: EMANOELLE GRACIANO DOS SANTOS

Mãe: MARIA JOSE CANUTO GRACIANO

End.: RUA 24 DE MAIO

Enferm.: 404 - 04 - LT CMEDICA

Atendimento: 396493

Leito: 30

Dt. Cad: 26/9/2017

Dt. Nasc: 8/12/1989

Bairro: CENTRO

Cidade: ESCADA

CNS:

ANTES DA INDUÇÃO ANESTÉSICA

- ☒ Confirmação sobre o paciente
 - Identificação do paciente
 - Local da cirurgia a ser feita
 - Procedimento a ser realizado
 - Consentimento informado realizado

- ☒ Sítio cirúrgico do lado correto / ou não se aplica
- ☒ Checagem do equipamento anestésico
- ☒ Oxímetro de pulso instalado e funcionando

O paciente tem alguma alergia?

☐ Não

☐ Sim

- Há risco de via aérea difícil / broncoaspiração?
 - ☒ Não
 - ☐ Sim e há equipamento disponível

Há risco de perda sanguínea > 500ml (7mL/kg em crianças)?

☒ Não

☐ Sim e há equipamento disponível

ANTES DE INICIAR A CIRURGIA

- ☐ Todos os profissionais da equipe confirmam seus nomes e profissões
- ☐ O cirurgião, o anestesista e a enfermagem verbalmente confirmam
 - Identificação do paciente
 - Local da cirurgia a ser feita
 - Procedimento a ser realizado

Antecipação de eventos críticos:

- ☐ Revisão do cirurgião: Há passos críticos na cirurgia? **NÃO**

Qual sua duração estimada? Há possíveis perdas sanguíneas? **± 1h 30min**

- ☐ Revisão do anestesista: Há alguma preocupação em relação ao paciente? **NÃO**
- ☐ Revisão da enfermagem: Houve correta esterilização do instrumental cirúrgico? **Sim**

O antibiótico profilático foi dado nos últimos 60 minutos?

- ☒ Sim **cefazolina 2g**
- ☐ Não se aplica

Exames de imagem estão disponíveis?

- ☒ Sim **RX**
- ☐ Não se aplica

ANTES DO PACIENTE SAIR DA SALA CIRÚRGICA

A enfermeira confirma verbalmente com a equipe:

- ☐ Nome do procedimento realizado **4to. eunot. fnat. umero (E)**

- ☐ A contagem de compressas, instrumentos e agulhas está correta(ou não se aplica) **Sim**

- ☐ Biópsias estão identificadas com o nome do paciente **NIA**

- ☐ Houve algum problema com equipamentos que devem ser resolvido **NÃO**

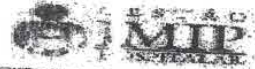
- ☐ O cirurgião, o anestesista e a enfermagem analisam os pontos mais importantes na recuperação pós-anestésica e pós-operatória desse paciente **Sim**

Rafaela Henrique
Enfermeira
COREN-PE 345.127





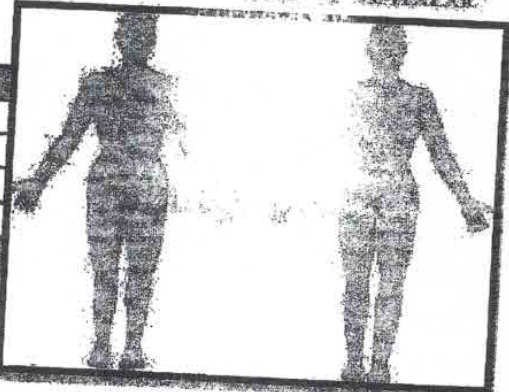
CHECK LIST PRÉ-OPERATÓRIO



Data: 29 / 09 / 17

Hora: 06:00

IDENTIFICAÇÃO DO PACIENTE	
Nome: <u>Emanueli Guedes</u>	
Data de Nascimento: <u>11/11</u>	Registro: <u>98393</u>
Setor: <u>TRO</u>	Leito: <u>404-04</u>



PA: <u>1,80</u>	T: <u>36,1</u>	HGT: _____
Observação: _____		

HIPERTENSO:	SIM () NÃO (<input checked="" type="checkbox"/>)	MEDICAÇÃO EM USO: _____
DIABÉTICO:	SIM () NÃO (<input checked="" type="checkbox"/>)	MEDICAÇÃO EM USO: _____
HÁBITOS:	TABAGISTA: SIM () NÃO (<input checked="" type="checkbox"/>)	Há quantos anos: _____ Qtd/dia: _____
	ETILISTA: SIM () NÃO (<input checked="" type="checkbox"/>)	Há quantos anos: _____ Qtd/dia: _____

IMAGEM:	RX (<input checked="" type="checkbox"/>)	TAC c/ Contraste ()	USG ()	ECO ()	Observação: _____	SIM () NÃO ()
		TAC s/ Contraste ()	RNM ()	CATE ()		
PARCELA CARDIOLOGICA	SIM ()	NÃO ()	Risco Cirúrgico: _____			
RESERVA RENAL	SIM ()	NÃO ()	GRUPO SANGÜÍNEO: _____			
RESERVA RESPIRATORIA	SIM ()	NÃO ()	Qual?: UTI: _____	LEITO: _____		

SIM ()	QUAL: _____	USO DE SONDAS
NÃO (<input checked="" type="checkbox"/>)	OBSERVAÇÃO: _____	
SIM ()	QUAL: _____	SNE () SNG ()
NÃO ()	OBSERVAÇÃO: _____	SVD ()
		Outra: _____
SIM ()	QUAL: _____	DRENO
NÃO ()	OBSERVAÇÃO: _____	
SIM ()	QUAL: _____	SIM () NÃO ()
NÃO ()	HORARIO DA ÚLTIMA ADMINISTRAÇÃO: _____	Qual: _____
		Local: _____

JEIUM:	SIM (<input checked="" type="checkbox"/>)	NÃO ()	À partir do dia: <u>29/09</u> às <u>06:00</u>	Observação: _____
HIGIENIZAÇÃO:	SIM (<input checked="" type="checkbox"/>)	NÃO ()	Observação: _____	
TRICOTOMIA:	SIM ()	NÃO ()	Observação: _____	
RETIRADA DE PROTESE:	SIM (<input checked="" type="checkbox"/>)	NÃO ()	Observação: _____	
CIRURGIAS ANTERIORES:	SIM ()	Quais/Datas: _____	SIM ()	NÃO ()
ALGUMA CIRURGIA:	SIM ()	Quais/Datas: _____		
USO DE PROTESE:	SIM ()	Quais/Datas: _____		
PROTESE:	SIM ()	Observação: _____		
IDENTIFIC:	SIM ()	Observação: _____	SIM ()	Observação: _____
	NÃO ()		NÃO ()	

Enfermeiro Responsável: _____

(Assinar e Carimbar)



MATERIAL DE SALA CIRÚRGICA

ACIENTE: <u>Emanuelle Graziano do Santos</u>		DATA: <u>29/09/11</u>	
CIRURGIÃO: <u>Dr. Julio Anas</u>		AUXILIAR: <u>Dr. Carlos</u>	
ANESTESISTA: <u>Dra. Camila</u>		ANESTESIA: <u>Proprio + Sedação</u>	
CIRURGIÃO: <u>Dr. Augusto</u>		COORDENAÇÃO DO BLOCO: <u>Manuela</u>	
CIRURGIÃO: <u>Oziel</u>		HORÁRIO INICIAL: <u>17:30</u>	
CIRURGIÃO: <u>Maísa Lima</u>		HORÁRIO FINAL: <u></u>	
INFERMEIRA: <u>Rafaela</u>			

DESCRIÇÃO MATERIAL USADO EM SALA 03			
13X4,5	25X7	25X8	40X12
CARDIOPLEGICA	STIMUPLEX	RAQUI 25	RAQUI 27
CREPE 10CM	CREPE 15CM	CREPE 20CM	CREPE 30CM
GESSADA 10CM	GESSADA 15CM	GESSADA 20CM	
TRAQUEOST 7,0	TRAQUEOST 7,5	TRAQUEOST 8,0	TRAQUEOST 8,5
TRAQUEOST 9,0			
NASAL	CETIL 10 PVC	EPIDURAL 16	SUBOLAVIA 16
PERIDURAL 17		JELCO 16	JELCO 18
JELCO 20		JELCO 24	
CLIP 100	CLIP 200	CLIP 300	CLIP 400
ADAPTC	KERLIX	FURLON	TELA MARLEX
BOMBA	BOMBA FOTO	PSANGUE	P/SORO MACRO
20CM	40CM	60CM	120CM
BISTURI 11	BISTURI 12	BISTURI 15	BISTURI 20
BISTURI 22	BISTURI 24	DERMATOMO 6	
LUIVA 7,0	LUIVA 7,5	LUIVA 8,0	LUIVA 8,5
1ML		5ML	10ML
20ML		50ML CATETER	
AVENTAL CIRUR.		COMPRESSAS	CAPA P/VIDEO
COLET. ABERTC		CONEXÃO 2VIAS	CONEXÃO 4VIAS
ELETRODOS	FILTRO UNIDIFI	GAZES	GELFOAN
KIT CIRURGICO	LATEX	TORNEIRA 3VIAS	PRESERV. URINA
SCALP 21	SCALP 23	TRANSOFIX	TRANS. PRESSÃO

DESCRIÇÃO MATERIAL USADO EM SALA			
KHER 8	KHER 10	KHER 12	KHER 14
KHER 18	SUCÇÃO 3,2	SUCÇÃO 4,8	SUCÇÃO 6,4
BLAKER 19FR	BLAKER 24FR	TORAX 20	TORAX 26
TORAX 28	TORAX 30	TORAX 32	TORAX 36
ENTERAL 10	ENTERAL 12		
ASPIRAÇÃO 10	ENDOTRAQ. 2,0	ENDOTRAQ. 2,5	ENDOTRAQ. 3,0
ENDOTRAQ. 3,5	ENDOTRAQ. 4,0	ENDOTRAQ. 4,5	ENDOTRAQ. 5,0
ENDOTRAQ. 5,5	ENDOTRAQ. 6,0	ENDOTRAQ. 6,5	ENDOTRAQ. 7,0
ENDOTRAQ. 7,5	ENDOTRAQ. 8,0	ENDOTRAQ. 8,5	ENDOTRAQ. 9,0
FOLEY 3VIAS 14	FOLEY 3VIAS 16	FOLEY 3VIAS 18	FOLEY 3VIAS 20
FOLEY 2VIAS 06	FOLEY 2VIAS 08	FOLEY 2VIAS 10	FOLEY 2VIAS 12
FOLEY 2VIAS 14	FOLEY 2VIAS 16	FOLEY 2VIAS 18	FOLEY 2VIAS 20
NASO 10	NASO 12	NASO 14	NASO 16
NASO 18	NASO 20	NASO 22	URETRAL 4
URETRAL 6	URETRAL 8	URETRAL 10	URETRAL 12
URETRAL 14	URETRAL 16	URETRAL 18	URETRAL 20
ALGODÃO 0	ALGODÃO 2-0	ALGODÃO 3-0	FITA CARM
CROMADO 6	CROMADO 1	CROMADO 2-0	CROM.
CROMADO 4-0	SIMPLES 2-0	SIMPLES 3-0	SIMPLES
SIMPLES 5-0	NYLON 2-0	NYLON 3-0	NYLON
NYLON 5-0	NYLON 6-0	NYLON 8-0	NYLON 9-0
NYLON 10-0	POLIESTER 2	POLIESTER 2-0	POLIESTER 2-0
POLIESTER 4-0	POLIESTER 5	PROLENE 0	PROLENE 2
PROLENE 2-0	PROLENE 3-0	PROLENE 4-0	PROLENE 5
VICRYL 0	VICRYL 1	VICRYL 2-0	VICRYL 3-0
VICRYL 4-0	CERA POSSO	MARCAPASSO	VALVERIT
SEDA 2-0	SEDA 3-0	MONOCRYL 3-0	MONOCRYL
SURGICEL 5X75	AÇO 1	AÇO 4	



1. Identificação

Nome: Emanuelle Graziano dos Santos Data: 29/09/17 Registro: 98193
Convênio: SUS Leito: 404-04 Hora: _____

2. Equipe médica:

Cirurgião: Dr. Julio Anais 1º auxiliar: Dr. cloris
Anestesista: Dra. camila Instrumentador: Ozile
Circulante: Márcia Lima

INSTRUMENTAL	VALIDADE	INDICADOR
- lapa - eopete - BSC MMSS - Kit anestesia	HDH GME MSA 27.09.17 02 04.09.17 844	MOTOR BATERIA 13659 UNDACAO PROFESSOR MARTINIANO FERVA CME LOTE: 193635 PLASMA EST: 27/09/2017 VAL: 27/09/2018 002693509
- Punção de Faco - caneta Bisturi - Kit Suturo	HDH GME MSA 21.09.17 02 04.10.17 843	CAMILA FIGUEIRÊDO COREN/PE 148616 WWW.FMRRAPSTER.COM.BR HDH GME SFS 24.09.17 01 23.09.17 01 24.12.17 787 30.09.17 774
Rugina Gaiva - Martelo	HDH GME TB 28.09.17 01 05.10.17 834	HDH GME FRA 25.09.17 01 25.12.17 803 04.10.17 828
- ct 3,5 (crumet)	HDH GME MSA 28.09.17 02 28.12.17 846	HDH GME TB 28.09.17 02 28.12.17 851 16.09.17 02 16.12.17.794
	HDH GME TB 28.09.17 02 28.12.17 851	HDH GME PLO 26.09.17 01 26.12.17 815
	HDH GME MSA 27.09.17 01 04.10.17 825	HDH GME CAM 16.09.17 01 16.12.17.612 HDH GME FFS 27.09.17 01 27.12.17 828

SACO
FUNDACAO PROFESSOR MARTINIANO FERVA
BLOCO CIRURGICO
LOTE: 192733
PLASMA
EST: 22/09/2017
VAL: 22/09/2018
CAMILA FIGUEIRÊDO COREN/PE 148616
WWW.FMRRAPSTER.COM.BR

121-134°C (250-273°F)
REFI 1250
Tina 4
121-134°C (250-273°F)





HOSPITAL
DOM HELDER



GESTÃO
IMIP
HOSPITALAR

1. Identificação
Nome: Emanuelle Graciano dos Santos, 27 anos Leito da SRPA: 03
data: 21/05/14 Hora: 19:00 Registro: 38.193
Leito de origem: 904-04

2. Procedimento cirúrgico

Cirurgia: Fratura de tíbia "E"
Tipo de anestesia: B.P.B. + geral Balneária
Equipe: Dr. Julio Inaus Anestesista: Dr. Camile

3. Admissão

Estado geral: () Bom () Regular () Torporoso () Grave
Respiração: ☒ Espontânea () Assistida não invasiva () Entubado () Traqueostomizado
Sonda: () NG () SNG () SNE
Acesso Vascular Periférico: ☒ Não () Sim Onde: —
Acesso Vascular Central: () Não () Sim Onde: jugular "D"
Drenos: ☒ Não () Sim Onde: —
Sinais vitais: PA: 154 x 96 mmHg FR: — p/min FC: 82 p/min SaPO2: 99%
Glasgow: —

4. Monitorização

SSVV/ Horário	15'	30'	60'	1:30 h	2:00h	3:00h
PA	<u>154 x 95</u>	<u>154 x 99</u>	<u>160 x 94</u>	<u>154 x 89</u>	<u>153 x 87</u>	
FR	<u>—</u>	<u>—</u>	<u>—</u>	<u>—</u>	<u>—</u>	
FC	<u>85</u>	<u>84</u>	<u>87</u>	<u>89</u>	<u>92</u>	
SaPO2	<u>100%</u>	<u>100%</u>	<u>98%</u>	<u>97%</u>	<u>99%</u>	
Glasgow	<u>—</u>	<u>—</u>	<u>—</u>	<u>—</u>	<u>—</u>	

5. Intercorrências/observações:

—
—
—

FC: — FR: — SaPO2: — Glasgow: —

Destino: UTI () Emergência () Ambulatório () Residência

Data: 29/9/14 Horário: 21:00 Responsável pelo encaminhamento: —

Alta da SRPA pelo médico: —

Tereza R. Silva
Médica
CRM 8010
Espec. Cir. 8010



PACIENTE Emanuelle Graciano dos
Santos.

Paciente recebeu alta
do tratamento fisioterapeu-
tico após acidente de
moto onde sofreu fratura
de úmero proximal E.

Realizou alongamentos e
mobilização; com auxílio de
TENS + US para ação anti-
inflamatória.

Dr. Camilla Bruna
FISIOTERAPEUTA
CRP 20480-P

DATA 22/12/2017

Médico - CRM

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CNPJ: 10.291.311/0001-00 - CEP: 55.500-000
1ª Trav. Com. José Pereira; s/n - Atalaia - Escada / PE





HOSPITAL
DOM HELDER CÂMARA

R# 396493



GESTÃO
IMIP
HOSPITALAR

FICHA DE ANESTESIA

Data

Acomodação

19.09.17

Paciente

EMANUELE ORACIANO DOS SANTOS

Sexo

F

B

Idade

22

Risco

II

CRM

Nome do Anestesta

Nome do Cirurgião

Medicação Pré-anestésica

Urgência

☐ Não

☒ Sim

Cirurgia

tratamento cirúrgico fratura de úmero (E)

Horário

18:00

18:00

18:45

O₂

SpO₂

ECG

240

220

200

180

160

140

120

100

80

60

40

20

0

0

0

0

0

0

0

0

0

0

0

0

0

0

0

0

0

0

0

0

0

0

0

0

0

0

0

0

0

0

0

0

0

0

0

0

0

0

0

0

0

0

0

0

0

0

0

0

0

0

0

0

0

0

0

Drogas Usadas

Quantidade

1 Midazolam

25mg

2 Fentanyl

50mcg

3 Propofol

140mg

4 Rocuronio

50mg

5 Cefazolin

2g

6 Dexametasona

4mg

7 Cefepime

1g

8 Dipiridam

2g

9 Ondansetrona

8mg

10 Atropina

0,75mg

11 Neostigmina

2,5mg

Técnica Anestésica

Anest. Geral Balanceada
pré-oxigenação indução
EV lenta, ventilação
sob MF, lot 4 tot n°
2,5 x cuff, capnogra-
fia OK.

Monitorização

☒ Cardioscópio

☒ Oxímetro

☒ PNI

☒ Sonda Vesical

☒ Capnógrafo

☒ Elet. Pré-Cardial

☐ Outros

Encaminhado

☐ Acordado

☒ Sonolento

☐ Intubado

Destino

☒ SRPA

☐ Apart./Enf.

☐ UTI

☐ Externo

Intercorrência:

☐ NÃO

☒ SIM

Paciente sem condições de

Descrever: acesso periferico e jugular externa. Chama

cirurgião do plantão pt funcionar acesso ven

Observações: central. Funcionada VTD após

muito dificuldade com auxílio de USG por

Dr. Matheus, cir. geral. Solicito Rx de contro-

le.

Assinatura do Anestesta

Dra. Camila Gama
Anest. 001018
CRM PE - 20545



Ficha de Cirurgia Descritiva

Aviso de Cirurgia : 33095 Sala : 0003 SALA 03
Paciente : 98193 EMANOELLE GRACIANO DOS SANTOS Atendimento : 396493
Convênio Atend. : 1 SUS - INTERNACAO Carteira :
Leito : 30 404 - 04 - LT CMEDICA Idade : 27 Anos
Dt. Início : 29/09/2017 17:37 Dt. Fim : 29/09/2017 18:37

Cid Pré-Operatório :

Cid Pós-Operatório :

Procedimentos

Procedimento: 0408020393 TRATAMENTO CIRÚRGICO DE FRATURA DA DIÁFISE DO ÚMERO (PRINCIPAL)
Convênio: 001 SUS - INTERNACAO
Anestesia: 39 BLOQ DE PLEXO BRAQUIAL + SEDACAO

Equipe Médica

CIRURGIAO 13722 JULIO TADEU ARRAES DA CUNHA SOUZA
ANESTESISTA 20545 CAMILA ARAUJO GALINDO CAMPELO DE MELO

Descrição

Descrição Cirúrgica :

DESCRIÇÃO CIRÚRGICA

1. PACIENTE EM POSICAO DE CADEIRA DE PRAIA SOB ANESTESIA DO PLEXO BRAQUIAL ESQUERDO
2. ASEPSIA DO CAMPO COM POVIDINE E COLOCAÇÃO DOS CAMPOS CIRÚRGICOS
3. INCISÃO DELTO-PEITORAL DO OMBRO E
4. ABORDAGEM POR PLANOS ATÉ FOCO DE FRATURA
5. REDUÇÃO DA FRATURA DA TUBEROSIDADE MAIOR E FIXADA COM PONTOS TRANSÓSSEOS COM FIO DE ETHIBOND 5
6. FIXACAO COM PLACA TERCO DE CANO ANGULADA EM 90 GRAUS E IMPACTADA NA CABEÇA UMERAL
7. REDUÇÃO COM A DIÁFISE E FIXAÇÃO COM PARAFUSOS CORTICAIS (3 PARAFUSOS) E 1 PARAFUSO ESPONJOSO E ROSCA PARCIAL
8. CONTROLE RADIOSCÓPICO COM INTENSIFICADOR DE IMAGENS
9. LIMPEZA DA FERIDA OPERATÓRIA COM SF 0,9%
8. REALIZADO HEMOSTASIA
9. SUTURA POR PLANOS
10. CURATIVO

Achados Cirúrgicos:

Descrição Complementar

HOSPITAL METROPOLITANO DOM HELDER CAMARA
Ana Paula Souza
Faturamento / SAME
Em: 03 OUT. 2017

Julio Tadeu Arraes
CRM - 13722
Ortopedia Traumatologia

DR(A) : JULIO TADEU ARRAES DA CUNHA SOUZA
CRM : 13722





Tribunal de Justiça de Pernambuco
Poder Judiciário
Seção B da 2ª Vara Cível da Capital

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA, RECIFE
- PE - CEP: 50080-800 - F:(81) 31810350

Processo nº **0037119-31.2018.8.17.2001**

AUTOR: EMANOELLE GRACIANO DOS SANTOS

RÉU: MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A

DESPACHO

Diante da suspensão dos trabalhos da Seção de Mutirões desta Comarca, entendo conveniente a realização de Mutirão para realização de perícias e conciliações em processos que tratem do tema “*indenização securitária DPVAT*”, a realizar-se no dia 03 de abril de 2019, nesta Unidade Jurisdicional.

Sendo assim, designo audiência **a ser realizada nesta serventia** com o objetivo de apurar, através de perito oficial deste juízo, a lesão sofrida pelo demandante em virtude do alegado acidente de trânsito, em conformidade com a lei.

Intime-se o autor, por mandado (ou carta precatória), para que compareça a esta Vara no dia 03 de abril de 2019, quarta-feira, às 14h50min, para se submeter a exame pericial, advertindo-o que **o não comparecimento sem justo motivo ensejará o julgamento de improcedência por falta de provas (art. 373, I do CPC/2015)**.



Por sua vez, **cite-se** a seguradora demandada para comparecer à referida audiência que, para todos os efeitos, valerá como audiência de conciliação ou de mediação, nos termos do art. 334 do CPC/2015, devendo ficar cientes as partes que o não comparecimento também gerará a aplicação de multa por ato atentatório à dignidade da justiça, a ser fixada em até 2% (dois por cento) sobre o valor da causa. O prazo para apresentação da contestação será de 15 (quinze) dias úteis após a realização da audiência.

Nomeio como perito o médico RODRIGO CASTRO DE MEDEIROS (CPF nº 032.343.154-26) (cujo currículo encontra-se disponível nesta Vara para consulta pelas partes e advogados), especialista em ortopedia e traumatologia, CRM 14616-PE, com endereço eletrônico rodrigocastrodemedeiros@yahoo.com.br e contato telefônico (81) 99606-9246, para realizar a perícia aqui designada, devendo ser intimado para este encargo através do sistema PJe, ficando ciente da data e hora aqui informadas.

Fixo os honorários periciais em R\$200,00 (duzentos reais), os quais deverão ser depositados em juízo pela demandada até a data da audiência. **Fica a parte demandada desde já advertida que a perícia apenas será realizada caso, no ato da audiência, esteja comprovado nos autos o depósito dos honorários e, caso a perícia não se realize por ausência de comprovação do depósito, a demandada arcará com o ônus da prova, sem que seja designada outra data para realização da perícia.**

Esclareço, ainda, que no prazo de 15 (quinze) dias, da intimação deste despacho, as partes poderão oferecer impugnação ao perito nomeado, no caso de impedimento ou suspeição (art. 465, §1º, CPC/2015).

As partes deverão comparecer acompanhadas de seus respectivos patronos, notificando-se à seguradora demandada que envie prepostos com poderes para transigir.

Intimem-se as partes para, querendo, no prazo legal, formular quesitos e indicar assistente técnico, caso ainda não haja manifestação das partes nesse sentido, nos autos. O assistente técnico indicado poderá acompanhar a realização da perícia.



Publique-se. Intimem-se as partes e o perito. Cumpra-se.

Recife, 17 de janeiro de 2019.

ROGÉRIO LINS E SILVA

Juiz de Direito





Tribunal de Justiça de Pernambuco
Poder Judiciário

DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

Seção B da 2ª Vara Cível da Capital
Processo nº 0037119-31.2018.8.17.2001
AUTOR: EMANOELLE GRACIANO DOS SANTOS

RÉU: MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A, SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO
DPVAT S.A

CERTIDÃO HABILITAÇÃO PERITO E INCLUSÃO RÉU

Certifico, para os devidos fins de direito, que, nesta data, procedi à habilitação do perito RODRIGO CASTRO DE MEDEIROS - CPF: 032.343.154-26 e com a inclusão da ré SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A - CNPJ: 09248608000104 nos autos.

RECIFE, 23 de janeiro de 2019.

CAMILLA RODRIGUES MARQUES CARNEIRO
Diretoria Cível do 1º Grau





Tribunal de Justiça de Pernambuco
Poder Judiciário

DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

Seção B da 2ª Vara Cível da Capital
Processo nº 0037119-31.2018.8.17.2001
AUTOR: EMANOELLE GRACIANO DOS SANTOS

RÉU: MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A, SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO
DPVAT S.A

CERTIDÃO

Certifico, para os devidos fins de direito, que intimei o perito, via email, para que proceda com o cadastramento no sistema PJE, conforme imagem abaixo. O certificado é verdade. Dou fé.





Intimação e cadastramento

De: **camilla marques** em nome de **diretoria civil 1 grau pericia**

Para: **rodrigocastrodemedeiros@yahoo.com.br**

Ilmo. RODRIGO CASTRO DE MEDEIROS,

Em face dos Despachos proferidos nos autos dos processos nº **002991**
0036319-03.2018.8.17.2001, **0037085-56.2018.8.17.2001,**
0041218-44.2018.8.17.2001, **0041364-85.2018.8.17.2001,** **0042921-10.2018.8.17.2001,**
0046109-11.2018.8.17.2001, **0056150-37.2018.8.17.2001,** **0056570-42.2018.8.17.2001,**
0061400-51.2018.8.17.2001, **0105459-27.2018.8.17.2001,** **0127794-40.2018.8.17.2001,**
0136182-29.2018.8.17.2001, **0000172-41.2019.8.17.2001,** **0053977-40.2018.8.17.2001,**
fica a V.S.^a notificada de sua nomeação como perito, conforme transcrito abaixo:

" (...) Nomeio como perito o médico RODRIGO CASTRO DE MEDEIROS (CPF nº 03.111.111-11) nesta Vara para consulta pelas partes e advogados), especialista em ortopedia e traumatologia, e-mail rodrigocastrodemedeiros@yahoo.com.br e contato telefônico (81) 99606-9246, para responder a este encargo através do sistema PJe, ficando ciente da data e hora aqui informada

De acordo com a INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 26/2018, os peritos judiciais nomeados para atuar em processos eletrônicos deverão consultar os autos, manifestar-se e receber intimação no Processo Judicial Eletrônico – PJe, com o perfil “Perito”, mediante uso de certificado digital credenciado, na forma da lei. (grifo nosso)

Caso ainda não tenha promovido seu cadastramento no novo perfil “Perito”, entrar em contato por meio do **telefone 31813250**, a fim de promovermos seu cadastramento.

Atenciosamente,
Camilla R. Marques Carneiro
Matrícula 184929-8
Diretoria Cível do 1º Grau da Capital

RECIFE, 23 de janeiro de 2019.

CAMILLA RODRIGUES MARQUES CARNEIRO
Diretoria Cível do 1º Grau





Tribunal de Justiça de Pernambuco
Poder Judiciário

DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

Seção B da 2ª Vara Cível da Capital
Processo nº 0037119-31.2018.8.17.2001
AUTOR: EMANOELLE GRACIANO DOS SANTOS

RÉU: MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A, SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO
DPVAT S.A

INTIMAÇÃO DE DESPACHO

Por ordem do(a) Exmo(a). Dr(a). Juiz(a) de Direito do Seção B da 2ª Vara Cível da Capital, fica(m) a(s) parte(s) intimada(s) do inteiro teor do Despacho de ID 40121721, conforme segue transcrito abaixo:

" DESPACHO Diante da suspensão dos trabalhos da Seção de Mutirões desta Comarca, entendo conveniente a realização de Mutirão para realização de perícias e conciliações em processos que tratem do tema "indenização securitária DPVAT", a realizar-se no dia 03 de abril de 2019, nesta Unidade Jurisdicional. Sendo assim, designo audiência a ser realizada nesta serventia com o objetivo de apurar, através de perito oficial deste juízo, a lesão sofrida pelo demandante em virtude do alegado acidente de trânsito, em conformidade com a lei. Intime-se o autor, por mandado (ou carta precatória), para que compareça a esta Vara no dia 03 de abril de 2019, quarta-feira, às 14h50min, para se submeter a exame pericial, advertindo-o que o não comparecimento sem justo motivo ensejará o julgamento de improcedência por falta de provas (art. 373, I do CPC/2015). Por sua vez, cite-se a seguradora demandada para comparecer à referida audiência que, para todos os efeitos, valerá como audiência de conciliação ou de mediação, nos termos do art. 334 do CPC/2015, devendo ficar cientes as partes que o não comparecimento também gerará a aplicação de multa por ato atentatório à dignidade da justiça, a ser fixada em até 2% (dois por cento) sobre o valor da causa. O prazo para apresentação da contestação será de 15 (quinze) dias úteis após a realização da audiência. Nomeio como perito o médico RODRIGO CASTRO DE MEDEIROS (CPF nº 032.343.154-26) (cujo currículo encontra-se disponível nesta Vara para consulta pelas partes e advogados), especialista em ortopedia e traumatologia, CRM 14616-PE, com endereço eletrônico rodrigocastrodemedeiros@yahoo.com.br e contato telefônico (81) 99606-9246, para realizar a perícia aqui designada, devendo ser intimado para este encargo através do sistema PJe, ficando ciente da data e hora aqui informadas. Fixo os honorários periciais em R\$200,00 (duzentos reais), os quais deverão ser depositados em juízo pela demandada até a data da audiência. Fica a parte demandada desde já advertida que a perícia apenas será realizada caso, no ato da audiência, esteja comprovado nos autos o depósito dos honorários e, caso a perícia não se realize por ausência de comprovação do depósito, a demandada arcará com o ônus da prova, sem que seja designada outra data para realização da perícia. Esclareço, ainda, que no prazo de 15 (quinze) dias, da intimação deste despacho, as partes poderão oferecer impugnação ao perito nomeado, no caso de impedimento ou suspeição (art. 465, §1º, CPC/2015). As partes deverão comparecer acompanhadas de seus respectivos patronos, notificando-se à seguradora demandada que envie prepostos com poderes para transigir. Intimem-se as partes para, querendo, no prazo legal, formular quesitos e indicar assistente técnico, caso ainda não haja manifestação das partes nesse sentido, nos autos.



O assistente técnico indicado poderá acompanhar a realização da perícia. Publique-se. Intimem-se as partes e o perito. Cumpra-se. Recife, 17 de janeiro de 2019. ROGÉRIO LINS E SILVA Juiz de Direito "

RECIFE, 23 de janeiro de 2019.

CAMILLA RODRIGUES MARQUES CARNEIRO

Diretoria Cível do 1º Grau





Tribunal de Justiça de Pernambuco
Poder Judiciário

DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

Seção B da 2ª Vara Cível da Capital
Processo nº 0037119-31.2018.8.17.2001
AUTOR: EMANOELLE GRACIANO DOS SANTOS

RÉU: MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A, SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO
DPVAT S.A

RECIFE, 23 de janeiro de 2019.

CARTA DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO

Destinatário(s):

Nome: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A

Endereço: R SENADOR DANTAS, 74, 5º andar, CENTRO, RIO DE JANEIRO - RJ - CEP: 20031-205

Através da presente, fica V. Sa. **CITADO(A)** para tomar ciência de todos os termos da ação em epígrafe, que tramita perante o Juízo acima indicado, e integrar a relação processual, bem como **INTIMADO(A)** para oferecer contestação, tudo conforme decisão prolatada, em anexo, e diante da petição inicial, cujo teor pode ser consultado por meio do endereço eletrônico fornecido neste documento.

Prazo: O prazo para responder a ação, querendo, é de **15 (quinze) dias**, contados da juntada do Aviso de Recebimento (AR) aos autos.

Advertência: Não sendo contestada a ação no prazo marcado, presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos articulados pelo Autor na petição inicial (art. 344 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015).

Para acessar a Petição Inicial, siga os passos abaixo:

- 1 – Acesse o link: <https://www.tje.jus.br/contrafe1g>
- 2 – No campo “Número do Documento”, digite: 18073017322753300000033384976

Obs.: O presente processo tramita de forma eletrônica através do sistema PJe. Independentemente de cadastro prévio, a parte/advogado poderá realizar consulta através do seguinte endereço eletrônico: <https://pje.tje.jus.br/1g/ConsultaPublica/listView.seam>

Toda a tramitação desta ação deverá ser feita através do referido sistema, sendo necessária a utilização de Certificação Digital. As instruções para cadastramento e uso do sistema podem ser obtidas através do seguinte endereço na internet: <http://www.tje.jus.br/web/processo-judicial-eletronico/cadastro-de-advogado>



CAMILLA RODRIGUES MARQUES CARNEIRO
Diretoria Cível do 1º Grau
Assina por ordem do(a) Juiz(a) de Direito da Vara

A validade da assinatura deste documento poderá ser confirmada na página do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco: www.tjpe.jus.br – PJe-Processo Judicial Eletrônico – Consulta Documento [<https://pje.tjpe.jus.br/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>], utilizando o número do documento (código de barras) abaixo identificado.





Tribunal de Justiça de Pernambuco
Poder Judiciário

DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

Seção B da 2ª Vara Cível da Capital
Processo nº 0037119-31.2018.8.17.2001
AUTOR: EMANOELLE GRACIANO DOS SANTOS

RÉU: MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A, SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO
DPVAT S.A

RECIFE, 23 de janeiro de 2019.

CARTA DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO

Destinatário(s):

Nome: MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A

Endereço: AV GOVERNADOR AGAMENON MAGALHÃES, 3855, BOA VISTA, RECIFE - PE - CEP: 50070-160

Através da presente, fica V. Sa. **CITADO(A)** para tomar ciência de todos os termos da ação em epígrafe, que tramita perante o Juízo acima indicado, e integrar a relação processual, bem como **INTIMADO(A)** para oferecer contestação, tudo conforme decisão prolatada, em anexo, e diante da petição inicial, cujo teor pode ser consultado por meio do endereço eletrônico fornecido neste documento.

Prazo: O prazo para responder a ação, querendo, é de **15 (quinze) dias**, contados da juntada do Aviso de Recebimento (AR) aos autos.

Advertência: Não sendo contestada a ação no prazo marcado, presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos articulados pelo Autor na petição inicial (art. 344 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015).

Para acessar a Petição Inicial, siga os passos abaixo:

- 1 – Acesse o link: <https://www.tje.pe.br/contrafe1g>
- 2 – No campo “Número do Documento”, digite: 18073017322753300000033384976

Obs.: O presente processo tramita de forma eletrônica através do sistema PJe. Independentemente de cadastro prévio, a parte/advogado poderá realizar consulta através do seguinte endereço eletrônico:

<https://pje.tje.pe.br/1g/ConsultaPublica/listView.seam>

Toda a tramitação desta ação deverá ser feita através do referido sistema, sendo necessária a utilização de Certificação Digital. As instruções para cadastramento e uso do sistema podem ser obtidas através do seguinte endereço na internet: <http://www.tje.pe.br/web/processo-judicial-eletronico/cadastro-de-advogado>



CAMILLA RODRIGUES MARQUES CARNEIRO
Diretoria Cível do 1º Grau
Assina por ordem do(a) Juiz(a) de Direito da Vara

A validade da assinatura deste documento poderá ser confirmada na página do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco: www.tje.jus.br – PJe-Processo Judicial Eletrônico – Consulta Documento [<https://pje.tje.jus.br/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>], utilizando o número do documento (código de barras) abaixo identificado.





Tribunal de Justiça de Pernambuco
Poder Judiciário

DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

Seção B da 2ª Vara Cível da Capital
Processo nº 0037119-31.2018.8.17.2001
AUTOR: EMANOELLE GRACIANO DOS SANTOS

RÉU: MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A, SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO
DPVAT S.A

INTIMAÇÃO - NOMEAÇÃO PERITO

Ilmo Sr., em face do despacho de ID 40121721 proferido nos autos do processo nº 0037119-31.2018.8.17.2001 da Seção B da 2ª Vara Cível da Capital, ajuizado por AUTOR: EMANOELLE GRACIANO DOS SANTOS contra RÉU: MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A, SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, fica a V.S.ª notificado(a) de sua nomeação como perito, bem como INTIMADO(A) do inteiro teor do Despacho que segue transcrito abaixo:

“DESPACHO Diante da suspensão dos trabalhos da Seção de Mutirões desta Comarca, entendo conveniente a realização de Mutirão para realização de perícias e conciliações em processos que tratem do tema “indenização securitária DPVAT”, a realizar-se no dia 03 de abril de 2019, nesta Unidade Jurisdicional. Sendo assim, designo audiência a ser realizada nesta serventia com o objetivo de apurar, através de perito oficial deste juízo, a lesão sofrida pelo demandante em virtude do alegado acidente de trânsito, em conformidade com a lei. Intime-se o autor, por mandado (ou carta precatória), para que compareça a esta Vara no dia 03 de abril de 2019, quarta-feira, às 14h50min, para se submeter a exame pericial, advertindo-o que o não comparecimento sem justo motivo ensejará o julgamento de improcedência por falta de provas (art. 373, I do CPC/2015). Por sua vez, cite-se a seguradora demandada para comparecer à referida audiência que, para todos os efeitos, valerá como audiência de conciliação ou de mediação, nos termos do art. 334 do CPC/2015, devendo ficar cientes as partes que o não comparecimento também gerará a aplicação de multa por ato atentatório à dignidade da justiça, a ser fixada em até 2% (dois por cento) sobre o valor da causa. O prazo para apresentação da contestação será de 15 (quinze) dias úteis após a realização da audiência. Nomeio como perito o médico RODRIGO CASTRO DE MEDEIROS (CPF nº 032.343.154-26) (cujo currículo encontra-se disponível nesta Vara para consulta pelas partes e advogados), especialista em ortopedia e traumatologia, CRM 14616-PE, com endereço eletrônico rodrigocastrodemedeiros@yahoo.com.br e contato telefônico (81) 99606-9246, para realizar a perícia aqui designada, devendo ser intimado para este encargo através do sistema PJe, ficando ciente da data e hora aqui informadas. Fixo os honorários periciais em R\$200,00 (duzentos reais), os quais deverão ser depositados em juízo pela demandada até a data da audiência. Fica a parte demandada desde já advertida que a perícia apenas será realizada caso, no ato da audiência, esteja comprovado nos autos o depósito dos honorários e, caso a perícia não se realize por ausência de comprovação do depósito, a demandada arcará com o ônus da prova, sem que seja designada outra data para realização da perícia. Esclareço, ainda, que no prazo de 15 (quinze) dias, da intimação deste despacho, as partes poderão oferecer impugnação ao perito nomeado, no caso de impedimento ou suspeição (art. 465, §1º, CPC/2015). As partes deverão comparecer acompanhadas de seus respectivos patronos, notificando-se à seguradora demandada que envie prepostos com poderes para transigir. Intimem-se as partes para, querendo, no prazo legal, formular quesitos e indicar assistente técnico, caso ainda não haja manifestação das partes nesse sentido, nos autos. O assistente técnico indicado poderá acompanhar a realização da perícia. Publique-se. Intimem-se as partes e o perito. Cumpra-se. Recife, 17 de janeiro de 2019. ROGÉRIO LINS E SILVA Juiz de Direito”

O laudo deverá ser inserido nos autos no formato PDF com menos de 1,5mb cada arquivo.



Atenciosamente

RECIFE, 25 de janeiro de 2019.

CAMILLA RODRIGUES MARQUES CARNEIRO
Diretoria Cível do 1º Grau





Tribunal de Justiça de Pernambuco
Poder Judiciário

DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

Seção B da 2ª Vara Cível da Capital
Processo nº 0037119-31.2018.8.17.2001
AUTOR: EMANOELLE GRACIANO DOS SANTOS

RÉU: MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A, SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO
DPVAT S.A

CERTIDÃO DE DEVOLUÇÃO DE AR COM RECEBIMENTO

Certifico que, nesta data, faço anexar aos presentes autos o AR referente a Citação e Intimação da MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A. O referido é verdade. Dou fé.

RECIFE, 8 de fevereiro de 2019

VERONILDA OTAVIO DA SILVA
Diretoria Cível do 1º Grau



PREENCHER COM LETRA DE FORMA		AR	
DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE			
Nome: MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A Endereço: AV GOVERNADOR AGAMENON MAGALHÃES, 3855, BOA VISTA, RECIFE - PE - CEP: 50070-160 0037119-31.2018.8.17.2001 ID 40323361 3 CITAÇÃO/INTIMAÇÃO Seção B da 2ª Vara Cível da Capital		NOME DO DESTINATÁRIO DO OBJETO / NOMEN CLASSE DESTINATAIRE UF PAÍS / PAYS	
DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (SUJEITO À VERIFICAÇÃO) / DISCRIMINATION		NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI <input type="checkbox"/> PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE <input type="checkbox"/> EMS <input type="checkbox"/> SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ	
ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR	DATA DE RECEBIMENTO / DATE DE LIVRATION	CARIMBO DE ENTREGA / UNIDADE DE DESTINO / BUREAU DE DESTINATION	
 NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR	30/01/19		
Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO RECEBEDOR / ÓRGÃO EXPEDIDOR	RUBRICA E MAT. DO EMPREGADO / SIGNATURE DE L'AGENT		
4119973	 8.507.088-2		
ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERSO			



Correios Brasil

AVISO DE RECEBIMENTO **AR**

AVIS CN07

DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT: 25/01/2019

UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT: SÃO JOÃO DEL REI

TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON

PREENCHER COM LETRA DE FÔRMA

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR

DIRETORIA CÍVEL DE 1º GRAU DA CAPITAL

FÓRUM DESEMBARGADOR RODOLFO AURELIANO

AV. DESEMBARGADOR GUERRA BARREIRA

CIDADE: ILHA JOANA BEZERRA RECIFE/PE CEP: 51.060-900

UF: PE BRASIL

BRASIL

ENDERECO PARA DEVOLUÇÃO RETOUR





Tribunal de Justiça de Pernambuco
Poder Judiciário
Seção B da 2ª Vara Cível da Capital

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA, RECIFE
- PE - CEP: 50080-800 - F:(81) 31810350

Processo nº **0037119-31.2018.8.17.2001**

AUTOR: EMANOELLE GRACIANO DOS SANTOS

RÉU: MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A, SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A

DESPACHO

Considerando o Convênio nº 014/2017 celebrado entre este Tribunal de Justiça de Pernambuco e a Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S/A, publicado no Diário Oficial do Estado de Pernambuco nº 66, fls. 151, em data de 06.04.2017, majoro o valor dos honorários periciais, antes fixados em R\$200,00 (duzentos reais), para R\$300,00 (trezentos reais), os quais, conforme disposto no despacho de ID nº 40121721, deverão ser depositados em juízo pela demandada até a data da audiência.

Intimem-se. Cumpra-se.

Recife, 12 de fevereiro de 2019.

ROGÉRIO LINS E SILVA

Juiz de Direito





Tribunal de Justiça de Pernambuco
Poder Judiciário

DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA, RECIFE
- PE - CEP: 50080-800

Seção B da 2ª Vara Cível da Capital
Processo nº 0037119-31.2018.8.17.2001
AUTOR: EMANOELLE GRACIANO DOS SANTOS

RÉU: MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A, SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A

RECIFE, 14 de fevereiro de 2019.

CARTA DE INTIMAÇÃO

D e s t i n a t á r i o (s) :

Nome: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A
Endereço: R SENADOR DANTAS, 74, 5º andar, CENTRO, RIO DE JANEIRO - RJ - CEP: 20031-205

Através da presente, fica V. Sa. INTIMADO(A) do teor do DESPACHO, proferido na ação em epígrafe que tramita perante o Juízo acima indicado, cuja cópia segue em anexo como parte(s) integrante(s) deste.

Obs.: O presente processo tramita de forma eletrônica através do sistema PJe. Independentemente de cadastro prévio da parte/advogado poderá realizar consulta através do seguinte endereço eletrônico:
<https://pje.tjpe.jus.br/1g/ConsultaPublica/listView.seam>

A tramitação desta ação deverá ser feita através do referido sistema, sendo necessária a utilização de Certificação Digital. As instruções para cadastramento e uso do sistema podem ser obtidas através do seguinte endereço na internet:
<http://www.tjpe.jus.br/web/processo-judicial-eletronico/cadastro-de-advogado>

CAMILLA RODRIGUES MARQUES CARNEIRO
Diretoria Cível do 1º Grau
Assina por ordem do(a) Juiz(a) de Direito da Vara

A validade da assinatura deste documento poderá ser confirmada na página do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco:
www.tjpe.jus.br – PJe-Processo Judicial Eletrônico – Consulta Documento
[<https://pje.tjpe.jus.br/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>], utilizando o número do documento (código de barras) abaixo identificado.





Tribunal de Justiça de Pernambuco
Poder Judiciário

DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA, RECIFE
- PE - CEP: 50080-800

Seção B da 2ª Vara Cível da Capital
Processo nº 0037119-31.2018.8.17.2001
AUTOR: EMANOELLE GRACIANO DOS SANTOS

RÉU: MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A, SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A

RECIFE, 14 de fevereiro de 2019.

CARTA DE INTIMAÇÃO

D e s t i n a t á r i o (s) :

Nome: MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A
Endereço: AV GOVERNADOR AGAMENON MAGALHÃES, 3855, BOA VISTA, RECIFE - PE - CEP: 50070-160

Através da presente, fica V. Sa. INTIMADO(A) do teor do DESPACHO, proferido na ação em epígrafe que tramita perante o Juízo acima indicado, cuja cópia segue em anexo como parte(s) integrante(s) deste.

Obs.: O presente processo tramita de forma eletrônica através do sistema PJe. Independentemente de cadastro prévio da parte/advogado poderá realizar consulta através do seguinte endereço eletrônico:
<https://pje.tjpe.jus.br/1g/ConsultaPublica/listView.seam>

A tramitação desta ação deverá ser feita através do referido sistema, sendo necessária a utilização de Certificação Digital. As instruções para cadastramento e uso do sistema podem ser obtidas através do seguinte endereço na internet:
<http://www.tjpe.jus.br/web/processo-judicial-eletronico/cadastro-de-advogado>

CAMILLA RODRIGUES MARQUES CARNEIRO

Diretoria Cível do 1º Grau

Assina por ordem do(a) Juiz(a) de Direito da Vara

A validade da assinatura deste documento poderá ser confirmada na página do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco:
www.tjpe.jus.br – PJe-Processo Judicial Eletrônico – Consulta Documento
[<https://pje.tjpe.jus.br/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>], utilizando o número do documento (código de barras) abaixo identificado.



CONTESTAÇÃO





EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE RECIFE / PE

Processo: 00371193120188172001

SÚMULA 474 STJ: "A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau de invalidez."

MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S.A., empresa seguradora com sede à Av. Das Nações Unidas, 11.711 - 21º Andar - Brooklin Paulista - São Paulo - SP - CEP: 04578-000, inscrita no CNPJ sob o número 61.074.175/0001-38 e **SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**, com sede na cidade do Rio de Janeiro/RJ, à Rua Senador Dantas, nº 74, 5º andar, inscrita no CNPJ sob nº 09.248.608/0001-04, neste ato representado por seus advogados que esta subscrevem nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DO SEGURO DPVAT**, que lhe promove **EMANOELLE GRACIANO DOS SANTOS**, em trâmite perante este Douto Juízo, vem, *mui* respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, apresentar

CONTESTAÇÃO

Consoante às razões de fato e de direito que passa a expor:

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br



BREVE SÍNTESE DA DEMANDA

Alega a parte Autora em sua peça vestibular que foi vítima de acidente automobilístico na data de **26/09/2017**, restando permanentemente inválida.

Destaca-se que a parte apenas procedeu com o registro na Delegacia de Polícia na data **30/09/2017**.

Cumprido esclarecer que após a devida análise da documentação apresentada a Seguradora, o médico perito avaliou como incompleta e parcial a lesão acometida pela vítima, o que por certo descaracteriza o pleito de indenização integral por seguro obrigatório DPVAT.

Deste modo, a Ré procedeu com o pagamento da verba indenitária na monta de **R\$ 1.687,50 (um mil e seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos)**, valor este correspondente ao percentual da invalidez parcial e permanente apresentada pela parte Autora em sede administrativa.

A pretensão esposada na inicial não merece prosperar, visto que sua argumentação afigura-se totalmente contrária à orientação jurisprudencial traçada pelo Superior Tribunal de Justiça, bem como preceitua a legislação vigente sobre o DPVAT. É o que se demonstrará em seguida.

PRELIMINARMENTE

DA TEMPESTIVIDADE

A Ré apresenta a presente contestação em consonância com regra prevista no art. 218, § 4º do CPC/2015¹, prestigiando os princípios da celeridade, economia processual e boa-fé, pugnando desde já pelo recebimento da mesma.

DO DESINTERESSE NA REALIZAÇÃO DA AUDIÊNCIA PRELIMINAR DE CONCILIAÇÃO

Conforme se observa na exordial, a natureza do pedido do Seguro Obrigatório DPVAT, cujo cerne da questão é a suposta invalidez do demandante e o grau da lesão sofrida para fins indenizatórios do referido Seguro.

Assim, **torna-se imprescindível a realização da prova pericial**, pois, a Lei do DPVAT prevê graus diferenciados referentes à extensão das lesões acometidas pelas vítimas, classificando-as em total ou parcial, esta última subdividida em completa e incompleta, em caso de invalidez parcial do beneficiário a indenização será paga de forma proporcional ao grau da debilidade sofrida.

Desse modo, informa que não há interesse na realização da audiência preliminar de conciliação, e, visando dirimir as dúvidas existentes sobre a invalidez do autor, requer, se Vossa Excelência assim entender, a antecipação da prova pericial nos termos do art. 381, do CPC/2015².

¹[1] Art. 218 - Os atos processuais serão realizados nos prazos prescritos em lei. [...] § 4º - Será considerado tempestivo o ato praticado antes do termo inicial do prazo.

²[1] Art. 381. A produção antecipada da prova será admitida nos casos em que: II - a prova a ser produzida seja suscetível de viabilizar a autocomposição ou outro meio adequado de solução de conflito;



DO MÉRITO

DA FALTA DE NEXO DE CAUSALIDADE

AUSÊNCIA DE DOCUMENTOS MÉDICOS CONCLUSIVOS

A Lei que regula a indenização pleiteado pelo Autor é a Lei n.º 6.194/74, modificada pelas Leis 8.441/92 e 11.482/07. Estas leis determinam que deve existir nexo de causalidade e efeito entre a invalidez e o acidente noticiado.

O autor apresentou sua tese de maneira simplista, pois segundo ela, bastaria informar ao juízo que a fora acometida de acidente automobilístico e sofre com dores em decorrência do sinistro.

Contrapartida, verifica se na presente demanda que não há qualquer documento corroborando a suposta invalidez permanente, o autor não demonstra qualquer tratamento médico ou qualquer acompanhamento, fisioterapia o qual atestasse que o membro não exerceria a função da mesma forma natural.

Desta forma, sempre que um problema jurídico vai ter na indagação ou na pesquisa da causa, desponta a sua complexidade maior.

Mesmo que haja culpa e dano, não existe obrigação de reparar, se entre ambos não se estabelecer a relação causal.

Portanto, como não há nexo causalidade entre a invalidez e o suposto acidente noticiado, confia no alto grau de competência de Vossa Excelência, sendo certo que a presente demanda deverá ser julgada totalmente improcedente, com fundamento no artigo 487, I, da Lei Processual Civil.

DA AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML QUANTIFICANDO A LESÃO - ÔNUS DA PROVA DO AUTOR

Pode-se observar que a parte autora não apresentou qualquer documento conclusivo no que tange ao direito de receber a íntegra do teto indenizatório no que se refere à invalidez de caráter permanente, vez que não trouxe aos autos laudo do IML que atenda o disposto no Art. 5º § 5º da Lei 6.194/74, documento imprescindível para que se estabeleça o grau de limitação do membro afetado, a fim de quantificar da indenização.

Com efeito, a parte Autora deixou de juntar aos autos o Laudo do Instituto Médico Legal, furtando-se de provar o percentual de invalidez e o grau de redução funcional do membro supostamente afetado, em inobservância ao art. 373, I, CPC³.

Logo, tendo a parte autora deixado de comprovar suas alegações, impõe-se a improcedência total dos pedidos Autorais.

Caso este não seja o entendimento deste Douto Juízo, prossegue a Ré em suas argumentações apenas por amor ao debate.

³“APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT. AUSÊNCIA DE PROVA DA INVALIDEZ PERMANENTE. LAUDO INDIRETO DO IML.

INSUFICIÊNCIA. ÔNUS DA PROVA DO AUTOR. IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA. 1 - O pagamento de indenização com base no seguro obrigatório se restringe às hipóteses de morte da vítima ou de invalidez permanente, ainda que parcial, além da possibilidade de reembolso por despesas médicas que se fizerem necessárias em razão do acidente. 2 - Não se desincumbindo o Autor do ônus de comprovar a invalidez permanente decorrente de acidente automobilístico, conforme exigem os artigos 5º da Lei 6.194/74 e 333, I, do Código de Processo Civil, deve ser julgado improcedente o pleito indenizatório.” (TJ-MG - AC: 10342120045667001 MG, Relator: José Marcos Vieira, Data de Julgamento: 13/03/2014, Câmaras Cíveis / 16ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 24/03/2014)



DO PAGAMENTO REALIZADO NA ESFERA ADMINISTRATIVA

É incontroverso na presente demanda que a parte Autora recebeu efetivamente na esfera administrativa o pagamento da indenização oriunda do Seguro Obrigatório DPVAT, referente ao sinistro em tela na monta de **R\$ 1.687,50 (um mil e seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos)**, após a regulação do sinistro.



Rio de Janeiro, 04 de Julho de 2018

Carta nº: 13048803

A/C: EMANOELLE GRACIANO DOS SANTOS

Nº Sinistro: 3180010724
Vitima: EMANOELLE GRACIANO DOS SANTOS
Data do Acidente: 26/09/2017
Cobertura: INVALIDEZ
Procurador: AYANE KARLA GUEDES PEREIRA

Ref.: PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO, COM MEMÓRIA DE CÁLCULO DE INVALIDEZ

Prezado(a) Senhor(a),

Informamos que estamos disponibilizando o pagamento da indenização do seguro obrigatório DPVAT cujo o valor e os dados disponibilizamos a seguir:

Creditado: EMANOELLE GRACIANO DOS SANTOS

Valor: R\$ 1.687,50

Banco: 104

Agência: 000003015

Conta: 000007840-0

Tipo: CONTA POUPANÇA

Memória de Cálculo:

Multa:	R\$	0,00
Juros:	R\$	0,00
Total creditado:	R\$	1.687,50

Dano Pessoal: Perda completa da mobilidade de um dos ombros 25%

Graduação: Em grau médio 50%

% Invalidez Permanente DPVAT: (50% de 25%) 12,50%

Valor a indenizar: 12,50% x 13.500,00 =	R\$	1.687,50
---	-----	----------

NOTA: O percentual indicado equivale à perda funcional ou anatômica avaliada. sendo este

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadv.com.br



Laudo de Avaliação Médica para fins de Verificação e
Quantificação de Lesões Permanentes em Vítimas do Seguro DPVAT

Documento confidencial, de circulação restrita, regida por sigilo.

Número do Sinistro: **3180010724**

Nome do(a) Examinado(a): **EMANOELLE GRACIANO DOS SANTOS**

Endereço do(a) Examinado(a):

RUA 24 DE MAIO, 192 - SANTO ANTONIO - Escada - PE - CEP 55500-000

Identificação - Órgão Emissor / UF / Número: [**SDS /PE**] **7175324**

Data e local do acidente: [**26/09/2017**] **Cabo de Santo Agostinho - PE**

Data e local do exame: [**25/06/2018**] **Recife** [**PE**]

Resultado da Avaliação Médica

I. Descreva o(s) diagnóstico(s) das lesões efetivamente produzidas no acidente relatado e comprovado.

Fratura fechada proximal do úmero esquerdo.

II. Descrever o tratamento realizado, eventuais complicações e a data da alta.

Submetida a tratamento cirúrgico, osteossíntese com placa e parafusos e tratamento fisioterápico.

III. Descreva o exame físico atual especificamente relacionado ao diagnóstico relatado.

Vítima refere dor no ombro esquerdo aos esforços, déficit de força. Ao exame apresenta limitação da amplitude dos movimentos do ombro esquerdo, cicatriz cirúrgica em face anterior do ombro esquerdo.

IV. Nexo de causalidade: as lesões descritas são decorrentes do acidente trânsito e comprovadas na documentação apresentada?

[☒] Sim [☐] Não

V. Existe sequela (lesão deficitária irreversível não mais susceptível a qualquer medida terapêutica)?

[☒] Sim [☐] Não

VI. Descrever objetivamente as sequelas (déficits funcionais permanentes) resultantes do acidente:

Limitação funcional do ombro esquerdo

Caso a resposta do item V seja "Não", concluir utilizando apenas as opções no item VII "a". Caso a resposta seja "Sim", valorar o dano permanente no item VII "b".

VII. Segundo previsto no inciso II, §1º do art. 3º da Lei 6.194/74, modificado pelo art. 31º da Lei 11.945/2009 determine o dano corporal permanente e o quantifique correlacionando a melhor graduação e, em caso de danos parciais, o percentual que represente os prejuízos definitivos em cada segmento corporal acometido.



a) Havendo alguma das condições abaixo, assinalar sempre justificando o enquadramento no campo das observações (*).

() "Vítima em tratamento"
Esta avaliação médica deve ser
repetida em ____ dias

() "Sem sequelas permanentes" (Não
existem lesões diretamente decorrentes de
acidente de trânsito que não sejam
suscetíveis de amenização proporcionada
por qualquer medida terapêutica)

b) Havendo dano corporal segmentar, apresente abaixo as graduações que sejam
relativas às regiões corporais acometidas.

Região Corporal (Sequela):

Ombro esquerdo

% do dano: () 10% residual () 25% leve
(X) 50% médio () 75% intensa () 100%
completo

Região Corporal (Sequela):

% do dano: () 10% residual () 25% leve
() 50% médio () 75% intensa () 100%
completo

Região Corporal (Sequela):

% do dano: () 10% residual () 25% leve
() 50% médio () 75% intensa () 100%
completo

Região Corporal (Sequela):

% do dano: () 10% residual () 25% leve
() 50% médio () 75% intensa () 100%
completo

VIII. * Observações e informações adicionais de interesse voltado ao exame médico e/ou
a valoração do dano corporal.


Dra. Ana Maria Barros Falcão
CPF: 279.989.676-03
OAB: 69798/PE

Ana Maria Barros Falcão - CRM: 69798 - PE

Ocorre, que durante o processo administrativo a parte foi submetida a perícia e de acordo com avaliação
médica realizada por dois médicos especializados, sendo um na figura de revisor.

Portanto, é cristalino que o pagamento administrativo realizado encontra-se de acordo com o descrito no laudo
administrativo, sendo certo que foram utilizados os critérios de fixação de indenização.

Vale salientar que é usual quando do pagamento da indenização em âmbito administrativo, que o beneficiário
da verba indenizatória assine documento de quitação, onde se lê que:

***"(...) com o pagamento efetuado dou, plena, rasa, geral, irrevogável e irretratável quitação para mais
nada reclamar quanto ao sinistro noticiado."***

Com o procedimento adotado quando do pagamento da indenização, temos caracterizado o ato jurídico
perfeito e acabado, dando-se quitação geral e irrestrita à Seguradora reguladora do sinistro.

É de sabença que para que fossem afastados os efeitos da quitação, a parte Autora deveria desconstituí-la
através da propositura da correspondente ação anulatória, discorrendo os fatos e fundamentos jurídicos para
inquirar a quitação outorgada de próprio punho pela parte beneficiária, por suposto vício de consentimento,
dolo ou coação, o que de fato não ocorreu, em perfeita consonância com o artigo 849 do Código Civil.

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br



Não obstante, a parte autora não formulou pedido algum de anulação do ato jurídico liberatório, cuja validade é presumida e somente poderia ser desconstituída por sentença.

Ademais, temos que a parte Autora poderia, e quiçá deveria ressaltar no referido recibo sua intenção de quitação somente quanto ao valor efetivamente recebido, o que por certo não ocorreu.

Desta forma, a Ré efetuou o pagamento da importância legalmente estabelecida, no caso em apreço, referente a monta de R\$ 1.687,50 (um mil e seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos), o qual foi aceito pela beneficiária legal.

Ante o exposto, deve o feito deve ser julgado extinto com resolução de mérito, o que se requer com fundamento nos art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil.

DO PAGAMENTO PROPORCIONAL À LESÃO

Conforme ilação dos documentos acostados pelo requerente, o mesmo foi vítima de acidente ocasionado por veículo automotor na data de **26/09/2017**. Ademais, **houve pagamento administrativo na razão de de R\$ 1.687,50 (um mil e seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos).**

Mister destacar ao ilustre Magistrado a edição da Medida Provisória nº 451/08, atualmente convertida na Lei nº 11.945/2009, em vigência desde 15 de dezembro de 2008, que alterou o texto dos arts. 3º e 5º da Lei nº 6.194/74 em seu art. 31, assim como anexou tabela à aludida Lei, estabelecendo percentuais indenizatórios aos danos corporais, subdividindo-os em totais e parciais⁴.

Por certo, a mencionada Lei 11.945/09 deverá ser aplicada ao caso concreto, em respeito ao princípio *tempus regit actum* (Art. 6º, §1º, LINDB).

Recentemente, a Suprema Corte firmou posicionamento sobre a constitucionalidade da inovação legal trazida originariamente pela MP 451/08, conforme se verifica no julgamento da ADI 4627/DF.

Ademais, a jurisprudência é pacífica quanto à necessidade de quantificação, sendo este o entendimento consagrado através da Súmula 474, do STJ⁵.

Em continuidade, tem-se a aludida Lei prevê graus diferenciados de invalidez permanente, classificando-a em total ou parcial, esta última subdividida em completa e incompleta, o que de certo deverá ser observado por esse Nobre Magistrado.

Dentro desse contexto, a Medida Provisória nº 451/2008 (posteriormente convertida na Lei 11.945/09), complementando a Lei 6.194/74, especificou em termos objetivos o percentual do valor máximo da indenização de acordo com os tipos de invalidez permanente.

Outrossim, conforme antedito, a referida inovação legal, no art. 3º, §1º, II, da Lei 6.194/74, trouxe a figura da invalidez parcial incompleta. Portanto, a fim de dirimir o cerne da questão, qual seja, o percentual indenizável, é

⁴RECURSO CÍVEL. SEGURO DPVAT. AÇÃO DE COBRANÇA. COMPLEMENTAÇÃO DE INDENIZAÇÃO. i) EM CASO DE INVALIDEZ PARCIAL, O PAGAMENTO DO SEGURO DPVAT DEVE, POR IGUAL, OBSERVAR A RESPECTIVA PROPORCIONALIDADE. É VÁLIDA A UTILIZAÇÃO DE TABELA PARA REDUÇÃO PROPORCIONAL DA INDENIZAÇÃO A SER PAGA POR SEGURO DPVAT, EM SITUAÇÕES DE INVALIDEZ PARCIAL, AINDA QUE O ACIDENTE TENHA OCORRIDO ANTES DA LEI N.º 11.945/09. ii) INDENIZAÇÃO INDEVIDA. HIPÓTESE EM QUE A PARTE AUTORA NÃO FAZ JUS À COMPLEMENTAÇÃO DA INDENIZAÇÃO, POIS NÃO HOUE A DEMONSTRAÇÃO DE QUE A LESÃO SOFRIDA TENHA SIDO DE MAIOR GRAVIDADE DO QUE A INDENIZADA ADMINISTRATIVAMENTE. iii) APLICAÇÃO DA SÚMULA 474 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez. iv) RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. SENTENÇA REFORMADA.

⁵**Súmula 474 | Superior Tribunal de Justiça** "A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez."



imprescindível a realização de prova pericial, ocasião em que se verificará se a lesão suportada pelo autor é parcial incompleta, apontando sua respectiva repercussão geral.

Destarte, para se chegar ao valor indenizável devido, na hipótese de invalidez parcial incompleta, devem ser observadas duas etapas:

Identifica-se o tipo de dano corporal segmentar na Tabela, aplicando-se o respectivo percentual de perda; e Sobre o valor encontrado, aplica-se os percentuais de acordo com o grau de repercussão: intensa – 75%; média – 50%; leve – 25%; e sequela residual – 10%.

Evidente, pois, inexistir qualquer direito de indenização integral ao Autor, devendo ser respeitada a proporcionalidade do grau de invalidez.

Sendo assim, na hipótese de condenação da seguradora, o valor indenizatório deverá ser apontado após a realização de perícia médica, constatando a extensão da lesão do autor, observando-se o método de cálculo apresentado em seguida abatido o valor pago na seara administrativa na monta de **R\$ 1.687,50 (UM MIL E SEISCENTOS E OITENTA E SETE REAIS E CINQUENTA CENTAVOS)**.

DOS JUROS DE MORA E DA CORREÇÃO MONETÁRIA

Em relação aos juros de mora, o Colendo Superior Tribunal de justiça editou a Súmula nº 426 pacificando a incidência dos juros a partir da citação⁶.

Com relação à correção monetária, é curial que seja analisada questão acerca a forma da Lei 6.899/1981, ou seja, a partir da propositura da ação⁷

Assim sendo, na remota hipótese de condenação, requer que os juros moratórios sejam aplicados a partir da citação, bem como a correção monetária seja computada a partir do ajuizamento da presente ação.

DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS

Observar-se que o parte autora litiga sob o pálio da Gratuidade de Justiça e, em caso de eventual condenação, os honorários advocatícios deverão ser limitados ao patamar **máximo** de 15% (quinze por cento), nos termos do § 1º Art. 1º da Lei nº 1.060/50.

Contudo, a demanda não apresentou nenhum grau de complexidade nem mesmo exigiu um grau de zelo demasiado pelo patrono da parte autora, pelo que se amolda nos termos do art. 85, §2º do Código de Processo Civil, às hipóteses de casos de “fácil” instrução.

Desta feita, na remota hipótese de condenação da Ré, requer que o pagamento dos honorários advocatícios seja arbitrado na monta de 10% (Dez por cento), conforme supracitado.

⁶“SÚMULA N. 426: Os juros de mora na indenização do seguro DPVAT fluem a partir da citação.”

⁷ **art. 1º . (...)**

§2º Nos demais casos, o cálculo far-se-á a partir do ajuizamento da ação.



CONCLUSÃO

Considerando a sua criação com a única finalidade de atuar como administradora do Seguro Obrigatório DPVAT, requer a substituição do pólo passivo para que passe constar a Seguradora Líder dos Consórcios de Seguro DPVAT.

Ante o exposto, ante a ausência de laudo pericial do IML que atenda o disposto no Art. 5º § 5º da Lei 6.194/74, documento imprescindível para que se estabeleça o grau de limitação do membro afetado, a fim de quantificar da indenização, informa que não há interesse na realização da audiência preliminar de conciliação.

Pelo exposto e por tudo mais que dos autos consta, requer a total improcedência dos pedidos da parte autora com fundamento no artigo 487 inciso I do CPC.

Em caso de eventual condenação, pugna a Ré, **pela aplicação da tabela de quantificação da extensão da invalidez, exposta na lei 11.945/2009, bem como o que preconiza a Sumula 474 do STJ.**

Na remota hipótese de condenação, pugna-se para que os juros moratórios sejam aplicados a partir da citação válida e honorários advocatícios sejam limitados ao percentual máximo de 10%, consoante a previsão do art. 11, § 1º, da Lei 1.060/50.

Requer, outrossim, a produção de todos os meios de prova em direito admitidas e haja vista a necessidade de elucidar aspectos que contribuam com a veracidade dos fatos alegados na exordial requer o depoimento pessoal da vítima para que esclareça:

- Queira a vítima esclarecer a dinâmica do acidente, os veículos envolvidos e suas características, o membro ou segmento do corpo afetado e se houve encaminhamento ao hospital;
- Queira esclarecer se houve requerimento administrativo em razão do sinistro narrado na inicial ou outro sinistro;
- Se a vítima recebeu algum valor referente a este ou outro sinistro.

Requer a produção de prova pericial nos termos do convênio de cooperação institucional celebrado entre o Tribunal de Justiça de Pernambuco e a Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT nº014/2017

Para fins do exposto no artigo 106, inciso I, do Código de Processo Civil, requer que todas as intimações sejam encaminhadas ao escritório de seus patronos, sito na Rua São José, nº 90, Grupo 810/812, Centro, Rio de Janeiro-RJ, CEP: 20010-020 e que as publicações sejam realizadas, exclusivamente, em nome da patrona **DRA. RAFAELLA BARBOSA PESSOA DE MELO, OAB-PE 25393**, sob pena de nulidade das mesmas.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

RECIFE, 19 de fevereiro de 2019.

JOÃO BARBOSA
OAB/PE 4246

ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELO JUNIOR
30225 - OAB/PE

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadv.com.br



QUESITOS DA RÉ

- 1 - Queira o Sr. Perito informar se há nexo de causalidade entre o acidente narrado na petição inicial e a lesão apresentada pelo autor. Caso haja, informar se da referida lesão resultou invalidez permanente ou temporária;
- 2 - Queira o Sr. Perito informar se a invalidez permanente é notória ou de fácil constatação;
- 3 - Queira o Sr. Perito esclarecer quando o vítima teve ciência de sua incapacidade com base nos documentos médicos acostados aos autos;
- 4 - Queira o Sr. Perito informar se a vítima encontra-se em tratamento ou já se esgotaram todas as possibilidades existentes na tentativa de minimizar o dano;
- 5 - Queira o Sr. Perito informar se à época do acidente o membro afetado já contava com alguma sequela oriunda de circunstância anterior;
- 6 - Queira o Sr. Perito informar se a lesão apresenta caráter parcial ou total. Sendo a invalidez parcial incompleta, queira o Ilustre Perito informar o membro afetado e se a redução proporcional da indenização corresponde a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, 10% (dez por cento) para as de sequelas residuais, consoante o disposto no Art. 3º, inciso II, da Lei 6.194/74;
- 7 - Queira o Sr. Perito esclarecer todo e qualquer outro elemento necessário ao deslinde da causa.

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br



TABELA DE GRADAÇÃO

Danos Corporais Previstos na Lei	Total (100%)	Intensa (75%)	Média (50%)	Leve (25%)	Residual (10%)
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores	R\$ 13.500,00	R\$ 10.125,00	R\$ 6.750,00	R\$ 3.375,00	R\$ 1.350,00
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés					
Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior					
Perda completa da visão em ambos os olhos (cegueira bilateral) ou cegueira legal bilateral					
Lesões neurológicas que cursem com: (a) dano cognitivo-comportamental alienante; (b) impedimento do senso de orientação espacial e/ou do livre deslocamento corporal; (c) perda completa do controle esfinteriano; (d) comprometimento de função vital ou autonômica					
Lesões de órgãos e estruturas crânio-faciais, cervicais, torácicos, abdominais, pélvicos ou retro-peritoneais cursando com prejuízos funcionais não compensáveis de ordem autonômica, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora ou de qualquer outra espécie, desde que haja comprometimento de função vital	R\$ 9.450,00	R\$ 7.087,50	R\$ 4.725,00	R\$ 2.362,50	R\$ 945,00
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou de uma das mãos					
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores					
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos pés	R\$ 6.750,00	R\$ 5.062,50	R\$ 3.375,00	R\$ 1.687,50	R\$ 675,00
Perda auditiva total bilateral (surdez completa) ou da fonação (mudez completa) ou da visão de um olho					
Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedo polegar	R\$ 3.375,00	R\$ 2.531,25	R\$ 1.687,50	R\$ 843,75	R\$ 337,50
Perda completa da mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo					
Perda completa da mobilidade de um segmento da coluna vertebral exceto o sacral					
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dentre os outros dedos da mão	R\$ 1.350,00	R\$ 1.012,50	R\$ 675,00	R\$ 337,50	R\$ 135,00
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dos dedos do pé					
Perda integral (retirada cirúrgica) do baço					

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadv.com.br



SUBSTABELECIMENTO

JOÃO ALVES BARBOSA FILHO, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/PE 4246, **JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/ RJ sob o nº 144.819; **JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/ RJ sob o nº 140.522; **FERNANDO DE FREITAS BARBOSA**, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/ RJ sob o n.º 152.629 substabelecem, com reserva de iguais, na pessoa do advogado **ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELO JUNIOR**, inscrito na 30225 - OAB/PE, os poderes que lhes foram conferidos por **MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S.A e SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, nos autos de Ação de Cobrança de Seguro DPVAT, que lhe move **EMANOELLE GRACIANO DOS SANTOS**, em curso perante a **2ª VARA CÍVEL** da comarca de **RECIFE**, nos autos do Processo nº 00371193120188172001.

Rio de Janeiro, 19 de fevereiro de 2019.

JOÃO ALVES BARBOSA FILHO - OAB/PE 4246

FERNANDO DE FREITAS BARBOSA - OAB RJ 152.629

JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO- OAB RJ 140.522

JOAO PAULO RIBEIRO MARTINS - OAB RJ 144.819

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br





Tribunal de Justiça de Pernambuco
Poder Judiciário

DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

Seção B da 2ª Vara Cível da Capital
Processo nº 0037119-31.2018.8.17.2001
AUTOR: EMANOELLE GRACIANO DOS SANTOS

RÉU: MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A, SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO
DPVAT S.A

CARTA PRECATÓRIA - INTIMAÇÃO – JUSTIÇA GRATUITA

Deprecante: Juízo de Direito de RECIFE-PE

Deprecado: Juízo de Direito de ESCADA-PE

O(A) Exmo.(a) Sr.(a) Juiz(a) de Direito da Vara Cível acima epigrafada, em virtude de lei, FAZ SABER ao Exmo.(a) Sr.(a) Dr.(a) Juiz(a) de Direito da Comarca de ESCADA-PE que do processo acima indicado foi extraída a presente, deprecando o seu cumprimento e devolução como de direito.

Finalidade: EFETUAR A INTIMAÇÃO DO AUTOR, tudo conforme decisão prolatada, para comparecer a Seção B da 2ª Vara Cível da Capital no dia **03 de abril de 2019, quarta-feira, às 14h50min**, para se submeter a **exame pericial**, advertindo-o que o não comparecimento sem justo motivo ensejará o julgamento de improcedência por falta de provas (art. 373, I do CPC/2015).

Decisão, em parte: “[...] Intime-se o autor, por mandado (ou carta precatória), para que compareça a esta Vara no dia 03 de abril de 2019, quarta-feira, às 14h50min, para se submeter a exame pericial, advertindo-o que o não comparecimento sem justo motivo ensejará o julgamento de improcedência por falta de provas (art. 373, I do CPC/2015). [...]”

Observação: O cumprimento da diligência poderá ser comunicado através do Malote digital **"Diretoria Cível do 1º Grau"** conforme disposto no art. 232 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015.

Obs.: O presente processo tramita de forma eletrônica através do sistema PJe. Independentemente de cadastro prévio, a parte/advogado poderá realizar consulta através do seguinte endereço eletrônico: <https://pje.tje.jus.br/1g/ConsultaPublica/listView.seam>
Toda a tramitação desta ação deverá ser feita através do referido sistema, sendo necessária a utilização de Certificação Digital. As instruções para cadastramento e uso do sistema podem ser obtidas através do seguinte endereço na internet: <http://www.tje.jus.br/web/processo-judicial-eletronico/cadastro-de-advogado>



D e s t i n a t á r i o (s) :

Nome: EMANOELLE GRACIANO DOS SANTOS

Endereço: RUA 24 DE MAIO, 192, SANTO ANTONIO, ESCADA-PE, CEP: 55500-000

Eu, CAMILLA RODRIGUES MARQUES CARNEIRO, o digitei e o submeto à conferência e assinatura(s). RECIFE, 20 de fevereiro de 2019.

DANIELLE LUCENA ARAÚJO MANZELLA

Diretoria Cível do 1º Grau

(Assinado eletronicamente)

ROGÉRIO LINS E SILVA

Juiz de Direito

(Assinado eletronicamente)

A validade da assinatura deste documento poderá ser confirmada na página do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco: www.tje.jus.br – PJe-Processo Judicial Eletrônico – Consulta Documento [<https://pje.tje.jus.br/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>], utilizando o número do documento (código de barras) abaixo identificado.





Tribunal de Justiça de Pernambuco
Poder Judiciário

DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

Seção B da 2ª Vara Cível da Capital
Processo nº 0037119-31.2018.8.17.2001
AUTOR: EMANOELLE GRACIANO DOS SANTOS

RÉU: MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A, SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO
DPVAT S.A

CERTIDÃO

Certifico, para os devidos fins de direito, que procedi com a distribuição da Carta Precatória para o Juízo de Direito da Comarca de Escada/PE, conforme comprovante de protocolo que segue em anexo. O certificado é verdade. Dou fé.

RECIFE, 26 de fevereiro de 2019.

CAMILLA RODRIGUES MARQUES CARNEIRO
Diretoria Cível do 1º Grau





Processo Judicial Eletrônico 1º Grau - TJPE

Poder Judiciário de Pernambuco

Comprovante de protocolo

Processo

Número do processo: **0000147-67.2019.8.17.2570**
Órgão julgador: **1ª Vara da Comarca de Escada**
Jurisdição: Escada - Varas
Classe: CARTA PRECATÓRIA CÍVEL (261)
Assunto principal: Intimação
Valor da causa: R\$ 7.762,50
Partes: JUÍZO DE DIREITO DA SEÇÃO B DA 2ª VARA CÍVEL DA CAPITAL
JUÍZO DE DIREITO DA COMARCA DE ESCADA-PE e outro

Audiência

Documentos protocolados	Tipo	Tamanho (KB)
Petição Inicial	Petição Inicial	3,98
Carta precatória.pdf	Expediente	41,09
Despacho.pdf	Outros (Documento)	42,85
Procuração.pdf	Procuração	1019,59

Assuntos

Lei

DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO (8826) / Objetos de cartas precatórias /de ordem (11781) / Intimação

DEPRECANTE

DEPRECADO

JUÍZO DE DIREITO DA SEÇÃO B DA 2ª VARA CÍVEL DA CAPITAL

JUÍZO DE DIREITO DA COMARCA DE ESCADA-PE
EMANOELLE GRACIANO DOS SANTOS
ANA CRISTINA ALEIXO PEREIRA SANTOS
(Advogada)

Distribuído em: **26/02/2019 13:56**

Protocolado por: **CAMILLA RODRIGUES MARQUES CARNEIRO**





Tribunal de Justiça de Pernambuco
Poder Judiciário

DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

Seção B da 2ª Vara Cível da Capital
Processo nº 0037119-31.2018.8.17.2001
AUTOR: EMANOELLE GRACIANO DOS SANTOS

RÉU: MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A, SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO
DPVAT S.A

CERTIDÃO DE DEVOLUÇÃO DE AR COM RECEBIMENTO

Certifico que, nesta data, faço anexar aos presentes autos o AR referente a CITAÇÃO/INTIMAÇÃO de
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. O referido é verdade. Dou fé.

RECIFE, 7 de março de 2019

EGLINE SANTANA DA SILVA BATISTA
Diretoria Cível do 1º Grau



PREENCHER COM LETRA DE FORMA

AR

DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO DO OBJETO / NOM OU RAISON SOCIALE DU DESTINATAIRE

ENDEREÇO

Nome: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A
Endereço: R SENADOR DANTAS, 74, 5º andar, CENTRO, RIO DE JANEIRO
RJ - CEP: 20031-205

CEP / CO

PAÍS / PAYS

0037119-31.2018.8.17.2001 ID 40323359 2
CITAÇÃO/INTIMAÇÃO Seção B da 2ª Vara Cível da Capital

DECLARAÇÃO DE RECEBIMENTO DO OBJETO / DÉCLARATION DE RÉCEPTION DE L'OBJET

NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI

☐ PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE

☐ EMS

☐ SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RECEPTEUR

DATA DE RECEBIMENTO

DATE DE LIVRATION

CARIMBO DE ENTREGA

UNIDADE DE DESTINO

BUREAU DE DESTINATION

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR

Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO
RECEBEDOR / ORGANIZAÇÃO

RUBRICA E MAT. DO EMPREGADO
SIGNATURE DE L'AGENT

R. Júnior
8.956.534-7

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERSO

FC0463 / 16

114 x 186 mm



Correios Brasil

AVISO DE RECEBIMENTO **AR**

AVIS CN07

DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT

UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT

TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR

DIRETORIA CÍVEL DE 1º GRAU DA CAPITAL
FÓRUM DESEMBARGADOR RODOLFO AURELIANO - 1º ANDAR
AV. DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/Nº
ILHA JOANA BEZERRA RECIFE/PE CEP: 50.080-900

CIDADE / LOCALITÉ

UF

BRASIL
BRÉSIL

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO
RETOUR

25 JAN 2019

YT8605053151 BR.



JUNTADA DE PROCURAÇÃO E ATOS CONSTITUTIVOS




SUBSTABELECIMENTO

Na qualidade de procurador das Seguradoras: **AIG SEGUROS BRASIL S/A**; **ALFA PREVIDÊNCIA E VIDA S/A**; **ALFA SEGURADORA S/A**; **ALIANÇA DO BRASIL SEGUROS S/A**; **AMERICAN LIFE COMPANHIA DE SEGUROS**; **ANGELUS SEGUROS S/A**; **ARGO SEGUROS BRASIL S/A**; **ARUANA SEGUROS S.A.**; **ASSURANT SEGURADORA S.A.**; **ATLÂNTICA CIA DE SEGUROS**; **AUSTRAL SEGURADORA S/A**; **AXA CORPORATE SOLUTIONS SEGUROS S.A.**; **AXA SEGUROS S/A**; **AZUL COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS**; **BANESTES SEGUROS S/A**; **BMG SEGUROS S/A**; **BRDESCO AUTO/RE COMPANHIA DE SEGUROS**; **BRASIL VEÍCULOS CIA. DE SEGUROS**; **BTG PACTUAL VIDA E PREVIDÊNCIA S/A**; **CAIXA SEGURADORA S/A**; **CAPEMISA SEGURADORA DE VIDA E PREVIDÊNCIA S/A**; **CARDIF DO BRASIL SEGUROS E GARANTIAS S/A**; **CARDIF DO BRASIL VIDA E PREVIDÊNCIA S/A**; **CENTAURIO VIDA E PREVIDÊNCIA S/A**; **CESCEBRASIL SEGUROS DE GARANTIAS E CRÉDITOS S/A**; **CHUBB SEGUROS BRASIL S/A**; **CIA DE SEGUROS ALIANÇA DA BAHIA**; **CIA DE SEGUROS ALIANÇA DO BRASIL**; **CIA DE SEGUROS PREVIDÊNCIA DO SUL**; **CIA EXCELSIOR DE SEGUROS**; **COMPREV SEGURADORA S/A**; **COMPREV VIDA E PREVIDÊNCIA S/A**; **DAYPREV VIDA E PREVIDÊNCIA S/A**; **ESSOR SEGUROS S/A**; **FAIRFAX BRASIL SEGUROS CORPORATIVOS S/A**; **FATOR SEGURADORA S/A**; **GAZIN SEGUROS S.A.**; **GENERALI BRASIL SEGUROS S/A**; **GENTE SEGURADORA S/A**; **ICATU SEGUROS S/A**; **INVESTPREV SEGURADORA S/A**; **INVESTPREV SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A**; **ITAÚ SEGUROS DE AUTO E RESIDÊNCIA S/A**; **J. MALUCCELLI SEGURADORA S/A**; **MAPFRE SEGUROS GERAIS S/A**; **MAPFRE VIDA S/A**; **MBM SEGURADORA S/A**; **MG SEGUROS VIDA E PREVIDÊNCIA S/A**; **MITSUMI SUMITOMO SEGUROS S/A**; **MONGERAL AEGON SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A**; **OMINT SEGUROS S/A**; **PAN SEGUROS S/A**; **PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS**; **PORTO SEGURO VIDA E PREVIDÊNCIA S/A**; **POTTENCIAL SEGURADORA S/A**; **PREVIMAX PREVIDÊNCIA PRIVADA E SEGURADORA S/A**; **PREVIMIL VIDA E PREVIDÊNCIA S/A**; **RIO GRANDE SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A**; **SABEMI SEGURADORA S/A**; **SAFRA SEGUROS GERAIS S/A**; **SAFRA VIDA E PREVIDÊNCIA S/A**; **SANCOR SEGUROS DO BRASIL S/A**; **SINAF PREVIDENCIAL CIA. DE SEGUROS**; **SOMPO SEGUROS S/A**; **STARR INTERNATIONAL BRASIL SEGURADORA S.A.**; **SUHAÍ SEGUROS S/A**; **SWISS RE CORPORATE SOLUTIONS BRASIL S/A**; **TOKIO MARINE SEGURADORA S/A**; **TRAVELERS SEGUROS BRASIL S/A**; **UNIÃO SEGURADORA S/A – VIDA E PREVIDÊNCIA**; **USEBENS SEGUROS S/A**; **VANGUARDA CIA DE SEGUROS GERAIS**; **XL SEGUROS BRASIL S/A**; **ZURICH SANTANDER BRASIL SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A**; doravante denominada Outorgante, conforme instrumento de mandato



anexo, substabeleço, com reserva de iguais, nas pessoas dos **Drs. CARLOS EDUARDO DE SOUZA CABRAL**, brasileiro, casado, OAB/RJ 189.997; **FERNANDO DE FREITAS BARBOSA**, brasileiro, casado, OAB/RJ 152.629; **JOÃO ALVES BARBOSA FILHO**, brasileiro, casado, OAB/RJ 134.307; **JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS**, brasileiro, casado, OAB/RJ 144.819; **JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO**, brasileira, casada, OAB/RJ 140.522; **RAFAELLA BARBOSA PESSOA DE MELO MENEZES**, brasileira, casada, OAB/RJ 185.681; **TODOS INTEGRANTES DA SOCIEDADE DE ADVOGADOS DENOMINADA JOÃO BARBOSA ADVOGADOS ASSOCIADOS**, inscrita na OAB/RJ sob o nº 32.203/2005, com escritório situado na Rua São José, número 90, oitavo andar, CEP: 20010-901 Tel.: (21) 3265-5600, os poderes que me foram conferidos para a plena defesa dos interesses da Outorgante nas ações que têm por objeto o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre – DPVAT, ficando, desde já, **VEDADO receber, dar quitação e levantar o crédito proveniente de alvarás de pagamento, em nome de qualquer pessoa física**, devendo todo e qualquer levantamento, judicial ou em Instituições Financeiras, ser liberado mediante Documento de Ordem de Crédito (DOC) ou Transferência Eletrônica Disponível (TED), onde a OUTORGANTE figure, em conjunto ou isoladamente, como beneficiária do crédito, devendo a remessa dos recursos, em qualquer caso, ser feita através de depósito bancário, com identificação do depositante, no Banco do Brasil, Agência 1912-7, Conta nº 644000-2, em nome de **SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S/A**, CNPJ/MF nº 09.248.608/0001-04, nos estritos ditames da Portaria SUSEP nº 34, de 02/08/2016.

Rio de Janeiro, 28 de maio de 2018.


JORSON CARLOS SILVA DE OLIVEIRA
OAB/SP 111.807







Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre – DPVAT, autorizados, desde já, receber, dar quitação e levantar o crédito proveniente de alvarás de pagamento, devendo todo e qualquer levantamento judicial ou em Instituições Financeiras, ser liberado Mediante Documento de Ordem de Crédito (DOC) ou Transferência Eletrônica Disponível (TED), onde a OUTORGANTE figure, em conjunto em isoladamente, como beneficiária do crédito, devendo a remessa dos recursos, em qualquer caso, ser feita através de depósito bancário, com identificação do depositante, no Banco do Brasil, Agência 1769-8, Conta nº 644000-2, em nome de SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DVPAT S.A., CNPJ/MF nº 09.248.608/0001-04, nos estritos ditames da Portaria SUSEP nº 34, de 02/08/2016.

PRAZO: O presente mandato terá validade até **31.12.2020**, exceto quando for juntado nos autos de determinado processo, quando vigorará até o término do respectivo processo.

São Paulo, 15 de janeiro de 2018.


Carlos Alberto Landim
 Diretor Geral de Planejamento e Controladoria


André Fortino
 Diretor-Geral
 de BB Comercial

COMPANHIA DE SEGUROS ALIANÇA DO BRASIL
BRASILVEICULOS COMPANHIA DE SEGUROS
MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A.
MAPFRE VIDA S.A.



www.bbmapfre.com.br

Av. das Nações Unidas, 14.261 • Ala A • 29º andar • 04794-000 • Vila Gertrudes • São Paulo/SP



PROCURAÇÃO

(DPVAT)

1) **COMPANHIA DE SEGUROS ALIANÇA DO BRASIL**, pessoa jurídica de direito privado, com sede nesta Capital, na Avenida das Nações Unidas Nº 14.261, Ala A, Vila Gertrudes, inscrita no CNPJ/MF sob o número 28.196.889/0001-43, NIRE 3530018226-0; 2) **BRASILVEICULOS COMPANHIA DE SEGUROS**, pessoa jurídica de direito privado, com sede nesta Capital, na Avenida das Nações Unidas Nº 14.261, Ala A, Vila Gertrudes, inscrita no CNPJ/MF sob nº 01.356.570/0001-81, NIRE 3530045752-8; 3) **MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A.**, pessoa jurídica de direito privado, com sede nesta Capital, na Avenida das Nações Unidas Nº 14.261, Ala A, Vila Gertrudes, inscrita no CNPJ/MF sob nº 61.074.175/0001-38, NIRE 3530004292-1; e 4) **MAPFRE VIDA S.A.**, pessoa jurídica de direito privado, com sede nesta Capital, na Avenida das Nações Unidas Nº 14.261, Ala A, Vila Gertrudes, inscrita no CNPJ/MF sob nº 54.484.753/0001-49, NIRE 3530010769-1, por seus representantes legais ao final assinados, nomeiam e constituem seus bastantes procuradores, **HÉLIO BITTON RODRIGUES**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Secção do Rio de Janeiro, sob o número 071.709 e no CPF/MF sob o nº 990.536.407-20, **MARISTELLA DE FARIAS MELO SANTOS**, brasileira, solteira, advogada, inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil, Secção do Rio de Janeiro, sob o número 135.132 e CPF/MF sob nº 082.587.197-29, **THEREZINHA COIMBRA FRANÇA**, brasileira, divorciada, advogada, inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil, secção do Rio de Janeiro sob o nº 62.420 e CPF/MF sob o nº 542.587.407-30; **JORSON CARLOS SILVA DE OLIVEIRA**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Secção de São Paulo, sob o número 111.807 e no CPF/MF sob o nº 110.916.708-37, todos com escritório à Rua Senador Dantas, nº 74, 5º andar, Centro, CEP 20.031-205, no Município do Rio de Janeiro - RJ, aos quais, independentemente da ordem de nomeação, confere plenos poderes, incluindo a cláusula *Ad Judicia At Extra*, para atuar no foro em geral, em qualquer Instância, Juízo, ou Tribunal nas ações ou recursos competentes, e defender a Outorgante nas ações em que lhe são contrárias, usando de todos os recursos legais, podendo firmar compromisso, transigir, desistir, acordar, discordar, assinar termos, nomear prepostos para representar a Outorgante nas ações em que é parte, bem como praticar todos os demais atos necessários e em direito admitidos para o fiel cumprimento do presente mandato, inclusive substabelecer no todo ou em parte, com reserva de poderes, tudo com o fim específico de promover a defesa dos interesses da Outorgante nas ações que têm por objeto o Seguro Obrigatório de

www.bbmapfre.com.br

Av. das Nações Unidas, 14.261 • Ala A • 29º andar • 04794-000 • Vila Gertrudes • São Paulo/SP



MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A.
(Subsidiária Integral)
CNPJ: 61.074.175/0001-38
NIRE: 3530004292.1

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 30 DE JUNHO DE 2016

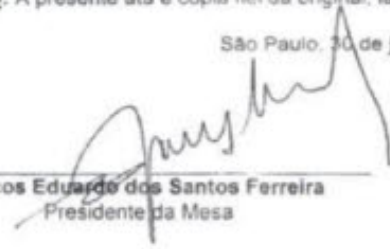
ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar, foi suspensa a sessão pelo tempo necessário à lavratura da presente ata, que, depois de lida e achada conforme, foi aprovada e assinada por todos os presentes.


ASSINATURAS: Mesa: Marcos Eduardo dos Santos Ferreira, Presidente; Roberto Barroso, Secretário.

Acionista: Mapfre BB SH2 Participações S.A. (p. Marcos Eduardo dos Santos Ferreira, Presidente e Roberto Barroso, Vice-Presidente).

CERTIDÃO: A presente ata é cópia fiel da original, lavrada em livro próprio.

São Paulo, 30 de junho de 2016.


Marcos Eduardo dos Santos Ferreira
Presidente da Mesa


Roberto Barroso
Secretário da Mesa





JUCESP PROTOCOLO
0.022.914/17-1



MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A.
(Subsidiária Integral)
CNPJ: 61.074.175/0001-38
NIRE: 3530004292.1

**ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 30 DE JUNHO DE 2016**

DATA, HORA E LOCAL: Em 30 de junho de 2016, às 10h30, na sede da MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A. ("Companhia"), na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, nº 14.261, Ala A, 29º andar, Vila Gertrudes, CEP 04794-0000.

PRESENCIA: Presente a única acionista titular de ações representativas de 100% (cem por cento) do capital social da Companhia, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Acionistas.

CONVOCAÇÃO: Dispensada em razão da presença da acionista titular das ações representativas de 100% (cem por cento) do capital social da Companhia, conforme dispõe o artigo 124, parágrafo 4º, da Lei nº 6.404/76 ("Lei das Sociedades por Ações").

MESA: Assumiu a presidência Marcos Eduardo dos Santos Ferreira, que convidou Roberto Barroso para exercer a função de secretário.

ORDEM DO DIA: Deliberar sobre: (i) aumento do capital social da Companhia; (ii) alteração do artigo 5º do Estatuto Social; e, (iii) consolidação do Estatuto Social.

DELIBERAÇÕES: A acionista da Companhia decidiu, sem ressalvas:

- i) aprovar o aumento do capital social da Companhia, no valor total de R\$ 237.000.000,00 (duzentos e trinta e sete milhões de reais), com a emissão de 117.953.729 (cento e dezessete milhões, novecentas e cinquenta e três mil e setecentas e vinte e nove) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, por um preço de emissão de R\$ 2,009262455 por ação, o qual foi estabelecido pelo critério previsto no artigo 170, parágrafo 1º, inciso II, da Lei 6.404/76. As ações ora emitidas são totalmente subscritas e integralizadas pelo acionista MAPFRE BB SH2 Participações S.A., nesta data, em moeda corrente nacional, conforme indicado no Boletim de Subscrição constante do Anexo I à presente.
- ii) Em decorrência do aumento de capital, ora aprovado, e sua integralização, o Artigo 5º do Estatuto Social passará a vigorar com a seguinte redação: "Artigo 5º O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 1.915.863.444,63 (um bilhão, novecentos e quinze milhões, oitocentos e sessenta e três mil, quatrocentos e quarenta e quatro reais e sessenta e três centavos), dividido em 1.291.234.391 (um bilhão, duzentas e noventa e uma milhões, duzentas e trinta e quatro mil, trezentas e noventa e uma) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.
- iii) aprovar a consolidação do estatuto social, nos termos do Anexo II.

[Assinatura]
[Assinatura]



MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A.
(Subsidiária Integral)
CNPJ 61.074.175/0001-38 - NIRE 3530004292-1

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 30 DE JUNHO DE 2016

ANEXO II

MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A.
(Subsidiária Integral)

CNPJ: 61.074.175/0001-38
NIRE: 3530004292.1

ESTATUTO SOCIAL CONSOLIDADO

CAPÍTULO I. DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E DURAÇÃO

Artigo 1 - A Companhia tem a denominação de MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A., constituída como subsidiária integral da MAPFRE BB SH2 Participações S.A. e autorizada a funcionar pelo Decreto Federal nº 38.170, de 31 de outubro de 1955, sendo regida pelo presente Estatuto Social e pelas disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis ("Companhia").

Artigo 2 - A Companhia tem sede e foro na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. das Nações Unidas, nº 14.261, Ala A, 29º andar, Vila Gertrudes, CEP: 04794-000.

Parágrafo Único - A Companhia poderá, por deliberação da Diretoria, criar e extinguir agências, filiais e escritórios de representação em qualquer lugar do território nacional, conforme Artigo 13, inciso (viii).

Artigo 3 - A Companhia tem por objeto a exploração de operações de seguros de danos, em qualquer das suas modalidades ou formas e do ramo de seguro de pessoas, podendo participar de outras sociedades, observadas as disposições legais pertinentes.

Parágrafo Único - Fica vedado à Companhia prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se sob qualquer forma em operações estranhas ao seu objeto social, não se aplicando esta vedação no caso de operações de seguro, cosseguro e resseguro.




Artigo 4 - O prazo de duração da Companhia é indeterminado.

CAPÍTULO II. CAPITAL SOCIAL E AÇÕES

Artigo 5 - O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 1.915.863.444,63 (um bilhão, novecentos e quinze milhões, oitocentos e sessenta e três mil, quatrocentos e quarenta e quatro reais e sessenta e três centavos), dividido em 1.291.234.391 (um bilhão, duzentas e noventa e uma milhões, duzentas e trinta e quatro mil, trezentas e noventa e uma) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

Parágrafo 1º - As ações poderão ser representadas por cautelas representativas e títulos múltiplos de ações, que deverão ter, obrigatoriamente, as assinaturas de 2 (dois) de seus Diretores, de conformidade com este Estatuto Social e com a legislação aplicável.

Página 4 de 12



MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A.
(Subsidiária Integral)
CNPJ: 61.074.175/0001-38
NIRE: 3530004292.1

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 30 DE JUNHO DE 2016

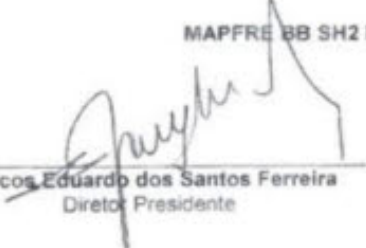
ANEXO I


BOLETIM DE SUBSCRIÇÃO

Boletim de subscrição relativo à emissão de 117.953.729 (cento e dezessete milhões, novecentas e cinquenta e três mil e setecentas e vinte e nove) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, pelo preço de emissão de R\$ 2.009,262455 por ação, resultando em um aumento no valor de R\$ 237.000.000,00 (duzentos e trinta e sete milhões de reais)

Subscritor	Ações ON	Ações PN	Preço da Emissão por ação (em R\$)	Prazo de Integralização	Forma de Integralização
MAPFRE BB SH2 PARTICIPAÇÕES S.A., sociedade por ações, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. das Nações Unidas, nº 14.261, Ala A, 29º andar, Vila Gertrudes, CEP 04794-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 12.264.857/0001-06, com seus atos constitutivos arquivados na JUCESP sob o NIRE 3530038527/6	117.953.729	--	R\$ 2.009,262455	Totalmente integralizadas	À vista em moeda corrente nacional

MAPFRE BB SH2 PARTICIPAÇÕES S.A.


Marcos Eduardo dos Santos Ferreira
Diretor Presidente


Roberto Barroso
Diretor Vice-Presidente



MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A.
(Subsidiária Integral)
CNPJ 61.074.175/0001-38 - NIRE 3530004292-1

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 30 DE JUNHO DE 2016

- (v) criação ou mudança de qualquer das características da Companhia que implique efeitos fiscais para seu acionista ou os acionistas do seu acionista;
- (vi) deliberação acerca de recuperação judicial ou extrajudicial, dissolução, liquidação ou falência da Companhia;
- (vii) aprovação de planos de oferta de ações ou de opções de ações (*stock option*), de bônus de subscrição, assim como de qualquer oferta pública de emissão de valores mobiliários pela Companhia;
- (viii) redução do dividendo mínimo obrigatório;
- (ix) aprovação da política de reinvestimento da Companhia, de proposta de destinação de resultados da Diretoria, da fixação do prazo de pagamento de dividendos aos acionistas ou de constituição de reservas, no caso em que as propostas não se ajustem ao previsto na política de dividendos da Companhia, conforme estabelecida, de tempos em tempos, pelo acionista único da Companhia;
- (x) negociação, recompra, amortização, cancelamento e/ou resgate de valores mobiliários de emissão da Companhia, os termos e condições dessas operações, incluindo, sem limitação, preços e demais condições aplicáveis a essas operações, em conformidade com os requisitos legais aplicáveis;
- (xi) prática, pela Companhia, de qualquer ato gratuito;
- (xii) eleição, demissão/destituição, reeleição ou substituição dos membros da Diretoria e fixação da remuneração global dos Diretores;
- (xiii) emissão por meio de oferta pública ou privada, pela Companhia, de valores mobiliários representativos de endividamento, conversíveis ou não em ações, incluindo mas a tanto não se limitando a emissão de debênturas, títulos, bônus, notas promissórias (*commercial papers*);
- (xiv) aquisição ou arrendamento de ativos (incluindo bens móveis, imóveis e intangíveis, como marcas e propriedade intelectual) e a aquisição de participação em outras sociedades, bem como a formação de consórcios, *joint-ventures* ou de associações com outras sociedades por valor superior a 2,5% do valor do patrimônio líquido da Companhia;
- (xv) alienação ou oneração de bens do ativo fixo da Companhia, inclusive bens móveis, imóveis, marcas e propriedade intelectual, títulos ou valores mobiliários, e/ou cessão de direitos por valor superior a 2,5% do valor do patrimônio líquido da Companhia;
- (xvi) aprovação de qualquer operação, assunção de dívida, negócio, prestação de garantia ou despesa com ativo fixo que implique aumento do endividamento financeiro ou equivalente da Companhia por valor superior a 1% do valor do patrimônio líquido da Companhia;

Página 6 de 12



MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A.
(Subsidiária Integral)
CNPJ 61.074.175/0001-38 - NIRE 3530004292-1

**ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 30 DE JUNHO DE 2016**

Parágrafo 2º - Cada ação ordinária dará direito a 1 (um) voto nas deliberações das Assembleias Gerais da Companhia.

Parágrafo 3º - A Companhia não poderá emitir partes beneficiárias.

CAPÍTULO III. ASSEMBLEIAS GERAIS

Artigo 6º - A Assembleia Geral é o órgão superior do governo da Companhia.

Artigo 7º - As Assembleias Gerais poderão ser Ordinárias ou Extraordinárias e somente se instalarão com a presença do seu único acionista, devidamente representado, na forma do seu estatuto social.

Parágrafo Único - As Assembleias Gerais serão presididas pelo Diretor Presidente ou na sua ausência, pelo Diretor Vice-Presidente. Em caso de ausência do Diretor Presidente e do Diretor Vice-Presidente, o acionista único escolherá o Presidente da Mesa entre os presentes.

Artigo 8º - A Assembleia Geral Ordinária será realizada, necessariamente, até o dia 31 de março de cada ano, para:

- (i) tomar as contas da Diretoria;
- (ii) discutir e votar as demonstrações financeiras;
- (iii) deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição dos dividendos;
- (iv) eleger os membros da Diretoria e decidir sobre a instalação do Conselho Fiscal, e fixar os montantes globais anuais de remuneração dos Diretores e membros do Conselho Fiscal.

Artigo 9º - Sem prejuízo da competência da Assembleia Geral prevista pela legislação aplicável, a aprovação das seguintes deliberações dependerá de aprovação pela Assembleia Geral da Companhia:

- (i) distribuição de dividendos, pagamento de juros sobre o capital próprio, ou qualquer outra forma de remuneração ao acionista, em montante superior àquele determinado na política de dividendos da Companhia, conforme estabelecida, de tempos em tempos, pelo acionista único da Companhia;
- (ii) mudança na política de distribuição de dividendos ou de juros sobre o capital próprio;
- (iii) aprovação de procedimentos de fusão, incorporação, cisão ou transformação ou qualquer operação societária similar envolvendo a Companhia ou seus negócios presentes ou futuros;
- (iv) qualquer alteração do Estatuto Social que implique: (a) aumento ou redução de capital; (b) alteração dos direitos conferidos pelas ações; (c) alteração no objeto social; ou (d) modificação da competência da Assembleia Geral de Acionistas e de quórum de presença e deliberação.

Página 5 de 12



MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A.
(Subsidiária Integral)
CNPJ 61.074.175/0001-38 - NIRE 3530004292-1

**ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 30 DE JUNHO DE 2016**

- (xxx) definir, periodicamente, observado o disposto no Plano de Negócios, as linhas gerais relativas a alçadas e natureza das aplicações, investimentos e outros negócios a serem feitos pela Companhia;
- (xxxi) examinar sobre a mudança da estrutura organizacional da Companhia, inclusive para criação ou extinção de cargos e funções no nível da Diretoria;
- (xxxii) autorizar a Companhia a adquirir suas próprias ações, observado o disposto no artigo 30 da Lei 6.404, de 15/12/1976 ("Lei das Sociedades por Ações"), e
- (xxxiv) declarar dividendos intermediários ou intercalares.

CAPÍTULO IV. ADMINISTRAÇÃO

Artigo 10 - A Companhia será administrada por uma Diretoria, composta por até 12 (doze) diretores, sempre em um número par de membros, os quais deverão ser divididos, em iguais números, entre diretores indicados pela BB Seguros Participações S.A. ("Diretores B") e diretores indicados pela Mapfre Brasil Participações S.A. ("Diretores M"). A Assembleia Geral elegerá um Diretor Presidente entre os Diretores M e um Diretor Vice-Presidente entre os Diretores B.

Parágrafo 1º - Os Diretores exercerão os seus mandatos por um prazo de 3 (três) anos, permitida a reeleição.

Parágrafo 2º - Os membros da Diretoria da Companhia ficam dispensados de prestar caução como garantia de sua gestão.

Parágrafo 3º - As pessoas que desempenharem o cargo de Diretor devem ser pessoas físicas de reconhecida reputação e prestígio em sua atividade profissional e comercial, com a qualificação necessária ou experiência profissional no ramo de negócio da Companhia e suas subsidiárias.

Artigo 11 - A Assembleia Geral designará, dentre os membros da Diretoria, aqueles que receberão as responsabilidades perante a SUSEP, nos termos das Circulares SUSEP n.º 234 e 249, das Resoluções CNSP n.º 116 e 143, bem como em quaisquer normas editadas ou que vierem a ser editadas, estabelecendo a obrigatoriedade de tal designação, conforme dispõe a Carta-Circular SUSEP/DECON/GAB/Nº 05/06, de 29/03/2006 e suas alterações posteriores.

Parágrafo Único - A investidura dos Diretores no cargo dar-se-á mediante assinatura do respectivo termo de posse, após a homologação pela SUSEP.

Artigo 12 - As resoluções da Diretoria serão aprovadas pelo voto da maioria simples dos Diretores presentes na reunião da Diretoria.

Parágrafo Único - Caso ocorra uma situação de empate no âmbito de reuniões de Diretoria, o procedimento abaixo deverá ser observado:

- (i) será suspensa por 3 (três) dias úteis a reunião em que se tenha identificada a impossibilidade de acordo relativamente a uma determinada matéria;

Página 8 de 12



MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A.
(Subsidiária Integral)
CNPJ 61.074.175/0001-38 - NIRE 3530004292-1

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 30 DE JUNHO DE 2016

- (xvii) aprovação de qualquer operação de empréstimo, adiantamento ou extensão de crédito para terceiros feitos pela Companhia e/ou por qualquer das suas subsidiárias;
- (xviii) aprovação de alterações na política de endividamento da Companhia;
- (xix) celebração de contratos ou assunção de qualquer tipo de obrigação entre a Companhia e/ou suas subsidiárias e os acionistas ou controladores, diretos ou indiretos, de seus acionistas ou sociedades que sejam, direta ou indiretamente, controladas ou coligadas dos acionistas da Companhia ou de seus controladores, bem como os respectivos empregados dessas sociedades ou com quaisquer pessoas vinculadas aos acionistas;
- (xx) realização de atos que importem renúncia e/ou restrição, pela Companhia, de direitos;
- (xxi) aprovação de operações e negócios em geral cuja natureza seja diferente do tipo de operação ou negócio normalmente, ou historicamente, empreendido pela Companhia, e/ou por qualquer das suas subsidiárias, bem como o desenvolvimento de novos negócios pela Companhia;
- (xxii) aprovação de ajuizamento de processos judiciais cuja matéria em discussão exceda 1% do valor do patrimônio líquido da Companhia e que não se relacionem a gestão de sinistros provenientes da atividade seguradora;
- (xxiii) eleição, demissão/destituição ou substituição, bem como fixação de atribuições, dos auditores independentes;
- (xxiv) constituição e extinção de subsidiárias, coligadas ou controladas da Companhia; criação e extinção de agências, filiais, bem como a criação e extinção de sucursais e/ou escritórios de representação da Companhia no exterior;
- (xxv) aprovação do orçamento anual da Companhia (incluindo investimentos e operações), bem como quaisquer alterações posteriores relevantes ao mesmo;
- (xxvi) aprovação e alteração do plano de negócios da Companhia e do planejamento estratégico da Companhia, o qual conterá, dentre outras matérias, a orientação geral dos negócios da Companhia;
- (xxvii) aprovação de modificações significativas na estrutura da política comercial das subsidiárias da Companhia;
- (xxviii) aprovação da política de publicidade e de modificações significativas a tal política quando inclua nomes, logos ou marcas de qualquer dos acionistas do acionista único da Companhia e dos respectivos grupos econômicos;
- (xxix) aprovação de modificações no plano de remuneração que afetem significativamente os empregados oriundos do Banco do Brasil ou outras sociedades do seu grupo econômico;
- (xxx) aprovação da contratação de prestadores de serviços e/ou fornecedores cujo valor seja superior a 3 milhões de reais;

Página 7 de 12



MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A.
(Subsidiária Integral)
CNPJ 61.074.175/0001-38 - NIRE 3530004292-1

**ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 30 DE JUNHO DE 2016**

- (ii) convocar e presidir as reuniões ordinárias e extraordinárias da Diretoria da Companhia;
- (iii) manter a acionista única da Companhia informada sobre todas as atividades relevantes da Companhia e enviar aos membros do Conselho de Administração da acionista única da Companhia relatórios trimestrais;
- (iv) propor ao Conselho de Administração da acionista única da Companhia planos que orientem o desenvolvimento da Companhia em todos os segmentos de suas atividades; e
- (v) elaborar e propor ao Conselho de Administração da acionista única da Companhia projetos de mudanças organizacionais decorrentes de exigências do negócio.

Artigo 15 - Além das atribuições previstas no Artigo 13, compete ao Diretor Vice-Presidente da Companhia:

- (i) propor ao Diretor Presidente planos que orientem o desenvolvimento da Companhia em todos os segmentos de suas atividades;
- (ii) elaborar e propor ao Diretor Presidente projetos de mudanças organizacionais decorrentes de exigências do negócio; e
- (iii) conduzir e coordenar as ações operacionais e corporativas da Companhia.

Artigo 16 - As deliberações da Diretoria e os atos dos respectivos Diretores, no exercício regular de seus cargos, obrigam a Companhia, na forma da lei e do Estatuto Social, ficando os Diretores, em caso de violação, solidariamente responsáveis pelos prejuízos causados a terceiros e acionistas.

CAPÍTULO V. CONSELHO FISCAL

Artigo 17 - A Companhia terá um Conselho Fiscal não permanente, cabendo à Assembleia Geral da Companhia a decisão por sua instalação.

Artigo 18 - O Conselho Fiscal da Companhia, quando instalado, será composto pelos mesmos membros que integram o Conselho Fiscal da MAPFRE BB SH2 Participações S.A.

Parágrafo Único - Os membros do Conselho Fiscal tomarão posse mediante a assinatura do termo respectivo, lavrado em livro próprio.

CAPÍTULO VI. COMITÊ DE AUDITORIA

Artigo 19 - A Companhia será supervisionada pelo Comitê de Auditoria da MAPFRE BB SH2 Participações S.A., o qual, nos termos do art. 14 da Resolução SUSEP n.º 118, de 22/12/2004 e legislação posterior, servirá a todas as sociedades supervisionadas integrantes do conglomerado financeiro do qual a instituição líder é a MAPFRE BB SH2 Participações S.A. ("Instituição Líder").

Página 10 de 12



MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A.
(Subsidiária Integral)
CNPJ 61.074.175/0001-38 - NIRE 3530004292-1

**ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 30 DE JUNHO DE 2016**

- (ii) durante o prazo da suspensão, os Diretores e os acionistas que os indicaram deverão realizar os melhores esforços para alcançar um consenso relativamente à citada matéria controvertida; e
- (iii) caso, apesar dos esforços realizados, não tenha sido possível se alcançar um consenso relativo à matéria controvertida, a reunião da Diretoria será retomada no 4º (quarto) dia útil após a referida suspensão, sem necessidade de convocação prévia, no mesmo horário e local em que tiver havido iniciado, a fim de que se continue a discussão se vote a referida matéria controvertida.

Artigo 13 - Além das atribuições previstas na legislação aplicável, compete à Diretoria a prática dos seguintes atos:

- (i) zelar pelo cumprimento do plano de negócios e do orçamento anual da Companhia;
- (ii) representar ativa e passivamente a Companhia perante quaisquer terceiros;
- (iii) cumprir e fazer cumprir as determinações da Assembleia Geral da Companhia;
- (iv) formular e submeter à aprovação da Assembleia Geral da Companhia os objetivos gerais de atuação e os planos estratégicos para o sucesso de tais objetivos, assim como do plano de negócios, bem como analisar periodicamente a situação de cumprimento de tais objetivos e estratégias e adotar as medidas necessárias para sua consecução;
- (v) formular e submeter à aprovação da Assembleia Geral da Companhia os pressupostos anuais de receitas, despesas e resultados, assim como as previsões anuais da situação financeira e patrimonial da Companhia, bem como analisar periodicamente a situação de cumprimento de tais pressupostos e previsões e adotar as medidas necessárias para sua consecução;
- (vi) identificar os principais riscos da Companhia, adotando e, se for o caso, propondo à aprovação da Assembleia Geral da Companhia as medidas necessárias para sua adequada prevenção e gestão;
- (vii) receber e analisar informações sobre incidências operacionais de caráter fiscal, fiscalizações, inspeções ou interposição de defesas e recursos, e
- (viii) criar e extinguir agências, filiais, sucursais e/ou escritórios de representação da Companhia.

Parágrafo Único - A representação da Companhia dar-se-á mediante a assinatura de dois Diretores, agindo em conjunto, dos quais, necessariamente, um Diretor B e um Diretor M.

Artigo 14 - Além das atribuições previstas no artigo acima, compete ao Diretor Presidente da Companhia:

- (i) supervisionar, orientar e coordenar as atividades dos demais Diretores, estabelecendo, quando for o caso, as funções de cada um dentro do seu setor de atividade;

Página 9 de 12

[Assinatura]

[Assinatura]



MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A.
(Subsidiária Integral)
CNPJ 61.074.175/0001-38 - NIRE 3530004292-1

**ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 30 DE JUNHO DE 2016**

Parágrafo 2º. Quando a Reserva de Investimentos atingir o montante do capital social, ou quando a Companhia entender que o saldo da reserva excede o necessário para cumprir sua finalidade, a Assembleia Geral poderá determinar sua aplicação total ou parcial na integralização ou aumento do capital social ou na distribuição de dividendos, na forma do artigo 199 da Lei das Sociedades por Ações.

Artigo 25 - Por deliberação da Diretoria, a Companhia poderá levantar balanços intermediários, bem como declarar dividendos ou juros sobre o capital próprio à conta de lucros apurados nesses balanços ou de reservas de lucros existentes.

Artigo 26 - A Companhia poderá pagar juros a título de remuneração de capital próprio calculados sobre as contas do patrimônio líquido, observados a taxa e os limites estabelecidos na legislação fiscal. O valor pago ao acionista único a título de juros sobre o capital próprio será deduzido do valor do dividendo mínimo obrigatório.

CAPÍTULO IX. DISSOLUÇÃO E LIQUIDAÇÃO

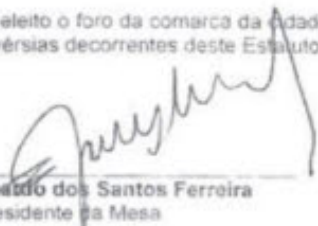
Artigo 27 - A Companhia se dissolverá nos casos estabelecidos pela lei ou por deliberação da Assembleia Geral de Acionistas.

Parágrafo Único - A própria Assembleia Geral de Acionistas estabelecerá a forma que se dará a dissolução, nomeando, para tanto, um ou vários liquidantes, cujo número deverá ser, sempre, ímpar.


Artigo 28 - A liquidação da Sociedade se dará nos casos estabelecidos na legislação aplicável.

CAPÍTULO X. FORO

Artigo 29 - Fica eleito o foro da comarca da cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer controvérsias decorrentes deste Estatuto Social.



Marcos Eduardo dos Santos Ferreira
Presidente da Mesa



Roberto Barroso
Secretário da Mesa



MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A.
(Subsidiária Integral)
CNPJ 61.074.175/0001-38 - NIRE 3530004292-1

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 30 DE JUNHO DE 2016

CAPÍTULO VII. ACORDO DE ACIONISTAS

Artigo 20 - O acordo de acionistas devidamente registrado na sede da Companhia, que estabeleça as condições de compra e venda de suas ações, o direito de preferência na sua compra, o exercício do direito de voto ou do poder de controle ou, ainda, outras avenças, serão sempre observados pela Companhia ("Acordo de Acionistas").

Artigo 21 - Os administradores deverão cumprir e zelar pelo cumprimento dos Acordos de Acionistas e dos planos de negócios e orçamentos anuais aprovados nos termos do Acordo de Acionistas e deste Estatuto Social.

CAPÍTULO VIII. EXERCÍCIO SOCIAL E DESTINAÇÃO DOS LUCROS

Artigo 22 - O exercício social inicia-se a 1º de janeiro e encerra-se a 31 de dezembro de cada ano.

Artigo 23 - A Diretoria deverá deliberar, no prazo máximo de dois meses a partir do fechamento de cada exercício, sobre as contas anuais e a proposta de aplicação do resultado do exercício.

Parágrafo Único - Após prévia análise e manifestação dos auditores independentes e do Conselho Fiscal, caso esteja instalado, nos termos da lei, as contas anuais e a proposta de aplicação do resultado do exercício deverão ser submetidos à Assembleia Geral Ordinária.

Artigo 24 - O lucro líquido apurado em cada exercício terá a seguinte ordem de aplicação:

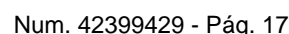
- (i) 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da Reserva Legal, que não excederá a 20% (vinte por cento) do capital social;
- (ii) uma parcela será destinada ao pagamento do dividendo obrigatório ao acionista único, no montante equivalente a 25% do lucro líquido do exercício;
- (iii) uma parcela, por proposta dos órgãos da administração, poderá ser destinada à formação de Reserva de Investimentos, nos termos dos parágrafos 1º e 2º abaixo; e
- (iv) no exercício em que o montante do dividendo obrigatório ultrapassar a parcela realizada do lucro do exercício, a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar o excesso à constituição da Reserva de Lucros a Realizar.

Parágrafo 1º. A Reserva de Investimentos tem o objetivo de prover fundos que garantam o nível de capitalização da Companhia, investimentos em atividades relacionadas com o objeto social da Companhia, o aumento de capital nas sociedades das quais participa como acionista, a aquisição de sociedades congêneres e/ou o pagamento de dividendos futuros ou suas antecipações. A parcela anual dos lucros líquidos destinada à Reserva de Investimento será determinada pelos acionistas em Assembleia Geral.

[Assinatura manuscrita]



© 2005 年 10 月 第 10 卷第 10 期 中国海洋大学学报(社会科学版)







Tribunal de Justiça de Pernambuco
Poder Judiciário

DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

Seção B da 2ª Vara Cível da Capital
Processo nº 0037119-31.2018.8.17.2001
AUTOR: EMANOELLE GRACIANO DOS SANTOS

RÉU: MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A, SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO
DPVAT S.A

CERTIDÃO DE DEVOLUÇÃO DE AR COM RECEBIMENTO

Certifico que, nesta data, faço anexar aos presentes autos o AR referente a Intimação da MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A . O referido é verdade. Dou fé.

RECIFE, 21 de março de 2019

VERONILDA OTAVIO DA SILVA
Diretoria Cível do 1º Grau



PREENCHER COM LETRA DE FORMA

AR

DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE	
NOME OU RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO DO OBJETO / NOM OU RAISON SOCIALE DU DESTINATAIRE	
ENDER	Nome: MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A Endereço: AV GOVERNADOR AGAMENON MAGALHÃES, 3855, BOA VISTA, RECIFE - PE - CEP: 50070-160
CEP / CO	0037119-31.2018.8.17.2001 ID 41268898 4
INTIMAÇÃO Seção B da 2ª Vara Cível da Capital	
DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (SUJEITO A VERIFICAÇÃO) / DISCRIMINATION	
NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI	
<input type="checkbox"/> PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE <input type="checkbox"/> EMS <input type="checkbox"/> SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ	
ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR	DATA DE RECEBIMENTO / DATE DE LIVRATION
<i>Diogo Ribeiro</i>	21/02/19
NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR	CARIMBO DE ENTREGA / UNIDADE DE DESTINO / BUREAU DE DESTINATION
<i>Diogo Ribeiro</i>	CDD BOA VISTA 21 FEV 2019 DR-PE
Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO RECEBEDOR / ORGÃO EXPEDIDOR	RUBRICA E MAT. DO EMPREGADO / SIGNATURE DE L'AGENT
3.500.980	<i>Marcondes</i> Mat.: 8.507.000-2
O PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERS	



Correios Brasil

AVISO DE RECEBIMENTO **AR**

(CÓDIGO DE BARRAS OU N° DE REGISTRO DO OBJETO)

AVIS. CN07 DE SÃO JOSÉ

DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT: 19/FEV 2019

UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT: RECIFE-PE

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR

DIRETORIA CIVEL DE 1º GRAU DA CAPITAL

FORUM DESEMBARGADOR RODOLFO AURELIANO - 1º ANDAR

AV. DESEMBARGADOR GUERRA BARREIRA S/Nº

ILHA JOANA BEZERRA RECIFE/PE CEP: 50.060-000

CIDADE / LOCALITÉ: UF: BRASIL BRÉSIL

ENDERECO PARA DEVOLUÇÃO / RETOUR





Tribunal de Justiça de Pernambuco
Poder Judiciário

DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

Seção B da 2ª Vara Cível da Capital
Processo nº 0037119-31.2018.8.17.2001
AUTOR: EMANOELLE GRACIANO DOS SANTOS

RÉU: MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A, SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO
DPVAT S.A

CERTIDÃO HABILITAÇÃO ADVOGADO

Certifico, para os devidos fins de direito, que, nesta data, procedi à habilitação do(a)(s) patrono(a)(s)
RAFAELLA BARBOSA PESSOA DE MELO - OAB PE25393-D da parte ré.

RECIFE, 27 de março de 2019.

CAMILLA RODRIGUES MARQUES CARNEIRO
Diretoria Cível do 1º Grau



JUNTADA DE SUBS E CARTA DE PREPOSIÇÃO



CARTA DE PREPOSIÇÃO

MAPFRE SEGUROS GERAIS S/A, inscrita no CNPJ/MF sob o N° 61.074.175/0001-38, com sede à AVENIDA NAÇÕES UNIDAS N° 14.261 , VILA GERTRUDES, São Paulo/SP, por seu procurador abaixo assinado, com poderes especiais, constitui preposto o(a) Sr(a) Dayvson Ricardo Farias Branco, brasileiro(a) portador(a) do RG N° 7797065 SDS/PE podendo representar a outorgante na <<audiencia>> designada para o dia , bem como nas demais que se sucederem, nos autos da reclamação (Processo N° 371193120188172001) promovida por EMANOELLE GRACIANO DOS SANTOS contra MAPFRE SEGUROS GERAIS S/A, em trâmite no da Comarca de Recife-PE, conferindo-lhe poderes para prestar depoimento pessoal em nome da outorgante, declarar ou ratificar atos, confessar, transigir, tirar fotocópias, retirar autos, enfim, praticar todos os atos inerentes ao desempenho da presente.

Recife/PE, 03 de Abril de 2019

João Alves Barbosa Filho
OAB/PE N° 4246



JOÃO BARBOSA Advogados Associados

João Barbosa

João Paulo Martins

Joselaine Maura Figueiredo

Fernando de Freitas Barbosa

Flávia Nonato Roberto

Osmar da Silva Aquino

Adriana França da Costa

Cristina de Oliveira Ferreira

Evelyn I. Castillo Arevalo

Gabrielle Guimarães de Souza

Roberta Cunha Marinho

Ananda Dias Mendes

Alessandra Modolo

Amanda de Oliveira M. José

Noêmia Fraga Teixeira

Juliana Justo de Oliveira

Taís Nery Silva

Rafaela F. Villas Boas Chagas

Klarissa M. C. Campos Ferreira

Deolindo Barreto Lima Neto

Michelle Galvão da Silva de Souza

Darlan Alves Moulin

Giovanna de Andrade Ribeiro

Isabel Alves da Rocha

Isabel Teixeira das Chagas

Lidiane da Silva Erves

Cristiane M. Saunier Flosi

Paloma Baptista de Oliveira

SUBSTABELECIMENTO

Substabeleço, com reserva de iguais, os Drs. Cláudio César de Andrade, Rafaella Barbosa, Antônio Yves Cordeiro de Mello, Flávia Vasconcelos de Lima Barbosa, Rosana Maria Ferreira dos Santos, Natália Barbosa Pessoa de Melo, Camilla Barbosa Pessoa de Melo, Susane Fonseca, Rafael Câmara Albuquerque Alheiros, todos brasileiros, inscritos na OAB/PE respectivamente sob os nºs 3705, 25393, 30225, 13049-D, 14284, 31251, 30701, 27462 e 31893, com endereço profissional Rua Quarenta e Oito, nº 138, Espinheiro, Recife-PE, os poderes que me foram outorgados por MAPFRE SEGUROS GERAIS S/A, nos autos (Processo Nº 371193120188172001) da AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT promovida por EMANOELLE GRACIANO DOS SANTOS, em trâmite no da Comarca de Recife-PE.

Recife/PE, 03 de Abril de 2019

João Alves Barbosa Filho
OAB/PE Nº 4246

Rua São José, 90 – Grupo 810/812 – CEP: 20010-020 – Rio de Janeiro/RJ
Telefone: 55 21 2117 4444 / Fax: 55 21 2117 4422 – E-mail: corporativo@joaobarbosaadvass.com.br





Tribunal de Justiça de Pernambuco
Poder Judiciário

DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

Seção B da 2ª Vara Cível da Capital
Processo nº 0037119-31.2018.8.17.2001
AUTOR: EMANOELLE GRACIANO DOS SANTOS

RÉU: MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A, SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO
DPVAT S.A

CERTIDÃO DE DEVOLUÇÃO DE AR COM RECEBIMENTO

Certifico que, nesta data, faço anexar aos presentes autos o AR referente a INTIMAÇÃO de SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. O referido é verdade. Dou fé.

RECIFE, 5 de abril de 2019

SANDRA MENEZES DE CARVALHO PIRES
Diretoria Cível do 1º Grau



PREENCHER COM LETRA DE FORMA **AR**

DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO DO OBJETO / NOM OU RAISON SOCIALE DU DESTINATAIRE

Nome: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A
Endereço: R SENADOR DANTAS, 74, 5º andar, CENTRO, RIO DE JANEIRO
RJ - CEP: 20031-205

UF PAÍS / PAYS

0037119-31.2018.8.17.2001 ID 41268897 3

INTIMAÇÃO Seção B da 2ª Vara Cível da Capital

DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (SUJEITO A VERIFICAÇÃO) / DÉCLARATION DE CONTENU (OBJET À VÉRIFICATION)

NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI

☐ PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE

☐ EMS

☐ SEGURO / VALEUR DÉCLARÉ

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR

DATA DE RECEBIMENTO / DATE DE LIVRATION

CARIMBO DE ENTREGA / UNIDADE DE DESTINO / BUREAU DE DESTINATION

CD 1 DE MARÇO - DR/RJ

22 FEV 2019

RIO DE JANEIRO/RJ

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR

Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO RECEBEDOR / ORGÃO EXIBIDOR

RUBRICA E MAT. DO EMPREGADO / SIGNATURE DE L'AGENT

R. Júnior
8.956.534-7

O PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERSO



Correios Brasil

AVISO DE RECEBIMENTO **AR**

AVIS CN03

(CÓDIGO DE BARRAS OU Nº DE REGISTRO DO OBJETO)

DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT

UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR

ENDERECO PARA DEVOLUÇÃO / RETOUR

DIRETORIA CÍVEL DE 1º GRAU DA CAPITAL
FÓRUM DESEMBARGADOR RODOLFO AURELIANO - 1º ANDAR
AV. DESEMBARGADOR GUERRA BARREIRO, S/Nº
ILHA JOANA BEZERRA RECIFE/PE CEP: 50.080-900

CIDADE / LOCALITÉ

UF

BRASIL
BRÉSIL



Segue, em anexo, Termo de Audiência e Laudo de Avaliação Médica para fins de Quantificação do Grau de Invalidez Permanente





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
JUIZO DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA CAPITAL

Termo de Audiência referente à **Ação de Cobrança Securitária - DPVAT, processo nº 0037119-31.2018.8.17.2001** proposta por **Emanoelle Graciano dos Santos**, em face de **Mafpre Vera Cruz Seguradora S.A e Seguradora Líder dos Consórcios de Seguro DPVAT**.

Aos 03 (três) dias do mês de abril do ano de dois mil e dezenove (2019), pelas 14:50 horas, na sala de audiências da 2ª Vara Cível da Comarca da Capital, presente se encontrava o MM. Juiz de Direito Titular, Dr. Rogério Lins e Silva.

Feito o pregão, verificou-se a presença da autora, Emanoelle Graciano dos Santos (RG nº 7.175.324 SDS-PE), acompanhada de seu advogada, Bela. Joanna de Lima Cavalcanti, OAB/PE nº 29460.

Presente o preposto da demandada, Sr. Dayvson Ricardo Farias Branco (RG nº 7797065 SDS-PE), acompanhado de seu advogado, Bel. Rafael Câmara Albuquerque Alheiros, OAB-PE nº 31893.

Instalada a audiência, após ser a parte autora submetida a exame, de acordo com o médico-perito, conforme laudo de verificação e quantificação de lesões permanentes em anexo, a parte demandada não apresentou proposta de acordo.

Em seguida, dada à palavra à advogada da parte autora para se manifestar acerca do laudo pericial ora produzido, se manifestou nos seguintes termos: nada a impugnar

Dada à palavra ao advogado da parte demandada para se manifestar a respeito do laudo, este alegou que: nada a opor em relação ao laudo ora produzido.

Caso os honorários do perito já se encontrem depositados nos autos, expeça-se alvará em favor do mesmo.

Ato contínuo foi determinado o encerramento da audiência, e que retornem os autos conclusos.

E como nada mais houvesse a merecer registro por parte do MM Juiz, determinou o encerramento do presente termo, que vai assinado por mim,

Evelane de Almeida Soares Evelane de Almeida Soares, Técnica Judiciária.

ROGÉRIO LINS E SILVA.
Juiz de Direito.

Autor: Emanoelle Graciano Adv. do Autor: Joanna de Lima Cavalcanti

Prep. do Réu: Dayvson Ricardo Farias Branco Advogado do réu: Rafael Câmara Albuquerque Alheiros



AVALIAÇÃO MÉDICA
PARA FINS DE VERIFICAÇÃO DO GRAU DE INVALIDEZ PERMANENTE

[Art. 31º da Lei 11.945 de 4/6/2009 que altera a Lei 6.194 de 14/12/1974]

Informações da Vítima

Nome completo: Emanuelle Giacinto dos Santos
CPF: 073.378.714-22
Endereço completo: Rua Vinte e Quatro de Maio, Nº 192,
Santa Antônio - Recife - PE.

Informações do acidente

Local: Cabo de Santo Agostinho
Data do Acidente: 26/09/2017

Concordância com a realização da avaliação médica

Declaro que as informações da vítima e do acidente, acima indicadas, são verdadeiras e que compareci, por livre e espontânea vontade, para realização da avaliação médica para fins de verificação do grau de invalidez permanente em razão do processo judicial nº 87.119-01.2017 para pagamento de indenização DPVAT por invalidez permanente, do qual figura como autor e que tramita na 2ª Vara Cível ou JEC da Comarca de Recife - (PE).

Local, data. Recife 03/10/17

Emanuelle Giacinto dos Santos
Assinatura da vítima

Avaliação Médica

I) Há lesão cuja etiologia (origem causal) seja exclusivamente decorrente de acidente pessoal com veículo automotor de via terrestre?

☒ Sim ☐ Não ☐ Prejudicado

Só prosseguir em caso de resposta afirmativa.

II) Descrever o quadro clínico atual informando:

a) qual (quais) região(ões) corporal(is) encontra(m)-se acometida(s);

Membro Superior Esquerdo - fratura do Coto Cíntico do
Úmero Esquerdo

b) as alterações (disfunções) presentes no patrimônio físico da Vítima, que sejam evolutivas e temporalmente compatíveis com o quadro documentado no primeiro atendimento médico hospitalar, considerando-se as medidas terapêuticas tomadas na fase aguda do trauma.

Hemorragia Cíntica com intermitente com fleco e perfura.
Evolução com consolidação óssea em Volgo

III) Há indicação de algum tratamento (em curso, prescrito, a ser prescrito), incluindo medidas de reabilitação?

☐ Sim ☒ Não

Se SIM, descreva a(s) medida(s) terapêutica(s) indicada(s):

[Assinatura]
Cirurgião Geral
CRM 11.111/PE



IV) Segundo o exame médico legal, pode-se afirmar que o quadro clínico cursa com:

- a) ☐ disfunções apenas temporárias
- b) ☒ dano anatômico e/ou funcional definitivo (sequelas)

Em caso de dano anatômico e/ou funcional definitivo informar as limitações físicas irreparáveis e definitivas presentes no patrimônio físico da vítima

Atrofia com limitação da Abdução da omóplata de 90°;
dan a função muscular.

V) Em virtude da evolução da lesão e/ou de tratamento, faz-se necessário exame complementar?

☐ Sim, em que prazo:

☒ Não

Em caso de enquadramento na opção "a" do item IV ou de resposta afirmativa ao item V, favor NÃO preencher os demais campos abaixo assinalados.

VI) Segundo o previsto na Lei 11.945 de 4 de junho de 2009 favor promover a quantificação da(s) lesão(ões) permanente(s) que não seja(m) mais susceptível(is) a tratamento como sendo geradora(s) de dano(s) anatômico(s) e/ou funcional(is) definitivo(s), especificando, segundo o anexo constante à Lei 11.945/09, o(s) segmento(s) corporal(is) acometido(s) e ainda segundo o previsto no instrumento legal, firmar a sua graduação:

Segmento corporal acometido:

a) ☐ Total

(Dano anatômico ou funcional permanente que comprometa a íntegra do patrimônio físico e/ou mental da vítima).

b) ☒ Parcial

(Dano anatômico e/ou funcional permanente que comprometa apenas parte do patrimônio físico e/ou mental da vítima). Em se tratando de dano parcial informar se o dano é:

b.1 ☐ Parcial Completo (Dano anatômico e/ou funcional permanente que comprometa de forma global algum segmento corporal da vítima).

b.2 ☒ Parcial Incompleto (Dano anatômico e/ou funcional permanente que comprometa apenas em parte a um (ou mais de um) segmento corporal da vítima).

b.2.1) Informar o grau da incapacidade definitiva da vítima, segundo o previsto na alínea II, § 1º do art. 3º da Lei 6.194/74 com redação introduzida pelo artigo 31 da Lei 11.945/2009, correlacionando o percentual ao seu respectivo dano, em cada segmento corporal acometido.

Segmento Anatômico

Marque aqui o percentual

1ª Lesão

Membro superior Esquerda ☐ 10% Residual ☒ 25% Leve ☐ 50% Média ☐ 75% Intensa

2ª Lesão

☐ 10% Residual ☐ 25% Leve ☐ 50% Média ☐ 75% Intensa

3ª Lesão

☐ 10% Residual ☐ 25% Leve ☐ 50% Média ☐ 75% Intensa

4ª Lesão

☐ 10% Residual ☐ 25% Leve ☐ 50% Média ☐ 75% Intensa

Observação: Havendo mais de quatro sequelas permanentes a serem quantificadas, especifique a respectiva graduação de acordo com os critérios ao lado apresentados:

Local e data da realização do exame médico:

Salvador 03/04/2019

Assinatura do médico – CRM

[Assinatura]
Dr. Leandro Casar
Cirurgião da Coluna
CRM: 14.046/PE





Tribunal de Justiça de Pernambuco
Poder Judiciário

DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

Seção B da 2ª Vara Cível da Capital
Processo nº 0037119-31.2018.8.17.2001
AUTOR: EMANOELLE GRACIANO DOS SANTOS

RÉU: MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A, SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO
DPVAT S.A

CERTIDÃO

Certifico, para os devidos fins de direito, que não há nos autos comprovação do depósito judicial dos honorários periciais pela parte demandada. O certificado é verdade. Dou fé.

RECIFE, 10 de abril de 2019.

CAMILLA RODRIGUES MARQUES CARNEIRO
Diretoria Cível do 1º Grau





Tribunal de Justiça de Pernambuco
Poder Judiciário

DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

Seção B da 2ª Vara Cível da Capital
Processo nº 0037119-31.2018.8.17.2001
AUTOR: EMANOELLE GRACIANO DOS SANTOS

RÉU: MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A, SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO
DPVAT S.A

CERTIDÃO

Certifico, para os devidos fins de direito, que faço a juntada do MALOTE DIGITAL, código de rastreabilidade 81720191466991. O certificado é verdade. Dou fé.

RECIFE, 10 de abril de 2019.

EGLINE SANTANA DA SILVA BATISTA
Diretoria Cível do 1º Grau





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
PODER JUDICIÁRIO

MALOTE DIGITAL

Tipo de documento: Administrativo

Código de rastreabilidade: 81720191466991

Nome original: 0000147-67.2019.8.17.2570.pdf

Data: 08/04/2019 09:20:01

Remetente:

Maria do Socorro Ferreira de Mattos

002ª Vara Cível da Comarca da Capital - Seção B

TJPE

Prioridade: Normal.

Motivo de envio: Para conhecimento.

Assunto: Para anexar ao Processo 0037119-31.2018.8.17.2001.





05/04/2019

Número: **0000147-67.2019.8.17.2570**

Classe: **CARTA PRECATÓRIA CÍVEL**

Órgão julgador: **1ª Vara da Comarca de Escada**

Última distribuição : **26/02/2019**

Valor da causa: **R\$ 7.762,50**

Assuntos: **Intimação**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
JUÍZO DE DIREITO DA SEÇÃO B DA 2ª VARA CÍVEL DA CAPITAL (DEPRECANTE)			
JUÍZO DE DIREITO DA COMARCA DE ESCADA-PE (DEPRECADO)			
EMANOELLE GRACIANO DOS SANTOS (DEPRECADO)		ANA CRISTINA ALEIXO PEREIRA SANTOS (ADVOGADO)	
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
41856 131	26/02/2019 13:56	Carta Precatória	Petição Inicial
41856 196	26/02/2019 13:56	Carta precatória	Expediente
41856 206	26/02/2019 13:56	Despacho	Outros (Documento)
41856 212	26/02/2019 13:56	Procuração	Procuração
41895 765	27/02/2019 09:43	Despacho	Despacho
42153 711	08/03/2019 15:48	Mandado	Mandado
42739 264	21/03/2019 14:11	Diligência	Diligência





Tribunal de Justiça de Pernambuco
Poder Judiciário

DEPRECANTE: JUÍZO DE DIREITO DA SEÇÃO B DA 2ª VARA CÍVEL DA CAPITAL

DEPRECADO: JUÍZO DE DIREITO DA COMARCA DE ESCADA-PE

Nome: EMANOELLE GRACIANO DOS SANTOS

Endereço: RUA 24 DE MAIO, 192, SANTO ANTONIO, ESCADA - PE - CEP: 55500-000

CARTA PRECATÓRIA - INTIMAÇÃO – JUSTIÇA GRATUITA

O(A) Exmo.(a) Sr.(a) Juiz(a) de Direito da Vara Cível acima epigrafada, em virtude de lei, FAZ SABER ao Exmo.(a) Sr.(a) Dr.(a) Juiz(a) de Direito da Comarca de ESCADA-PE que do processo acima indicado foi extraída a presente, deprecando o seu cumprimento e devolução como de direito.

Finalidade: EFETUAR A INTIMAÇÃO DO AUTOR, tudo conforme decisão prolatada, para comparecer a Seção B da 2ª Vara Cível da Capital no dia **03 de abril de 2019, quarta-feira, às 14h50min**, para se submeter a **exame pericial**, advertindo-o que o não comparecimento sem justo motivo ensejará o julgamento de improcedência por falta de provas (art. 373, I do CPC/2015).

Decisão, em parte: “[...] Intime-se o autor, por mandado (ou carta precatória), para que compareça a esta Vara no dia 03 de abril de 2019, quarta-feira, às 14h50min, para se submeter a exame pericial, advertindo-o que o não comparecimento sem justo motivo ensejará o julgamento de improcedência por falta de provas (art. 373, I do CPC/2015). [...]”

Observação: O cumprimento da diligência poderá ser comunicado através do Malote digital "**Diretoria Cível do 1º Grau**" conforme disposto no art. 232 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015.

Recife, 26 de fevereiro de 2019



Assinado eletronicamente por: CAMILLA RODRIGUES MARQUES CARNEIRO - 26/02/2019 13:55:53
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19022613555317300000041242701>
Número do documento: 19022613555317300000041242701

Num. 41856131 - Pág. 1



Assinado eletronicamente por: EGLINE SANTANA DA SILVA BATISTA - 10/04/2019 17:02:18
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19041017021820600000043033863>
Número do documento: 19041017021820600000043033863

Num. 43684592 - Pág. 3

CAMILLA RODRIGUES MARQUES CARNEIRO
Diretoria Cível do 1º Grau



Assinado eletronicamente por: CAMILLA RODRIGUES MARQUES CARNEIRO - 26/02/2019 13:55:53
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19022613555317300000041242701>
Número do documento: 19022613555317300000041242701

Num. 41856131 - Pág. 2



Assinado eletronicamente por: EGLINE SANTANA DA SILVA BATISTA - 10/04/2019 17:02:18
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19041017021820600000043033863>
Número do documento: 19041017021820600000043033863

Num. 43684592 - Pág. 4



26/02/2019

Número: **0037119-31.2018.8.17.2001**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **Seção B da 2ª Vara Cível da Capital**

Última distribuição : **30/07/2018**

Valor da causa: **R\$ 7.762,50**

Assuntos: **Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
EMANOELLE GRACIANO DOS SANTOS (AUTOR)		ANA CRISTINA ALEIXO PEREIRA SANTOS (ADVOGADO)	
MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A (RÉU)			
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A (RÉU)			
RODRIGO CASTRO DE MEDEIROS (PERITO)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
41554115	21/02/2019 17:50	Carta precatória	Carta precatória



Assinado eletronicamente por: CAMILLA RODRIGUES MARQUES CARNEIRO - 26/02/2019 13:55:53
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19022613555326800000041242765>
Número do documento: 19022613555326800000041242765

Num. 41856196 - Pág. 1



Assinado eletronicamente por: EGLINE SANTANA DA SILVA BATISTA - 10/04/2019 17:02:18
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19041017021820600000043033863>
Número do documento: 19041017021820600000043033863

Num. 43684592 - Pág. 5



Tribunal de Justiça de Pernambuco
Poder Judiciário

DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA
JOANA BEZERRA, RECIFE - PE - CEP: 50080-800

Seção B da 2ª Vara Cível da Capital
Processo nº 0037119-31.2018.8.17.2001
AUTOR: EMANOELLE GRACIANO DOS SANTOS

RÉU: MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A, SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO
SEGURO DPVAT S.A

CARTA PRECATÓRIA - INTIMAÇÃO – JUSTIÇA GRATUITA

Deprecante: Juízo de Direito de RECIFE-PE

Deprecado: Juízo de Direito de ESCADA-PE

O(A) Exmo.(a) Sr.(a) Juiz(a) de Direito da Vara Cível acima epigrafada, em virtude de lei, FAZ SABER ao Exmo.(a) Sr.(a) Dr.(a) Juiz(a) de Direito da Comarca de ESCADA-PE que do processo acima indicado foi extraída a presente, deprecando o seu cumprimento e devolução como de direito.

Finalidade: EFETUAR A INTIMAÇÃO DO AUTOR, tudo conforme decisão prolatada, para comparecer a Seção B da 2ª Vara Cível da Capital no dia **03 de abril de 2019, quarta-feira, às 14h50min**, para se submeter a **exame pericial**, advertindo-o que o não comparecimento sem justo motivo ensejará o julgamento de improcedência por falta de provas (art. 373, I do CPC/2015).

Decisão, em parte: “[...] Intime-se o autor, por mandado (ou carta precatória), para que compareça a esta Vara no dia 03 de abril de 2019, quarta-feira, às 14h50min, para se submeter a exame pericial, advertindo-o que o não comparecimento sem justo motivo ensejará o julgamento de improcedência por falta de provas (art. 373, I do CPC/2015). [...]”

Observação: O cumprimento da diligência poderá ser comunicado através do Malote digital "**Diretoria Cível do 1º Grau**" conforme disposto no art. 232 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015.

Obs.: O presente processo tramita de forma eletrônica através do sistema PJe. Independentemente de cadastro prévio, a parte/advogado poderá realizar consulta através do seguinte endereço eletrônico: <https://pje.tjpe.jus.br/1g/ConsultaPublica/listView.seam>
Toda a tramitação desta ação deverá ser feita através do referido sistema, sendo necessária a utilização de Certificação Digital. As instruções para cadastramento e uso do sistema podem ser obtidas através do seguinte endereço na internet:
<http://www.tjpe.jus.br/web/processo-judicial-eletronico/cadastro-de-advogado>



Assinado eletronicamente por: ROGERIO LINS E SILVA - 21/02/2019 17:50:55
<https://pje.tjpe.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19022117505583900000040946203>
Número do documento: 19022117505583900000040946203

Num. 41554115 - Pág. 1



Assinado eletronicamente por: CAMILLA RODRIGUES MARQUES CARNEIRO - 26/02/2019 13:55:53
<https://pje.tjpe.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19022613555326800000041242765>
Número do documento: 19022613555326800000041242765

Num. 41856196 - Pág. 2



Assinado eletronicamente por: EGLINE SANTANA DA SILVA BATISTA - 10/04/2019 17:02:18
<https://pje.tjpe.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19041017021820600000043033863>
Número do documento: 19041017021820600000043033863

Num. 43684592 - Pág. 6

Destinatário(s):

Nome: EMANOELLE GRACIANO DOS SANTOS

Endereço: RUA 24 DE MAIO, 192, SANTO ANTONIO, ESCADA-PE, CEP: 55500-000

Eu, CAMILLA RODRIGUES MARQUES CARNEIRO, o digitei e o submeto à conferência e assinatura(s). RECIFE, 20 de fevereiro de 2019.

DANIELLE LUCENA ARAÚJO MANZELLA ROGÉRIO LINS E SILVA

Diretoria Cível do 1º Grau

(Assinado eletronicamente)

Juiz de Direito

(Assinado eletronicamente)

A validade da assinatura deste documento poderá ser confirmada na página do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco: www.tjepe.jus.br – PJe-Processo Judicial Eletrônico – Consulta Documento [<https://pje.tjepe.jus.br/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>], utilizando o número do documento (código de barras) abaixo identificado.



Assinado eletronicamente por: ROGERIO LINS E SILVA - 21/02/2019 17:50:55

<https://pje.tjepe.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19022117505583900000040946203>

Número do documento: 19022117505583900000040946203

Num. 41554115 - Pág. 2



Assinado eletronicamente por: CAMILLA RODRIGUES MARQUES CARNEIRO - 26/02/2019 13:55:53

<https://pje.tjepe.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19022613555326800000041242765>

Número do documento: 19022613555326800000041242765

Num. 41856196 - Pág. 3



Assinado eletronicamente por: EGLINE SANTANA DA SILVA BATISTA - 10/04/2019 17:02:18

<https://pje.tjepe.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19041017021820600000043033863>

Número do documento: 19041017021820600000043033863

Num. 43684592 - Pág. 7



26/02/2019

Número: **0037119-31.2018.8.17.2001**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **Seção B da 2ª Vara Cível da Capital**

Última distribuição : **30/07/2018**

Valor da causa: **R\$ 7.762,50**

Assuntos: **Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
EMANOELLE GRACIANO DOS SANTOS (AUTOR)		ANA CRISTINA ALEIXO PEREIRA SANTOS (ADVOGADO)	
MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A (RÉU)			
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A (RÉU)			
RODRIGO CASTRO DE MEDEIROS (PERITO)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
40121721	18/01/2019 15:44	Despacho	Despacho



Assinado eletronicamente por: CAMILLA RODRIGUES MARQUES CARNEIRO - 26/02/2019 13:55:53
<https://pje.tjpe.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19022613555333000000041242774>
Número do documento: 19022613555333000000041242774

Num. 41856206 - Pág. 1



Assinado eletronicamente por: EGLINE SANTANA DA SILVA BATISTA - 10/04/2019 17:02:18
<https://pje.tjpe.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19041017021820600000043033863>
Número do documento: 19041017021820600000043033863

Num. 43684592 - Pág. 8



Tribunal de Justiça de Pernambuco
Poder Judiciário
Seção B da 2ª Vara Cível da Capital

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA
JOANA BEZERRA, RECIFE - PE - CEP: 50080-800 - F:(81) 31810350

Processo nº **0037119-31.2018.8.17.2001**

AUTOR: EMANOELLE GRACIANO DOS SANTOS

RÉU: MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A

DESPACHO

Diante da suspensão dos trabalhos da Seção de Mutirões desta Comarca, entendo conveniente a realização de Mutirão para realização de perícias e conciliações em processos que tratem do tema “*indenização securitária DPVAT*”, a realizar-se no dia 03 de abril de 2019, nesta Unidade Jurisdicional.

Sendo assim, designo audiência **a ser realizada nesta serventia** com o objetivo de apurar, através de perito oficial deste juízo, a lesão sofrida pelo demandante em virtude do alegado acidente de trânsito, em conformidade com a lei.

Intime-se o autor, por mandado (ou carta precatória), para que compareça a esta Vara no dia 03 de abril de 2019, quarta-feira, às **14h50min**, para se submeter a exame pericial, advertindo-o que **o não comparecimento sem justo motivo ensejará o julgamento de improcedência por falta de provas (art. 373, I do CPC/2015)**.

Por sua vez, **cite-se** a seguradora demandada para comparecer à referida audiência que, para todos os efeitos, valerá como audiência de conciliação ou de mediação, nos termos do art. 334 do CPC/2015, devendo ficar cientes as partes que o não comparecimento também gerará a aplicação de multa por ato



Assinado eletronicamente por: ROGERIO LINS E SILVA - 18/01/2019 15:44:04
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19011718130304600000039540791>
Número do documento: 19011718130304600000039540791

Num. 40121721 - Pág. 1



Assinado eletronicamente por: CAMILLA RODRIGUES MARQUES CARNEIRO - 26/02/2019 13:55:53
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19022613555333000000041242774>
Número do documento: 19022613555333000000041242774

Num. 41856206 - Pág. 2



Assinado eletronicamente por: EGLINE SANTANA DA SILVA BATISTA - 10/04/2019 17:02:18
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19041017021820600000043033863>
Número do documento: 19041017021820600000043033863

Num. 43684592 - Pág. 9

atentatório à dignidade da justiça, a ser fixada em até 2% (dois por cento) sobre o valor da causa. O prazo para apresentação da contestação será de 15 (quinze) dias úteis após a realização da audiência.

Nomeio como perito o médico RODRIGO CASTRO DE MEDEIROS (CPF nº 032.343.154-26) (cujo currículo encontra-se disponível nesta Vara para consulta pelas partes e advogados), especialista em ortopedia e traumatologia, CRM 14616-PE, com endereço eletrônico rodrigocastrodemedeiros@yahoo.com.br e contato telefônico (81) 99606-9246, para realizar a perícia aqui designada, devendo ser intimado para este encargo através do sistema PJe, ficando ciente da data e hora aqui informadas.

Fixo os honorários periciais em R\$200,00 (duzentos reais), os quais deverão ser depositados em juízo pela demandada até a data da audiência. **Fica a parte demandada desde já advertida que a perícia apenas será realizada caso, no ato da audiência, esteja comprovado nos autos o depósito dos honorários e, caso a perícia não se realize por ausência de comprovação do depósito, a demandada arcará com o ônus da prova, sem que seja designada outra data para realização da perícia.**

Esclareço, ainda, que no prazo de 15 (quinze) dias, da intimação deste despacho, as partes poderão oferecer impugnação ao perito nomeado, no caso de impedimento ou suspeição (art. 465, §1º, CPC/2015).

As partes deverão comparecer acompanhadas de seus respectivos patronos, notificando-se à seguradora demandada que envie prepostos com poderes para transigir.

Intimem-se as partes para, querendo, no prazo legal, formular quesitos e indicar assistente técnico, caso ainda não haja manifestação das partes nesse sentido, nos autos. O assistente técnico indicado poderá acompanhar a realização da perícia.

Publique-se. Intimem-se as partes e o perito. Cumpra-se.



Assinado eletronicamente por: ROGERIO LINS E SILVA - 18/01/2019 15:44:04
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19011718130304600000039540791>
Número do documento: 19011718130304600000039540791

Num. 40121721 - Pág. 2



Assinado eletronicamente por: CAMILLA RODRIGUES MARQUES CARNEIRO - 26/02/2019 13:55:53
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19022613555333000000041242774>
Número do documento: 19022613555333000000041242774

Num. 41856206 - Pág. 3



Assinado eletronicamente por: EGLINE SANTANA DA SILVA BATISTA - 10/04/2019 17:02:18
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19041017021820600000043033863>
Número do documento: 19041017021820600000043033863

Num. 43684592 - Pág. 10

Recife, 17 de janeiro de 2019.

ROGÉRIO LINS E SILVA

Juiz de Direito



Assinado eletronicamente por: ROGERIO LINS E SILVA - 18/01/2019 15:44:04
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19011718130304600000039540791>
Número do documento: 19011718130304600000039540791

Num. 40121721 - Pág. 3



Assinado eletronicamente por: CAMILLA RODRIGUES MARQUES CARNEIRO - 26/02/2019 13:55:53
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19022613555333000000041242774>
Número do documento: 19022613555333000000041242774

Num. 41856206 - Pág. 4



Assinado eletronicamente por: EGLINE SANTANA DA SILVA BATISTA - 10/04/2019 17:02:18
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19041017021820600000043033863>
Número do documento: 19041017021820600000043033863

Num. 43684592 - Pág. 11



26/02/2019

Número: **0037119-31.2018.8.17.2001**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **Seção B da 2ª Vara Cível da Capital**

Última distribuição : **30/07/2018**

Valor da causa: **R\$ 7.762,50**

Assuntos: **Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
EMANOELLE GRACIANO DOS SANTOS (AUTOR)		ANA CRISTINA ALEIXO PEREIRA SANTOS (ADVOGADO)	
MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A (RÉU)			
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A (RÉU)			
RODRIGO CASTRO DE MEDEIROS (PERITO)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
33838501	30/07/2018 17:32	1_pdfsam_DOC EMANUELE30072018	Documento de Comprovação



Assinado eletronicamente por: CAMILLA RODRIGUES MARQUES CARNEIRO - 26/02/2019 13:55:53
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19022613555340100000041242780>
Número do documento: 19022613555340100000041242780

Num. 41856212 - Pág. 1



Assinado eletronicamente por: EGLINE SANTANA DA SILVA BATISTA - 10/04/2019 17:02:18
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19041017021820600000043033863>
Número do documento: 19041017021820600000043033863

Num. 43684592 - Pág. 12

PROCURAÇÃO

OUTORGANTE: EMANUELE GRACIANO DOS SANTOS
brasileiro(a), estado civil SOLTEIRO, regularmente inscrito no CPF/MF sob o
nº 073.378.719-22 e portador da cédula de identidade
nº 7.175.329 residente e domiciliado(a) na
RUA - 24 DE MAIO
nº 1924 bairro de Santo Antonio
CEP 55500-000 na cidade de
ESCARA PE

OUTORGADA: ANA CRISTINA ALEIXO PEREIRA SANTOS, brasileira, solteira,
advogada, inscrita na OAB/PE 28.697 D, ambas com escritório profissional à Rua
Helena de Lemos, nº 331, Empresarial da Ilha, sala 104, Ilha do Retiro, Recife-PE.
CEP: 50750-630 E-mail: anasantosadv1@gmail.com. onde recebe intimações e/ou
notificações judiciais.

PODERES: Para promover defesa dos meus interesses judiciais, concedendo-lhes
poderes incluídos nas cláusulas "Ad Juditia" e "Ad Juditia Et Extra" (Art. 70 parágrafo 3º
e 4º da Lei nº 4215, de 27/04/63), em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, em todas
as fases do processo, podendo propor ação em Justiça Comum, desistir de ações,
renunciar, interpor recursos, transigir, receber e dar quitação, retirar Alvará judicial de
pagamento em nome do autor, do cartório judicial ou gabinetes em afins, firmar
compromissos, usar de todos os recursos legais, por mais especiais que sejam,
mesmo extraordinários, promover justificações, inquirir e contestar testemunhas,
inclusive receber a citação inicial, confessar, reconhecer a procedência do
pedido, representar em audiência, usando em suma, de todos os poderes permitidos
em Direito, para que a sua defesa seja a mais ampla e cabal, inclusive substabelecer
em Advogado de sua confiança, e quando lhe convier, com, ou sem reservas de
poderes.

JUSTIÇA GRATUITA: Desejando obter os benefícios da "Justiça Gratuita", declara,
sob as penas da lei, que não possui recursos suficientes para custear qualquer
demanda, sem prejuízo do sustento próprio e da família, pelo que, nos termos da Lei
nº 1.060 de 05 de fevereiro de 1950, faz jus aos benefícios da gratuidade da Justiça.

CLÁUSULA DE ONEROSIDADE E DE RETENÇÃO JUDICIAL: Pelo exercício do
mandato, compromete-se o outorgante a pagar ao advogado-outorgado, a título de
honorários advocatícios, o valor correspondente a 30% (trinta por cento) de todo e
qualquer valor econômico-financeiro que constitua acréscimo ao patrimônio jurídico da
parte, obtido com o êxito da causa, na esfera administrativa ou judicial. Para tanto,
desde já, autoriza a retenção judicial dos honorários ora pactuados. Compromete-se,
ainda, a cumprir, além da presente cláusula de onerosidade do mandato, as demais
disposições complementares contidas no contrato de honorários advocatícios
celebrado em instrumento próprio.

Recife, 18 de Julho de 2018

EMANUELE GRACIANO DOS SANTOS
Outorgante



Assinado eletronicamente por: ANA CRISTINA ALEIXO PEREIRA SANTOS - 30/07/2018 17:32:27
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=18073017322763400000033385034>
Número do documento: 18073017322763400000033385034

Num. 33838501 - Pág. 1



Assinado eletronicamente por: CAMILLA RODRIGUES MARQUES CARNEIRO - 26/02/2019 13:55:53
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19022613555340100000041242780>
Número do documento: 19022613555340100000041242780

Num. 41856212 - Pág. 2



Assinado eletronicamente por: EGLINE SANTANA DA SILVA BATISTA - 10/04/2019 17:02:18
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19041017021820600000043033863>
Número do documento: 19041017021820600000043033863

Num. 43684592 - Pág. 13

DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE

Eu EMANUELE GRACIANO DOS SANTOS

RG 7.175.324 CPF 073.378.741-22

Residente na RUA 04 DE MAIO, Bairro STO ANTONIO

Cidade ESCALA Estado de PERNAMBUCO

Declaro para os devidos fins e efeitos que fui vítima de acidente de trânsito, e, portanto, apresento-me como beneficiário do seguro obrigatório DPVAT, para requerer a indenização a que tenho direito.

Outrossim Declaro pelo presente que estou ciente das implicações legais decorrentes da não veracidade nas informações aqui prestadas, sendo, portanto, verdadeiro o que declaro e assino neste documento.

Recife, 18 de JULHO de 2018.

Emmanuel Graciano dos Santos

Assinatura do Declarante



Assinado eletronicamente por: ANA CRISTINA ALEIXO PEREIRA SANTOS - 30/07/2018 17:32:27
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=18073017322763400000033385034>
Número do documento: 18073017322763400000033385034

Num. 33838501 - Pág. 2



Assinado eletronicamente por: CAMILLA RODRIGUES MARQUES CARNEIRO - 26/02/2019 13:55:53
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19022613555340100000041242780>
Número do documento: 19022613555340100000041242780

Num. 41856212 - Pág. 3



Assinado eletronicamente por: EGLINE SANTANA DA SILVA BATISTA - 10/04/2019 17:02:18
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19041017021820600000043033863>
Número do documento: 19041017021820600000043033863

Num. 43684592 - Pág. 14

DECLARAÇÃO DE POBREZA

EU, EMANUELE GRACIANO DOS SANTOS,
brasileiro(a), estado civil SOLTEIRA,
profissão CONSULTOR FINANCEIRO inscrito no CPF/MF sob o
nº 073.378.714-22 e portador da cédula de
identidade nº 7.175.324, residente e
domiciliado(a) RUA 24 DE MAIO
nº 199 A, bairro SANTO ANTONIO,
CEP 55500-000 na cidade de
ESCARA / PE.

Declaro sob as penas da lei, para os fins de concessão da Justiça Gratuita,
que não tenho condições de arcar com as custas e despesas
processuais, sem sacrifício do meu sustento de minha família, de acordo
com os termos da Lei nº 1.060/1950.

Recife, 18 de JULHO de 2018.

NOME: Emmanuel Graciano dos Santos



Assinado eletronicamente por: ANA CRISTINA ALEIXO PEREIRA SANTOS - 30/07/2018 17:32:27
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=18073017322763400000033385034>
Número do documento: 18073017322763400000033385034

Num. 33838501 - Pág. 3



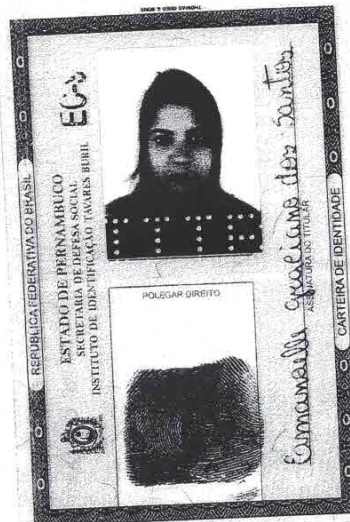
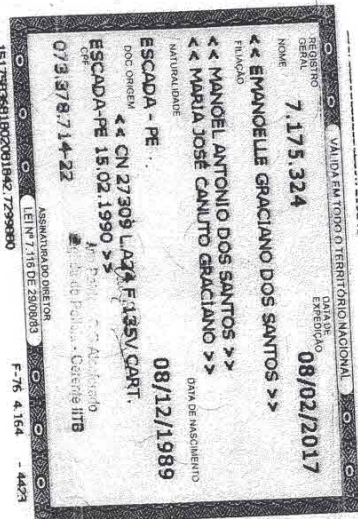
Assinado eletronicamente por: CAMILLA RODRIGUES MARQUES CARNEIRO - 26/02/2019 13:55:53
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19022613555340100000041242780>
Número do documento: 19022613555340100000041242780

Num. 41856212 - Pág. 4



Assinado eletronicamente por: EGLINE SANTANA DA SILVA BATISTA - 10/04/2019 17:02:18
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19041017021820600000043033863>
Número do documento: 19041017021820600000043033863

Num. 43684592 - Pág. 15



Assinado eletronicamente por: ANA CRISTINA ALEIXO PEREIRA SANTOS - 30/07/2018 17:32:27
<https://pje.tipe.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=18073017322763400000033385034>
Número do documento: 18073017322763400000033385034

Num. 33838501 - Pág. 4



Assinado eletronicamente por: CAMILLA RODRIGUES MARQUES CARNEIRO - 26/02/2019 13:55:53
<https://pje.tipe.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19022613555340100000041242780>
Número do documento: 19022613555340100000041242780

Num. 41856212 - Pág. 5



Assinado eletronicamente por: EGLINE SANTANA DA SILVA BATISTA - 10/04/2019 17:02:18
<https://pje.tipe.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19041017021820600000043033863>
Número do documento: 19041017021820600000043033863

Num. 43684592 - Pág. 16



Tarifa Social de Energia Elétrica: Lida pela Lei 10.438, de 26/04/02
NOTA FISCAL - FATURA - CONTA DE ENERGIA ELÉTRICA
Companhia Energética de Pernambuco
Av. João de Barros, 111, Boa Vista, Recife, Pernambuco - CEP 50050-902
CNPJ 10.835.932/0001-08 | Ins. Est. 0005943-93 | www.celpe.com.br

DADOS DO CLIENTE
EMANUELE GRALIANO DOS SANTOS

ENDEREÇO DA UNIDADE CONSUMIDORA
RUA 24 DE MAIO 192 -A

CPF 073.378.714-22

STO ANTONIO/ESCADA
ESCADA PE
55500-000

CLASSIFICAÇÃO
B1 RESIDENCIAL
RESIDENCIAL
Monofásico

CONTA CONTRATO MÊS/MO
7025795347 09/2017
DATA DE VENCIMENTO DATA PREVISTA PROXIMA LETURA
20/09/2017 13/10/2017
TOTAL A PAGAR (R\$) 63,95

Nº DA NOTA FISCAL SÉRIE EMISSÃO
001368974 ÚNICA 13/09/2017
APRESENTAÇÃO Nº DO CLIENTE Nº DA INSTALAÇÃO
13/09/2017 2015672083 6448146

DESCRIÇÃO DA NOTA FISCAL	QUANTIDADE	PREÇO (R\$)	VALOR (R\$)
Consumo Abvo(W/h)	84,0000030	0,67315022	56,54
Acrescimo Bandeira AMARELA			1,00
Acrescimo Bandeira VERMELHA			1,98
Contribuição Iluminação Pública			2,70
Multa por atraso -NF 001327915 - 14/08/17			0,44
Juros por atraso -NF 001327915 - 14/08/17			0,03
Atualização IGPM-NF 001327915 - 14/08/17			

TOTAL DA FATURA 63,95

DEMONSTRATIVO DE CONSUMO DESTA NOTA FISCAL							
Nº DO MEDIDOR	TIPO DA FUNÇÃO	DATA	ANTERIOR	ATUAL	Nº DE DIAS	CONSTANTE	CONSUMO (kWh)
217032444	CAT	14/08/2017	102,00	136/00/17	30	1,00000	84,00

COMPOSIÇÃO DE CONSUMO		INFORMAÇÕES DE TRIBUTOS		COMPOSIÇÃO DO CONSUMO	
MÊS/MO kWh		BASE DE CÁLCULO	%	VALOR DO IMPORTE	
SET 17 04		ICMS	59,52	25,00	14,06
AGO 17 02		PIS	59,52	0,04	0,36
Jul 17 30		COFINS	59,52	3,00	1,76
JUN 17					
Mai 17					
ABR 17					
MAR 17					
FEV 17					
JAN 17					
DEZ 16					
NOV 16					
OCT 16					
SET 16					

TARIFAS APLICADAS 0,4833000

RESERVADO AO FISCO
77FO 2282 ED7F 10BE E3B4 49FA 2449 A886

INFORMAÇÕES IMPORTANTES

Na data de leitura e baseada em vigor e a Avernos. Mais informações em nosso site: www.celpe.com.br. O cliente é responsável quanto ao valor da contribuição social calculada no final da tarifa de lançamento. Paga, em atraso por a multa 20x(Rateio AMARELO), Juros 1% ao mês (C.A. 360/2) e atualização monetária no pré-fixado O Cliente é responsável quando não o descumprimento da prazo devido para os pontos de atendimento comercial.

Não existem débitos de 2016 e antes anteriores de 2016. A atualizada para comparação do consumo das seguintes do consumidor, as seguintes de seu anterior mensal (R\$ 17,58). Na 13/09/2017, Data de leitura, o parcelamento anterior de 2016 não tem relação com o atualizado que possui no processo judicial.

DURAÇÃO E FREQUÊNCIA DA INTERRUPTÃO					NÍVEL DE TENSÃO		
CONSUMO	VALOR APLICADO (R\$)	LIMITE MENSAL	LIMITE TRIMESTRAL	LIMITE ANUAL	TENSÃO NOMINAL (V)	LIMITE DE VARIAÇÃO (V)	
ONC	1,35	6,03	12,06	24,11	220	202	231
FIC	1,00	3,42	6,85	13,7			
OMIO	1,35	3,51	0,00	0,00			

Limite ONC 12:22 (R\$ 50,00 - Valor de Energia de Uso de Sistema de Distribuição - R\$ 20,00)

CONTA CONTRATO MÊS/MO DATA DE VENCIMENTO TOTAL A PAGAR (R\$)
7025795347 09/2017 20/09/2017 63,95

8387000000-1 63950011007-0 025795347 10-9 09098525663-5



Assinado eletronicamente por: ANA CRISTINA ALEIXO PEREIRA SANTOS - 30/07/2018 17:32:27
<https://pje.tipe.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=18073017322763400000033385034>
Número do documento: 18073017322763400000033385034

Num. 33838501 - Pág. 5



Assinado eletronicamente por: CAMILLA RODRIGUES MARQUES CARNEIRO - 26/02/2019 13:55:53
<https://pje.tipe.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19022613555340100000041242780>
Número do documento: 19022613555340100000041242780

Num. 41856212 - Pág. 6



Assinado eletronicamente por: EGLINE SANTANA DA SILVA BATISTA - 10/04/2019 17:02:18
<https://pje.tipe.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19041017021820600000043033863>
Número do documento: 19041017021820600000043033863

Num. 43684592 - Pág. 17

18/07/2018

Seguradora Líder-DPVAT Acompanhe o Processo



(//)



Buscar no site



A COMPANHIA ▾ SEGURO DPVAT ▾ PONTOS DE ATENDIMENTO (Pontos-de-Atendimento) ▾ CENTRO DE DADOS E ESTATÍSTICAS ▾ SALA DE IMPRENSA ▾ TRABALHE CONOSCO ▾ CONTATO ▾

Seguro DPVAT

Acompanhe o Processo de Indenização

Nova Consulta

Todos os documentos apresentados, não importando o ponto de atendimento escolhido para a entrega, são encaminhados a contar da data de entrega da documentação completa.

SINISTRO 3180010724 - Resultado de consulta por beneficiário

VÍTIMA EMANOELLE GRACIANO DOS SANTOS

COBERTURA Invalidez

PONTO DE ATENDIMENTO RECEPTOR DO PEDIDO DE INDENIZAÇÃO GENTE SEGURADORA S/A

BENEFICIÁRIO EMANOELLE GRACIANO DOS SANTOS

CPF/CNPJ: 07337871422

Posição em 18-07-2018 13:58:11

Seu pedido de indenização foi concluído com a liberação do pagamento. O valor abaixo será creditado na conta que você indi

Data do Pagamento	Valor da Indenização	Juros e Correção	Valor Total
28/06/2018	R\$ 1.687,50	R\$ 0,00	R\$ 1.687,50

Histórico das correspondências enviadas

Data da Carta	Referência	Ver Carta
05/07/2018	Pagamento de Indenização, com memória de cálculo de invalidez	https://sisdpvatdocs.seguradoralider.com.br:8443/api/file/download/o41Pouvcdcs03LntvclB5w==api_key=kBgtVzHSVBgElJzShqvPT4niaHrl2HP__v+iGYxWT3mY=
19/06/2018	Interrupção de Prazo	https://sisdpvatdocs.seguradoralider.com.br:8443/api/file/download/s3MH4wQrMV0je+wQc2bapi_key=kBgtVzHSVBgElJzShqvPT4niaHrl2HP__v+iGYxWT3mY=
01/05/2018	Exigência Documental	https://sisdpvatdocs.seguradoralider.com.br:8443/api/file/download/RPaNUc4S+DLua__DtnU5api_key=kBgtVzHSVBgElJzShqvPT4niaHrl2HP__v+iGYxWT3mY=
06/04/2018	Exigência Documental	https://sisdpvatdocs.seguradoralider.com.br:8443/api/file/download/cqHZ__fxGDC7rWTLz0uviapi_key=kBgtVzHSVBgElJzShqvPT4niaHrl2HP__v+iGYxWT3mY=

1/3



Assinado eletronicamente por: ANA CRISTINA ALEIXO PEREIRA SANTOS - 30/07/2018 17:32:27
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=1807301732276340000003385034>
Número do documento: 1807301732276340000003385034

Num. 33838501 - Pág. 6








Assinado eletronicamente por: CAMILLA RODRIGUES MARQUES CARNEIRO - 26/02/2019 13:55:53
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19022613555340100000041242780>
Número do documento: 19022613555340100000041242780

Num. 41856212 - Pág. 7



Assinado eletronicamente por: EGLINE SANTANA DA SILVA BATISTA - 10/04/2019 17:02:18
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19041017021820600000043033863>
Número do documento: 19041017021820600000043033863

Num. 43684592 - Pág. 18

 MINISTÉRIO DA JUSTIÇA DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL BOLETIM DE ACIDENTE DE TRÂNSITO			PROTOCOLO: 17075099B01
			STATUS: Encerrado
INFORMAÇÕES GERAIS			
POLICIAL/MATRÍCULA:		DATA/HORA:	
ROMAGUERA/1371795		26/09/2017 18:00	
Na Rodovia			
MUNICÍPIO/UF:			
CABO DE SANTO AGOSTINHO/PE			
BR:	KM:	SENTIDO:	
101	103.2	Crescente	
DESCRIÇÃO DO LOCAL:			
ASPECTOS DO LOCAL E DO ATENDIMENTO			
FASE DO DIA:		CONDIÇÃO METEOROLÓGICA:	
Plena Noite		Garoa/Chuveiro	
TIPO DE VIA:		CONDIÇÃO DE PISTA:	
Principal		Molhada	
TIPO DE PAVIMENTO:		ESTRUTURA VIÁRIA:	
Asfalto		Reta	
LOCALIDADE URBANIZADA:		EXISTÊNCIA DE CANTEIRO CENTRAL:	
Sim		Sim	
IMAGEM PANORÂMICA - SENTIDO CRESCENTE		IMAGEM PANORÂMICA - SENTIDO DECRESCENTE	
			
IMAGEM DO LOCAL			
			
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES DO ACIDENTE:			

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE PELO PRF ROMAGUERA, MATRÍCULA 1371795
DATA/HORA DE ENCERRAMENTO DA OCORRÊNCIA: 30/09/2017 09:23 NÚMERO DE CONTROLE: 7CACE7FF0BE99E7F93FF6276FC8BA
VERIFICAÇÃO DE AUTENTICIDADE NA INTERNET: www.prf.gov.br/novobat/autenticar Página 1 de 11



Assinado eletronicamente por: ANA CRISTINA ALEIXO PEREIRA SANTOS - 30/07/2018 17:32:27
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=18073017322763400000033385034>
Número do documento: 18073017322763400000033385034

Num. 33838501 - Pág. 7



Assinado eletronicamente por: CAMILLA RODRIGUES MARQUES CARNEIRO - 26/02/2019 13:55:53
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19022613555340100000041242780>
Número do documento: 19022613555340100000041242780

Num. 41856212 - Pág. 8



Assinado eletronicamente por: EGLINE SANTANA DA SILVA BATISTA - 10/04/2019 17:02:18
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19041017021820600000043033863>
Número do documento: 19041017021820600000043033863

Num. 43684592 - Pág. 19



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL
BOLETIM DE ACIDENTE DE TRÂNSITO



PROTOCOLO:
17075099B01

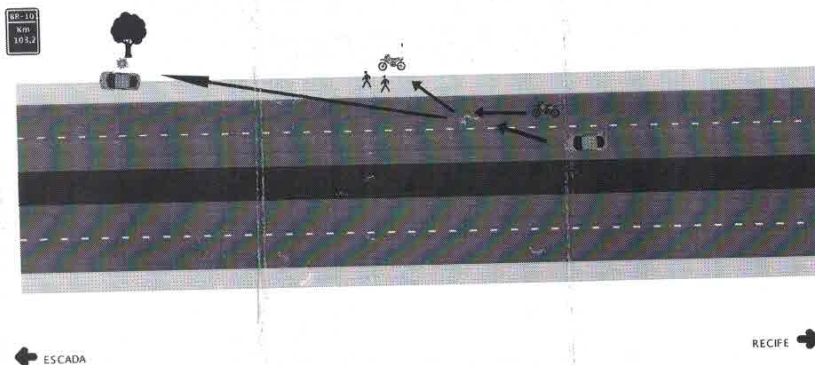
STATUS:
Encerrado

DINÂMICA

Eventos Sucessivos

Ordem	Tipo de Evento	Veículos Envolvidos
1	Colisão lateral	V2 V1
2	Saida de leito carroçável	V1
3	Colisão com objeto estático	V1
4	Queda de ocupante de veículo	V2

Croqui



Narrativa

CONFORME LEVANTAMENTO REALIZADO NO LOCAL CONSTATA-SE QUE O V1 MUDOU DE FAIXA E COLIDIU NO V2, FAZENDO AMBOS OS CONDUTORES PERDEREM O CONTROLE DOS VEÍCULOS, SENDO QUE O V1 SAIU DA PISTA E COLIDIU EM UMA ÁRVORE, ENQUANTO O V2 TOMBOU E SEUS OCUPANTES FORAM AO SOLO.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE PELO PRF ROMAGUERA, MATRÍCULA 1371795

DATA/HORA DE ENCERRAMENTO DA OCORRÊNCIA: 30/09/2017 09:23

NÚMERO DE CONTROLE: 7CACDE7FF0BE99E7F93FF6276FC8BA

VERIFICAÇÃO DE AUTENTICIDADE NA INTERNET: www.prf.gov.br/novobat/autenticar

Página 2 de 11



Assinado eletronicamente por: ANA CRISTINA ALEIXO PEREIRA SANTOS - 30/07/2018 17:32:27
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=18073017322763400000033385034>
Número do documento: 18073017322763400000033385034

Num. 33838501 - Pág. 8



Assinado eletronicamente por: CAMILLA RODRIGUES MARQUES CARNEIRO - 26/02/2019 13:55:53
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19022613555340100000041242780>
Número do documento: 19022613555340100000041242780

Num. 41856212 - Pág. 9



Assinado eletronicamente por: EGLINE SANTANA DA SILVA BATISTA - 10/04/2019 17:02:18
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19041017021820600000043033863>
Número do documento: 19041017021820600000043033863

Num. 43684592 - Pág. 20



Tribunal de Justiça de Pernambuco
Poder Judiciário
1ª Vara da Comarca de Escada

R Dr. Ezequiel de Barros, S/N, Maracujá, ESCADA - PE - CEP: 55500-000 - F:(81) 35348923

Processo nº **0000147-67.2019.8.17.2570**

DEPRECANTE: JUÍZO DE DIREITO DA SEÇÃO B DA 2ª VARA CÍVEL DA CAPITAL

DEPRECADO: JUÍZO DE DIREITO DA COMARCA DE ESCADA-PE, EMANOELLE GRACIANO DOS SANTOS

DESPACHO

CUMpra-se. Após devolva-se com nossas homenagens.

Escada, 27 de fevereiro de 2019

Juiz(a) de Direito



Assinado eletronicamente por: CLAUDIO AMERICO DE MIRANDA JUNIOR - 27/02/2019 09:43:37
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19022709433698100000041281551>
Número do documento: 19022709433698100000041281551

Num. 41895765 - Pág. 1



Assinado eletronicamente por: EGLINE SANTANA DA SILVA BATISTA - 10/04/2019 17:02:18
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19041017021820600000043033863>
Número do documento: 19041017021820600000043033863

Num. 43684592 - Pág. 21



Tribunal de Justiça de Pernambuco
Poder Judiciário

1ª Vara da Comarca de Escada

R Dr. Ezequiel de Barros, S/N, Maracujá, ESCADA - PE - CEP: 55500-000

1ª Vara da Comarca de Escada

Processo nº 0000147-67.2019.8.17.2570

DEPRECANTE: JUÍZO DE DIREITO DA SEÇÃO B DA 2ª VARA CÍVEL DA CAPITAL

DEPRECADO: JUÍZO DE DIREITO DA COMARCA DE ESCADA-PE, EMANOELLE GRACIANO DOS SANTOS

MANDADO DE INTIMAÇÃO

De ordem do MM Juíz de Direito, nos termos do Provimento nº 02/2010 da Corregedoria Geral de Justiça, em virtude da lei etc. **MANDA** ao Senhor Oficial de Justiça que, em cumprimento ao presente, extraído do processo acima indicado e, nos termos do art. 21, *caput*, da Lei 11.340/2006, **INTIME a pessoa abaixo indicada** do inteiro teor do despacho abaixo/em anexo:

Despacho: Comparecer em audiência no dia **03/04/2019 às 14hs50min., na Seção B da 2ª Vara Cível da Capital**, para se submeter ao exame pericial, advertindo-o que o seu não comparecimento sem motivo justo implicará no julgamento de improcedência por falta de provas

Destinatário(s):

Nome: EMANOELLE GRACIANO DOS SANTOS

Endereço: RUA 24 DE MAIO, 192, SANTO ANTONIO, ESCADA - PE

Eu, Maria Edivanira Oliveira dos Santos, o digitei e o submeto à conferência e assinatura(s).

Escada, 8 de março de 2019.

Maria Edivanira Oliveira dos Santos

Mat. 183766-4

ADVERTÊNCIA: a ofensa, através de palavras ou atos, que redunde em vexame, humilhação, desprestígio ou irreverência ao oficial de justiça poderá configurar o **crime de desacato**, nos termos do art. 331 do CPB.

A validade da assinatura deste documento poderá ser confirmada na página do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco: www.tjpe.jus.br – PJe-Processo Judicial Eletrônico – Consulta Documento [



Assinado eletronicamente por: MARIA EDIVANIA OLIVEIRA DOS SANTOS - 08/03/2019 15:48:14
<https://pje.tjpe.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19030815481402400000041534601>
Número do documento: 19030815481402400000041534601

Num. 42153711 - Pág. 1



Assinado eletronicamente por: EGLINE SANTANA DA SILVA BATISTA - 10/04/2019 17:02:18
<https://pje.tjpe.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19041017021820600000043033863>
Número do documento: 19041017021820600000043033863

Num. 43684592 - Pág. 22

<https://pje.tje.jus.br/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>], utilizando o número do documento (código de barras) abaixo identificado.



Assinado eletronicamente por: MARIA EDIVANIA OLIVEIRA DOS SANTOS - 08/03/2019 15:48:14
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19030815481402400000041534601>
Número do documento: 19030815481402400000041534601

Num. 42153711 - Pág. 2



Assinado eletronicamente por: EGLINE SANTANA DA SILVA BATISTA - 10/04/2019 17:02:18
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19041017021820600000043033863>
Número do documento: 19041017021820600000043033863

Num. 43684592 - Pág. 23

CERTIDAO

CERTIFICO QUE INTIMEI A SRA. EMANOELLE GRACIANO DOS SANTOS, TELEFONE 9 8866.9972. ESCADA, 14:03;2019.

ALEXSANDRA ARAUJO DE SA NOVAES

OFICIALA DE JUSTICA

MAT. 182996-3



Assinado eletronicamente por: ALEXSANDRA ARAUJO DE SA NOVAES - 21/03/2019 14:11:44
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19032114114447300000042106972>
Número do documento: 19032114114447300000042106972

Num. 42739264 - Pág. 1



Assinado eletronicamente por: EGLINE SANTANA DA SILVA BATISTA - 10/04/2019 17:02:18
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19041017021820600000043033863>
Número do documento: 19041017021820600000043033863

Num. 43684592 - Pág. 24

JUNTADA DE HONORÁRIOS PERICIAIS




RECIBO DO SACADO

		104-0	10498.39291 94000.100043 11092.303111 1 78840000020000		
Beneficiário CAIXA ECONÔMICA FEDERAL			CPF/CNPJ do Beneficiário 00.360.305/0001-04	Agência / Código do Cedente 2717 / 839299	
Nº do documento 040271701521904107	Nosso Número 14000000110923031-4	Vencimento 09/05/2019	Valor do Documento 200,00		
Instruções (Texto de Responsabilidade do Cedente): TRIBUNAL:TJ PERNAMBUCO COMARCA: RECIFE VARA:02A VARA CIVEL PROCESSO: 00371193120188172001 N° GUIA: 1 JURISDICIONADOS: EMANOELLE GRACIANO DOS SANTOS / SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGUR CONTA: 2717 040 01737623-0 Para enviar TED JUDICIAL, utilizar o ID: 040271701521904107 OBS:HONORARIOS PERICIAIS			(-) Desconto		
			(-) Outras Deduções/Abatimentos		
			(+) Mora/Multa/Juros		
			(+) Outros Acréscimos		
			(=) Valor Cobrado		
Sacado: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGUR			CPF/CNPJ: 09.248.608/0001-04 UF: CEP: CPF/CNPJ:		
Sacador/Avalista:					

SAC CAIXA: 0800 726 0101 (informações, reclamações, sugestões e elogios)

Para pessoas com deficiência auditiva ou de fala: 0800 726 2492

Ouvidoria: 0800 725 7474 (reclamações não solucionadas e denúncias)

		104-0	10498.39291 94000.100043 11092.303111 1 78840000020000		
Local de pagamento PREFERENCIALMENTE NA REDE LOTERICA OU NAS AGENCIAS DA CAIXA				Vencimento 09/05/2019	
Beneficiário CAIXA ECONÔMICA FEDERAL			CPF/CNPJ do Beneficiário 00.360.305/0001-04	Agência / Código do Cedente 2717 / 839299	
Data do documento 10/04/2019	Nº do documento 040271701521904107	Espécie de docto. DJ	Aceite S	Data do processamento 10/04/2019	Nosso Número 14000000110923031-4
Uso do Banco	Carteira CR	Moeda R\$	Quantidade	Valor	(=) Valor do Documento 200,00
Instruções (Texto de Responsabilidade do Cedente): TRIBUNAL:TJ PERNAMBUCO COMARCA: RECIFE VARA:02A VARA CIVEL PROCESSO: 00371193120188172001 N° GUIA: 1 JURISDICIONADOS: EMANOELLE GRACIANO DOS SANTOS / SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGUR					(-) Desconto
					(-) Outras Deduções/Abatimentos
					(+) Mora/Multa/Juros



CONTA: 2717 040 01737623-0

Para enviar TED JUDICIAL, utilizar o ID:

OBS:HONORARIOS PERICIAIS

(+) Outros Acréscimos

(=) Valor Cobrado

Sacado: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGUR

CPF/CNPJ:
09.248.608/0001-04

UF: CEP:

Sacador/Avalista:

CPF/CNPJ:



Autenticação - Ficha de Compensação



Guia - Ficha de Compensação

Nº DA PARCELA	DATA DO DEPÓSITO		AGÊNCIA (PREF / DV)	Nº DA CONTA JUDICIAL
	17/04/2019		0	0
DATA DA GUIA	Nº DA GUIA	Nº DO PROCESSO		
17/04/2019	2564840	00371193120188172001		
UF/COMARCA	ORGÃO/VARA	DEPOSITANTE	VALOR DO DEPÓSITO (R\$)	
PE	Vara Cível	RÉU	200,00	
NOME DO RÉU/IMPETRADO	TIPO DE PESSOA		CPF / CNPJ	
SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A	Jurídica		09248608000104	
NOME DO AUTOR / IMPETRANTE	TIPO DE PESSOA		CPF / CNPJ	
EMANOELLE GRACIANO DOS SANTOS	FÍSICA		07337871422	
AUTENTICAÇÃO ELETRÔNICA				
36954EEBB1C72822				





EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE RECIFE/PE SEÇÃO B

Processo: 0037119-31.2018.8.17.2001

MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S.A, previamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada por seus advogados que esta subscrevem, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **EMANOELLE GRACIANO DOS SANTOS**, em trâmite perante este Douto Juízo, vem respeitosamente, à presença de V. Exa., requerer que seja determinada a juntada da **FICHA DE COMPENSAÇÃO E RECIBO DE PAGAMENTO** em anexo, com fito de **comprovar o pagamento dos honorários do perito nomeado pelo Juízo**.

Caso haja a ausência imotivada da parte autora à perícia, requer à V. Exa. se digne em determinar a **EXPEDICÃO DE ALVARÁ** em nome do advogado **RAFAEL CÂMARA ALBUQUERQUE ALHEIROS, OAB/PE 31.893**, para que o mesmo proceda junto ao banco depositante, com a **transferência do montante depositado**, e seus acréscimos legais, em favor da **SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

RECIFE, 25 de abril de 2019.

ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELO JUNIOR
30225 - OAB/PE







Tribunal de Justiça de Pernambuco
Poder Judiciário
Seção B da 2ª Vara Cível da Capital

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA, RECIFE
- PE - CEP: 50080-800 - F:(81) 31810350

Processo nº **0037119-31.2018.8.17.2001**

AUTOR: EMANOELLE GRACIANO DOS SANTOS

RÉU: MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A, SEGURADORA LIDER DOS CONSÓCIOS DE SEGURO DPVAT

SENTENÇA

Vistos, etc...

EMANOELLE GRACIANO DOS SANTOS, parte legitimamente habilitada, propôs a presente **Ação de Cobrança Securitária - DPVAT**, em face de **MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A e SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓCIOS DE SEGURO DPVAT**, todos qualificados, alegando, em síntese que em 26.09.2018 sofreu acidente automobilístico, que lhe causou debilidade permanente no membro superior esquerdo.

Afirma ter recebido a quantia de R\$ 1.687,50 (mil seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos) a título de pagamento administrativo em decorrência da aplicação de percentuais previstos na lei do Seguro DPVAT. Alega, todavia, que diante da debilidade adquirida, faria jus ao recebimento a maior, de acordo com o art. 3º, II, da Lei nº 6.194/74. Assim, pede a condenação das rés ao pagamento da complementação, a fim de integrar o valor indenizatório devido. Acostou documentação e procuração. Requereu a gratuidade da justiça.

Devidamente citadas, a demandada, em petição conjunta, apresentaram resposta sob a forma de contestação (ID 41555517), na qual afirmaram restar ausente nexo de causalidade entre a invalidez do autor e o suposto acidente noticiado. Alegaram que a parte autora não apresentou qualquer documento conclusivo no que tange ao direito de receber a íntegra do teto indenizatório, uma vez que não trouxe aos autos laudo do IML que atenda ao



disposto no art. 5º, §5º, da Lei 6.194/74, documento imprescindível para que se estabeleça o grau de limitação do membro afetado. No mais, teceram considerações acerca da ausência de documento imprescindível ao exame da questão bem assim a respeito da impossibilidade de condenação do pagamento pretendido. Por fim, afirmaram que a correção monetária seria a partir do ajuizamento da ação e os juros moratórios a partir da citação. Pugnaram pela total improcedência do pedido formulado.

Audiência de conciliação ocorrida em 03.04.2019 (ID 43562529 – pág 1), na qual restou inexitosa a tentativa de composição, haja vista a parte demandada não ter apresentado proposta de acordo. Na citada audiência, foi a parte autora submetida a exame médico, conforme Laudo de Verificação e Quantificação de Lesões Permanentes, firmado pelo médico Dr. Rodrigo Castro (CRM-PE 14.616). Ainda em audiência ambas as partes se manifestaram a respeito do laudo.

Autos conclusos.

DECIDO.

De início, a teor do artigo 98 do Código de Processo Civil, defiro os benefícios da Justiça gratuita.

No enfrentamento meritório, vale destacar que a Lei nº 6.194/74, ao dispor sobre seguro obrigatório de danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não, teve como finalidade precípua instituir o Seguro Obrigatório com o objetivo de ofertar segurança às vítimas. O seguro DPVAT é obrigatório independentemente de eventual apuração de culpa, imposto a todos os que possuem veículos automotores de vias terrestres.

No que diz respeito a quantia a ser paga em decorrência do sinistro, segundo a sistemática atual, diferentemente do alegado pela parte autora, esta varia em conformidade com a lesão sofrida pela vítima. É que o inciso II, § 1º, do artigo 3º, da Lei 6.194/74 fixa tais valores, em função do dano corporal efetivamente comprovado, devendo as lesões serem enquadradas na tabela anexa para a devida indenização.

O laudo acostado aos autos quando da audiência (ID 43562529 – pág 2 e 3), o qual supre a ausência de laudo emitido pelo Instituto de Medicina Legal, e não impugnado por qualquer das partes, demonstra, no essencial, que do sinistro resultou *“debilidade permanente parcial incompleta no membro superior esquerdo no percentual de 25% (vinte e cinco por cento)”*.

Assim, presume-se através do Boletim de Ocorrência (ID 33838501 – pág. 7 e 8, ID 33838510 e ID 33838515 – pág 1 e 2), das Fichas de Atendimento Hospitalar (ID 33838515 – pág 3 a 7, ID 33838522 e ID 33838532) e do Laudo de Verificação e Quantificação (ID 43562529 – pág 2 e 3) a existência de nexo de causalidade entre as lesões apresentadas pela autora e o sinistro em comento. Ademais, ressalte-se que a própria ré reconheceu que as



lesões apresentadas são decorrentes do sinistro sofrido pela autora, pois efetuou o pagamento administrativo, conforme demonstra tela inserta na contestação (ID 41555517 - pag. 4), corroborando o doc. de ID 33838501 - pág. 6.

Apesar de as demandadas haverem questionado a existência de nexo de causalidade, observo que tanto a ficha de atendimento quanto o Boletim de Ocorrência são uníssonos ao afirmarem que a fratura sofrida pela autora decorreu de acidente causado por veículo automotor não havendo divergências quanto a dinâmica do acidente. Ademais, não caberia aos relatórios médicos indicarem se a autora ficou acometida de alguma debilidade permanente (quantificando o grau da lesão) em razão do acidente automobilístico; dita comprovação é de responsabilidade do perito. Ressalto que o próprio médico da demandada, em perícia administrativa (vide contestação de ID 41555517), atestou que a autora apresentava sequelas permanentes consistentes na limitação dos movimentos do ombro esquerdo, o que corrobora em parte a perícia elaborada em juízo. Deste modo, inexistindo provas robustas nos autos em sentido contrário, é de se reconhecer a existência de nexo entre o acidente e a debilidade adquirida pela autora.

Destarte, deve ser aplicada a Lei 6.194/74 vigente à época da ocorrência do sinistro, a qual havia sido alterada pela Lei nº 11.945/2009, cujo anexo prevê os percentuais de indenização decorrente de invalidez a serem pagos, cujo montante, à hipótese vertente, deve corresponder a importância de R\$ 2.362,50 (dois mil trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos), uma vez tratar-se de invalidez parcial incompleta decorrente da redução leve do movimento do membro superior esquerdo.

Assim, tendo o autor recebido administrativamente a importância de R\$ 1.687,50 (mil seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos), a título de seguro, faz jus ao recebimento da complementação da importância de R\$ 675,00 (seiscentos e setenta e cinco centavos).

Quanto a incidência dos juros de mora, entendo que estes devem ser calculados a partir da data em que a seguradora foi constituída em mora, ou seja, a partir da citação (Súmula 426 do STJ), enquanto que a correção monetária deve obedecer o atual entendimento do STJ esposado na Súmula de nº 580, a qual prevê que "a correção monetária nas indenizações do seguro DPVAT por morte ou invalidez, prevista no § 7º do art. 5º da Lei nº 6.194/1974, redação dada pela Lei nº 11.482/2007, incide desde a data do evento danoso".

Por todas estas considerações, **JULGO PROCEDENTE EM PARTE** o pedido formulado pela parte autora, para condenar as rés, solidariamente, a pagarem à autora o valor de R\$ 675,00 (seiscentos e setenta e cinco centavos), sem prejuízo de atualização monetária pela tabela/ENCOGE a partir do evento danoso. Os juros de mora no percentual de 1% ao mês serão lançados a partir da citação.

Considerando a ocorrência de sucumbência recíproca (art. 85, §14, do CPC), as partes repartirão igualmente as custas processuais e honorários advocatícios, estes fixados em 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação, devidamente atualizado. Todavia, tendo em vista que a autora é beneficiária da justiça gratuita, ditas verbas sucumbenciais restarão, em relação a este, suspensas, consoante dispõe o art. 98, §3º do Código de Processo Civil.

Por fim, intime-se o demandado para, no prazo de 05 (cinco) dias, complementar o valor dos honorários periciais, atendendo, assim, ao disposto no despacho de ID 41141405, sob pena de bloqueio das contas de sua titularidade através do sistema BacenJud.



Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

Recife, 31 de maio de 2019.

JULIO CEZAR SANTOS DA SILVA

Juiz de Direito





Tribunal de Justiça de Pernambuco
Poder Judiciário

DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

Seção B da 2ª Vara Cível da Capital
Processo nº 0037119-31.2018.8.17.2001
AUTOR: EMANOELLE GRACIANO DOS SANTOS

RÉU: MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A, SEGURADORA LIDER DOS CONSÓCIOS DE SEGURO DPVAT

INTIMAÇÃO DE SENTENÇA

Por ordem do(a) Exmo(a). Dr(a). Juiz(a) de Direito do Seção B da 2ª Vara Cível da Capital, fica(m) a(s) parte(s) intimada(s) do inteiro teor da Sentença de ID 46032572, conforme segue transcrito abaixo:

" SENTENÇA Vistos, etc... EMANOELLE GRACIANO DOS SANTOS, parte legitimamente habilitada, propôs a presente Ação de Cobrança Securitária - DPVAT, em face de MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A e SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓCIOS DE SEGURO DPVAT, todos qualificados, alegando, em síntese que em 26.09.2018 sofreu acidente automobilístico, que lhe causou debilidade permanente no membro superior esquerdo. Afirma ter recebido a quantia de R\$ 1.687,50 (mil seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos) a título de pagamento administrativo em decorrência da aplicação de percentuais previstos na lei do Seguro DPVAT. Alega, todavia, que diante da debilidade adquirida, faria jus ao recebimento a maior, de acordo com o art. 3º, II, da Lei nº 6.194/74. Assim, pede a condenação das rés ao pagamento da complementação, a fim de integrar o valor indenizatório devido. Acostou documentação e procuração. Requereu a gratuidade da justiça. Devidamente citadas, a demandada, em petição conjunta, apresentaram resposta sob a forma de contestação (ID 41555517), na qual afirmaram restar ausente nexo de causalidade entre a invalidez do autor e o suposto acidente noticiado. Alegaram que a parte autora não apresentou qualquer documento conclusivo no que tange ao direito de receber a íntegra do teto indenizatório, uma vez que não trouxe aos autos laudo do IML que atenda ao disposto no art. 5º, §5º, da Lei 6.194/74, documento imprescindível para que se estabeleça o grau de limitação do membro afetado. No mais, teceram considerações acerca da ausência de documento imprescindível ao exame da questão bem assim a respeito da impossibilidade de condenação do pagamento pretendido. Por fim, afirmaram que a correção monetária seria a partir do ajuizamento da ação e os juros moratórios a partir da citação. Pugnaram pela total improcedência do pedido formulado. Audiência de conciliação ocorrida em 03.04.2019 (ID 43562529 – pág 1), na qual restou inexitosa a tentativa de composição, haja vista a parte demandada não ter apresentado proposta de acordo. Na citada audiência, foi a parte autora submetida a exame médico, conforme Laudo de Verificação e Quantificação de Lesões Permanentes, firmado pelo médico Dr. Rodrigo Castro (CRM-PE 14.616). Ainda em audiência ambas as partes se manifestaram a respeito do laudo. Autos conclusos. DECIDO. De início, a teor do artigo 98 do Código de Processo Civil, defiro os benefícios da Justiça gratuita. No enfrentamento meritório, vale destacar que a Lei nº 6.194/74, ao dispor sobre seguro obrigatório de danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não, teve como finalidade precípua instituir o Seguro Obrigatório com o objetivo de ofertar segurança às vítimas. O seguro DPVAT é obrigatório independentemente de eventual apuração de culpa, imposto a todos os que possuem veículos automotores de vias terrestres. No que diz respeito a quantia a ser paga em decorrência do sinistro, segundo a sistemática atual, diferentemente do alegado pela parte autora, esta varia em



conformidade com a lesão sofrida pela vítima. É que o inciso II, § 1º, do artigo 3º, da Lei 6.194/74 fixa tais valores, em função do dano corporal efetivamente comprovado, devendo as lesões serem enquadradas na tabela anexa para a devida indenização. O laudo acostado aos autos quando da audiência (ID 43562529 – pág 2 e 3), o qual supre a ausência de laudo emitido pelo Instituto de Medicina Legal, e não impugnado por qualquer das partes, demonstra, no essencial, que do sinistro resultou “debilidade permanente parcial incompleta no membro superior esquerdo no percentual de 25% (vinte e cinco por cento)”. Assim, presume-se através do Boletim de Ocorrência (ID 33838501 – pág. 7 e 8, ID 33838510 e ID 33838515 – pág 1 e 2), das Fichas de Atendimento Hospitalar (ID 33838515 – pág 3 a 7, ID 33838522 e ID 33838532) e do Laudo de Verificação e Quantificação (ID 43562529 – pág 2 e 3) a existência de nexo de causalidade entre as lesões apresentadas pela autora e o sinistro em comento. Ademais, ressalte-se que a própria ré reconheceu que as lesões apresentadas são decorrentes do sinistro sofrido pela autora, pois efetuou o pagamento administrativo, conforme demonstra tela inserta na contestação (ID 41555517 - pag. 4), corroborando o doc. de ID 33838501 - pág. 6. Apesar de as demandadas haverem questionado a existência de nexo de causalidade, observo que tanto a ficha de atendimento quanto o Boletim de Ocorrência são uníssonos ao afirmarem que a fratura sofrida pela autora decorreu de acidente causado por veículo automotor não havendo divergências quanto a dinâmica do acidente. Ademais, não caberia aos relatórios médicos indicarem se a autora ficou acometida de alguma debilidade permanente (quantificando o grau da lesão) em razão do acidente automobilístico; dita comprovação é de responsabilidade do perito. Ressalto que o próprio médico da demandada, em perícia administrativa (vide contestação de ID 41555517), atestou que a autora apresentava sequelas permanentes consistentes na limitação dos movimentos do ombro esquerdo, o que corrobora em parte a perícia elaborada em juízo. Deste modo, inexistindo provas robustas nos autos em sentido contrário, é de se reconhecer a existência de nexo entre o acidente e a debilidade adquirida pela autora. Destarte, deve ser aplicada a Lei 6.194/74 vigente à época da ocorrência do sinistro, a qual havia sido alterada pela Lei nº 11.945/2009, cujo anexo prevê os percentuais de indenização decorrente de invalidez a serem pagos, cujo montante, à hipótese vertente, deve corresponder a importância de R\$ 2.362,50 (dois mil trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos), uma vez tratar-se de invalidez parcial incompleta decorrente da redução leve do movimento do membro superior esquerdo. Assim, tendo o autor recebido administrativamente a importância de R\$ 1.687,50 (mil seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos), a título de seguro, faz jus ao recebimento da complementação da importância de R\$ 675,00 (seiscentos e setenta e cinco centavos). Quanto a incidência dos juros de mora, entendo que estes devem ser calculados a partir da data em que a seguradora foi constituída em mora, ou seja, a partir da citação (Súmula 426 do STJ), enquanto que a correção monetária deve obedecer o atual entendimento do STJ esposado na Súmula de nº 580, a qual prevê que “a correção monetária nas indenizações do seguro DPVAT por morte ou invalidez, prevista no § 7º do art. 5º da Lei nº 6.194/1974, redação dada pela Lei nº 11.482/2007, incide desde a data do evento danoso”. Por todas estas considerações, JULGO PROCEDENTE EM PARTE o pedido formulado pela parte autora, para condenar as rés, solidariamente, a pagarem à autora o valor de R\$ 675,00 (seiscentos e setenta e cinco centavos), sem prejuízo de atualização monetária pela tabela/ENCOGE a partir do evento danoso. Os juros de mora no percentual de 1% ao mês serão lançados a partir da citação. Considerando a ocorrência de sucumbência recíproca (art. 85, §14, do CPC), as partes repartirão igualmente as custas processuais e honorários advocatícios, estes fixados em 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação, devidamente atualizado. Todavia, tendo em vista que a autora é beneficiária da justiça gratuita, ditas verbas sucumbenciais restarão, em relação a este, suspensas, consoante dispõe o art. 98, §3º do Código de Processo Civil. Por fim, intime-se o demandado para, no prazo de 05 (cinco) dias, complementar o valor dos honorários periciais, atendendo, assim, ao disposto no despacho de ID 41141405, sob pena de bloqueio das contas de sua titularidade através do sistema BacenJud. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Recife, 31 de maio de 2019. JULIO CEZAR SANTOS DA SILVA Juiz de Direito "

RECIFE, 10 de junho de 2019.

CAMILLA RODRIGUES MARQUES CARNEIRO
Diretoria Cível do 1º Grau



JUNTADA DE HONORÁRIOS PERICIAIS




RECIBO DO SACADO

		104-0	10498.39291 94000.100043 11092.303111 1 78840000020000		
Beneficiário CAIXA ECONÔMICA FEDERAL			CPF/CNPJ do Beneficiário 00.360.305/0001-04		Agência / Código do Cedente 2717 / 839299
Nº do documento 040271701521904107	Nosso Número 14000000110923031-4	Vencimento 09/05/2019	Valor do Documento 200,00		
Instruções (Texto de Responsabilidade do Cedente):					(-) Desconto
TRIBUNAL:TJ PERNAMBUCO COMARCA: RECIFE VARA:02A VARA CIVEL					(-) Outras Deduções/Abatimentos
PROCESSO: 00371193120188172001 N° GUIA: 1					(+) Mora/Multa/Juros
JURISDICIONADOS: EMANOELLE GRACIANO DOS SANTOS / SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGUR					(+) Outros Acréscimos
CONTA: 2717 040 01737623-0					(=) Valor Cobrado
Para enviar TED JUDICIAL, utilizar o ID: 040271701521904107					
OBS:HONORARIOS PERICIAIS					
Sacado: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGUR					CPF/CNPJ: 09.248.608/0001-04
					UF: CEP:
Sacador/Avalista:					CPF/CNPJ:

SAC CAIXA: 0800 726 0101 (informações, reclamações, sugestões e elogios)

Para pessoas com deficiência auditiva ou de fala: 0800 726 2492

Ouvidoria: 0800 725 7474 (reclamações não solucionadas e denúncias)

		104-0	10498.39291 94000.100043 11092.303111 1 78840000020000		
Local de pagamento PREFERENCIALMENTE NA REDE LOTERICA OU NAS AGENCIAS DA CAIXA					Vencimento 09/05/2019
Beneficiário CAIXA ECONÔMICA FEDERAL			CPF/CNPJ do Beneficiário 00.360.305/0001-04		Agência / Código do Cedente 2717 / 839299
Data do documento 10/04/2019	Nº do documento 040271701521904107	Espécie de docto. DJ	Aceite S	Data do processamento 10/04/2019	Nosso Número 14000000110923031-4
Uso do Banco	Carteira CR	Moeda R\$	Quantidade	Valor	(=) Valor do Documento 200,00
Instruções (Texto de Responsabilidade do Cedente):					(-) Desconto
TRIBUNAL:TJ PERNAMBUCO COMARCA: RECIFE VARA:02A VARA CIVEL					(-) Outras Deduções/Abatimentos
PROCESSO: 00371193120188172001 N° GUIA: 1					(+) Mora/Multa/Juros
JURISDICIONADOS: EMANOELLE GRACIANO DOS SANTOS / SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGUR					



CONTA: 2717 040 01737623-0

Para enviar TED JUDICIAL, utilizar o ID:

OBS:HONORARIOS PERICIAIS

(+) Outros Acréscimos

(=) Valor Cobrado

Sacado: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGUR

CPF/CNPJ:
09.248.608/0001-04

UF: CEP:

Sacador/Avalista:

CPF/CNPJ:



Autenticação - Ficha de Compensação



Nº DA PARCELA	DATA DO DEPÓSITO	AGÊNCIA (PREF / DV)	Nº DA CONTA JUDICIAL
	17/04/2019	0	0
DATA DA GUIA	Nº DO PROCESSO		TIPO DE JUSTIÇA
17/04/2019	00371193120188172001		ESTADUAL
UF/COMARCA	ORGÃO/VARA	DEPOSITANTE	VALOR DO DEPÓSITO (R\$)
PE	Vara Cível	RÉU	200,00
NOME DO RÉU/IMPETRADO		TIPO DE PESSOA	CPF / CNPJ
SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A		Jurídica	092486080000104
NOME DO AUTOR / IMPETRANTE		TIPO DE PESSOA	CPF / CNPJ
EMANOELLE GRACIANO DOS SANTOS		FÍSICA	07337871422
AUTENTICAÇÃO ELETRÔNICA			
36954EEBB1C72822			





EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE RECIFE/PE

Processo: 00371193120188172001

MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S.A., previamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada por seus advogados que esta subscrevem, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **EMANOELLE GRACIANO DOS SANTOS**, em trâmite perante este Douto Juízo, vem respeitosamente, à presença de V. Exa., requerer que seja determinada a juntada da **FICHA DE COMPENSAÇÃO E RECIBO DE PAGAMENTO** em anexo, com fito de **comprovar o pagamento dos honorários do perito nomeado pelo Juízo**.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

RECIFE, 13 de junho de 2019.

JOÃO BARBOSA
OAB/PE 4246

ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELO JUNIOR
30225 - OAB/PE





JUNTADA DE LIQUIDAÇÃO EM PAGAMENTO





[Home](#) | [Cálculos](#) | [Séries históricas](#) | [Câmbio/Moedas](#) | [Data/hora](#) | [Conversores](#) | [Artigos](#) | [Institucional](#) |

Cálculos Financeiros

Atualização monetária

Cálculos de juros
Planilha de débitos
Planilha de reajuste de aluguéis e valores
Planilha comparativa de reajustes

Cálculos Judiciais

Planilha de débitos judiciais
Planilha de desapropriações

Financiamento

Série de pagamentos
Planilha-Sistemas PRICE e SAC
Habitacional CEF (Price/SAC/SACRE)

Cálculo de atualização monetária

[Voltar](#) [Versão para Impressão](#)

Dados básicos informados para cálculo	
Descrição do cálculo	
Valor Nominal	R\$ 675,00
Indexador e metodologia de cálculo	ENCOGE (XI ENCONTRO) - Calculado pelo critério mês cheio.
Período da correção	Agosto/2017 a Junho/2019
Taxa de juros (%)	1 % a.m. simples
Período dos juros	30/1/2019 a 5/7/2019
Honorários (%)	10 %

Dados calculados		
Fator de correção do período	669 dias	1,067673
Percentual correspondente	669 dias	6,767317 %
Valor corrigido para 1/6/2019	(=)	R\$ 720,68
Juros(156 dias-6,00000%)	(+)	R\$ 43,24
Sub Total	(=)	R\$ 763,92
Honorários (10%)	(+)	R\$ 76,39
Valor total	(=)	R\$ 840,31

Publicidade

[Quem somos](#) [Contato](#) [Termos de Uso](#)

Nossos serviços são públicos e gratuitos.


Esclarecemos que nossos recursos se destinam a auxiliar o usuário na elaboração dos diversos cálculos aqui disponibilizados, que não devem prescindir de um profissional capacitado.

Apesar dos cuidados na coleta e manuseio, o DrCalc.net não se responsabiliza pelas informações e cálculos aqui disponibilizados, eximindo-se de quaisquer perdas, danos (direitos, indiretos ou incidentais), custos e lucros cessantes.

DrCalc.net / DrCalc.net.br - Todos os direitos reservados




RECIBO DO SACADO

		104-0	10498.39291 94000.100043 11340.817664 7 79620000084031	
Cedente / Beneficiário CAIXA ECONÔMICA FEDERAL			CPF/CNPJ do Beneficiário 00.360.305/0001-04	Agência / Código do Cedente 2717 / 839299
Nº do documento 040271701611906273	Nosso Número 14000000113408176-9	Vencimento 26/07/2019	Valor do Documento 840,31	
Instruções (Texto de Responsabilidade do Cedente): TRIBUNAL: TJ PERNAMBUCO COMARCA: RECIFE VARA: RECIFE - 02A VARA CIVEL PROCESSO: 00371193120188172001 N° GUIA: 1 JURISDICIONADOS: EMANOELLE GRACIANO DOS SANTOS / SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGU CONTA: 2717 040 01745377 - 4 PARA ENVIAR TED JUDICIAL, UTILIZAR O ID: 040271701611906273 OBS:				(-) Desconto (-) Outras Deduções/Abatimentos (+) Mora/Multa/Juros (+) Outros Acréscimos (=) Valor Cobrado
Sacado: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGU				CPF/CNPJ: 09.248.608/0001-04 UF: CEP:
Sacador/Avalista:				CPF/CNPJ:

SAC CAIXA: 0800 726 0101 (informações, reclamações, sugestões e elogios)

Para pessoas com deficiência auditiva ou de fala: 0800 726 2492

Ouvidoria: 0800 725 7474 (reclamações não solucionadas e denúncias)

		104-0	10498.39291 94000.100043 11340.817664 7 79620000084031	
Local de pagamento PREFERENCIALMENTE NA REDE LOTERICA OU NAS AGENCIAS DA CAIXA				Vencimento 26/07/2019
Beneficiário CAIXA ECONÔMICA FEDERAL			CPF/CNPJ do Beneficiário 00.360.305/0001-04	Agência / Código do Cedente 2717 / 839299
Data do documento 27/06/2019	Nº do documento 040271701611906273	Espécie de docto. DJ	Aceite S	Data do processamento 27/06/2019
Uso do Banco	Carteira CR	Moeda R\$	Quantidade	Nosso Número 14000000113408176-9
				(=) Valor do Documento 840,31
Instruções (Texto de Responsabilidade do Cedente): TRIBUNAL: TJ PERNAMBUCO COMARCA: RECIFE VARA: RECIFE - 02A VARA CIVEL PROCESSO: 00371193120188172001 N° GUIA: 1 JURISDICIONADOS: EMANOELLE GRACIANO DOS SANTOS / SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGU CONTA: 2717 040 01745377 - 4 PARA ENVIAR TED JUDICIAL, UTILIZAR O ID: 040271701611906273 OBS:				(-) Desconto (-) Outras Deduções/Abatimentos (+) Mora/Multa/Juros (+) Outros Acréscimos (=) Valor Cobrado
Sacado: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGU				CPF/CNPJ: 09.248.608/0001-04 UF: CEP:
Sacador/Avalista:				CPF/CNPJ:

Autenticação - Ficha de Compensação



			Nº DA CONTA JUDICIAL	
			0	
Nº DA PARCELA		DATA DO DEPÓSITO	AGÊNCIA (PREF / DV)	TIPO DE JUSTIÇA
		12/07/2019	0	ESTADUAL
DATA DA GUIA	Nº DA GUIA	Nº DO PROCESSO		
12/07/2019	2564840	00371193120188172001		
UF/COMARCA		ORGÃO/VARA	DEPOSITANTE	VALOR DO DEPÓSITO (R\$)
PE		Vara Cível	RÉU	840,31
NOME DO RÉU/IMPETRADO			TIPO DE PESSOA	CPF / CNPJ
SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A			Jurídica	09248608000104
NOME DO AUTOR / IMPETRANTE			TIPO DE PESSOA	CPF / CNPJ
EMANOELLE GRACIANO DOS SANTOS			FÍSICA	07337871422
AUTENTICAÇÃO ELETRÔNICA				
AC73B820D32FAE8				





EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE RECIFE/PE

Processo: 00371193120188172001

MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S.A, previamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada por seus advogados que esta subscrevem, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **EMANOELLE GRACIANO DOS SANTOS**, em trâmite perante este Douto Juízo, vem respeitosamente, à presença de V. Exa., **requerer a juntada do Comprovante de Pagamento da liquidação**.

Assim, pugna a ré pela intimação da parte autora nos termos do art. 526, §1º, NCPC, havendo extinção com a concordância expressa ou em sendo ultrapassado o prazo de 05 dias sem manifestação, deverá ser extinta a execução nos termos do art. 526, §3º c/c 924, II, NCPC.

Ademais, nos termos do Provimento 68/2018 do CNJ, desde logo a requerida expressa que não se opõe ao levantamento dos valores depositados, suficientes para a satisfação total do crédito devido por força da condenação havida nos presentes autos.

Por fim, que seja observado exclusivamente o nome do advogado RAFAELLA BARBOSA PESSOA DE MELO 25393-D/PE, para efeito de intimações futuras, sob pena de nulidade das mesmas.

Termos em que,

Pede Juntada.

RECIFE, 17 de julho de 2019.

João Barbosa
OAB/PE 4246

ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELO JUNIOR
30225 - OAB/PE





Tribunal de Justiça de Pernambuco
Poder Judiciário

DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

Seção B da 2ª Vara Cível da Capital
Processo nº 0037119-31.2018.8.17.2001
AUTOR: EMANOELLE GRACIANO DOS SANTOS

RÉU: MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A, SEGURADORA LIDER DOS CONSÓCIOS DE SEGURO DPVAT

INTIMAÇÃO DE SENTENÇA

Por ordem do(a) Exmo(a). Dr(a). Juiz(a) de Direito do Seção B da 2ª Vara Cível da Capital, fica(m) a(s) parte(s) intimada(s) do inteiro teor da Sentença de ID 46032572, conforme segue transcrito abaixo:

" SENTENÇA Vistos, etc... EMANOELLE GRACIANO DOS SANTOS, parte legitimamente habilitada, propôs a presente Ação de Cobrança Securitária - DPVAT, em face de MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A e SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓCIOS DE SEGURO DPVAT, todos qualificados, alegando, em síntese que em 26.09.2018 sofreu acidente automobilístico, que lhe causou debilidade permanente no membro superior esquerdo. Afirma ter recebido a quantia de R\$ 1.687,50 (mil seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos) a título de pagamento administrativo em decorrência da aplicação de percentuais previstos na lei do Seguro DPVAT. Alega, todavia, que diante da debilidade adquirida, faria jus ao recebimento a maior, de acordo com o art. 3º, II, da Lei nº 6.194/74. Assim, pede a condenação das rés ao pagamento da complementação, a fim de integrar o valor indenizatório devido. Acostou documentação e procuração. Requereu a gratuidade da justiça. Devidamente citadas, a demandada, em petição conjunta, apresentaram resposta sob a forma de contestação (ID 41555517), na qual afirmaram restar ausente nexo de causalidade entre a invalidez do autor e o suposto acidente noticiado. Alegaram que a parte autora não apresentou qualquer documento conclusivo no que tange ao direito de receber a íntegra do teto indenizatório, uma vez que não trouxe aos autos laudo do IML que atenda ao disposto no art. 5º, §5º, da Lei 6.194/74, documento imprescindível para que se estabeleça o grau de limitação do membro afetado. No mais, teceram considerações acerca da ausência de documento imprescindível ao exame da questão bem assim a respeito da impossibilidade de condenação do pagamento pretendido. Por fim, afirmaram que a correção monetária seria a partir do ajuizamento da ação e os juros moratórios a partir da citação. Pugnaram pela total improcedência do pedido formulado. Audiência de conciliação ocorrida em 03.04.2019 (ID 43562529 – pág 1), na qual restou inexitosa a tentativa de composição, haja vista a parte demandada não ter apresentado proposta de acordo. Na citada audiência, foi a parte autora submetida a exame médico, conforme Laudo de Verificação e Quantificação de Lesões Permanentes, firmado pelo médico Dr. Rodrigo Castro (CRM-PE 14.616). Ainda em audiência ambas as partes se manifestaram a respeito do laudo. Autos conclusos. DECIDO. De início, a teor do artigo 98 do Código de Processo Civil, defiro os benefícios da Justiça gratuita. No enfrentamento meritório, vale destacar que a Lei nº 6.194/74, ao dispor sobre seguro obrigatório de danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não, teve como finalidade precípua instituir o Seguro Obrigatório com o objetivo de ofertar segurança às vítimas. O seguro DPVAT é obrigatório independentemente de eventual apuração de culpa, imposto a todos os que possuem veículos automotores de vias terrestres. No que diz respeito a quantia a ser paga em decorrência do sinistro, segundo a sistemática atual, diferentemente do alegado pela parte autora, esta varia em



conformidade com a lesão sofrida pela vítima. É que o inciso II, § 1º, do artigo 3º, da Lei 6.194/74 fixa tais valores, em função do dano corporal efetivamente comprovado, devendo as lesões serem enquadradas na tabela anexa para a devida indenização. O laudo acostado aos autos quando da audiência (ID 43562529 – pág 2 e 3), o qual supre a ausência de laudo emitido pelo Instituto de Medicina Legal, e não impugnado por qualquer das partes, demonstra, no essencial, que do sinistro resultou “debilidade permanente parcial incompleta no membro superior esquerdo no percentual de 25% (vinte e cinco por cento)”. Assim, presume-se através do Boletim de Ocorrência (ID 33838501 – pág. 7 e 8, ID 33838510 e ID 33838515 – pág 1 e 2), das Fichas de Atendimento Hospitalar (ID 33838515 – pág 3 a 7, ID 33838522 e ID 33838532) e do Laudo de Verificação e Quantificação (ID 43562529 – pág 2 e 3) a existência de nexo de causalidade entre as lesões apresentadas pela autora e o sinistro em comento. Ademais, ressalte-se que a própria ré reconheceu que as lesões apresentadas são decorrentes do sinistro sofrido pela autora, pois efetuou o pagamento administrativo, conforme demonstra tela inserta na contestação (ID 41555517 - pag. 4), corroborando o doc. de ID 33838501 - pág. 6. Apesar de as demandadas haverem questionado a existência de nexo de causalidade, observo que tanto a ficha de atendimento quanto o Boletim de Ocorrência são uníssonos ao afirmarem que a fratura sofrida pela autora decorreu de acidente causado por veículo automotor não havendo divergências quanto a dinâmica do acidente. Ademais, não caberia aos relatórios médicos indicarem se a autora ficou acometida de alguma debilidade permanente (quantificando o grau da lesão) em razão do acidente automobilístico; dita comprovação é de responsabilidade do perito. Ressalto que o próprio médico da demandada, em perícia administrativa (vide contestação de ID 41555517), atestou que a autora apresentava sequelas permanentes consistentes na limitação dos movimentos do ombro esquerdo, o que corrobora em parte a perícia elaborada em juízo. Deste modo, inexistindo provas robustas nos autos em sentido contrário, é de se reconhecer a existência de nexo entre o acidente e a debilidade adquirida pela autora. Destarte, deve ser aplicada a Lei 6.194/74 vigente à época da ocorrência do sinistro, a qual havia sido alterada pela Lei nº 11.945/2009, cujo anexo prevê os percentuais de indenização decorrente de invalidez a serem pagos, cujo montante, à hipótese vertente, deve corresponder a importância de R\$ 2.362,50 (dois mil trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos), uma vez tratar-se de invalidez parcial incompleta decorrente da redução leve do movimento do membro superior esquerdo. Assim, tendo o autor recebido administrativamente a importância de R\$ 1.687,50 (mil seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos), a título de seguro, faz jus ao recebimento da complementação da importância de R\$ 675,00 (seiscentos e setenta e cinco centavos). Quanto a incidência dos juros de mora, entendo que estes devem ser calculados a partir da data em que a seguradora foi constituída em mora, ou seja, a partir da citação (Súmula 426 do STJ), enquanto que a correção monetária deve obedecer o atual entendimento do STJ esposado na Súmula de nº 580, a qual prevê que “a correção monetária nas indenizações do seguro DPVAT por morte ou invalidez, prevista no § 7º do art. 5º da Lei nº 6.194/1974, redação dada pela Lei nº 11.482/2007, incide desde a data do evento danoso”. Por todas estas considerações, JULGO PROCEDENTE EM PARTE o pedido formulado pela parte autora, para condenar as rés, solidariamente, a pagarem à autora o valor de R\$ 675,00 (seiscentos e setenta e cinco centavos), sem prejuízo de atualização monetária pela tabela/ENCOGE a partir do evento danoso. Os juros de mora no percentual de 1% ao mês serão lançados a partir da citação. Considerando a ocorrência de sucumbência recíproca (art. 85, §14, do CPC), as partes repartirão igualmente as custas processuais e honorários advocatícios, estes fixados em 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação, devidamente atualizado. Todavia, tendo em vista que a autora é beneficiária da justiça gratuita, ditas verbas sucumbenciais restarão, em relação a este, suspensas, consoante dispõe o art. 98, §3º do Código de Processo Civil. Por fim, intime-se o demandado para, no prazo de 05 (cinco) dias, complementar o valor dos honorários periciais, atendendo, assim, ao disposto no despacho de ID 41141405, sob pena de bloqueio das contas de sua titularidade através do sistema BacenJud. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Recife, 31 de maio de 2019. JULIO CEZAR SANTOS DA SILVA Juiz de Direito "

RECIFE, 24 de julho de 2019.

CAMILLA RODRIGUES MARQUES CARNEIRO
Diretoria Cível do 1º Grau



EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA
CAPITAL – PERNAMBUCO. SEÇÃO A

EMANOELLE GRACIANO DOS SANTOS, já devidamente qualificado nos autos da
AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT, em face da **SEGURADORA LIDER
DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**, vem por meio de seus advogados
ao final assinados, conforme valor de acordo devidamente depositado, requerer a
expedição de **ALVARÁS JUDICIAIS DE PAGAMENTOS, sendo o primeiro em seu
nome, no valor de R\$763,92 e o segundo em nome da, o Drª ANA CRISTINA
ALEIXO PEREIRA SANTOS, OAB/PE 28697 D, no valor de R\$ 76,39 os quais se
referem aos Honorários de Sucumbência, ambos com suas devidas correções
monetárias.**

Pede deferimento,

Recife, 24 de JuLho de 2019.

ANA CRISTINA ALEIXO PEREIRA SANTOS

OAB/PE 28697





Tribunal de Justiça de Pernambuco
Poder Judiciário
Seção B da 2ª Vara Cível da Capital

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA, RECIFE
- PE - CEP: 50080-800 - F:(81) 31810350

Processo nº **0037119-31.2018.8.17.2001**

AUTOR: EMANOELLE GRACIANO DOS SANTOS

RÉU: MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A, SEGURADORA LIDER DOS CONSÓCIOS DE SEGURO DPVAT

DECISÃO

Defiro o pedido de ID 48273704.

Expeçam-se os alvarás em favor da parte autora e de sua advogada, nos moldes requeridos, com os devidos acréscimos legais.

Além disso, expeça-se o alvará em favor do perito para liberação de seus honorários (depósito de ID 46774051), com os devidos acréscimos legais.

Em seguida, arquivem-se os autos em definitivo.

Intimem-se. Cumpra-se.

RECIFE, 26 de julho de 2019.

ROGÉRIO LINS E SILVA

Juiz de Direito





Tribunal de Justiça de Pernambuco
Poder Judiciário

DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

Seção B da 2ª Vara Cível da Capital
Processo nº 0037119-31.2018.8.17.2001
AUTOR: EMANOELLE GRACIANO DOS SANTOS

RÉU: MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A, SEGURADORA LIDER DOS CONSÓCIOS DE SEGURO DPVAT

INTIMAÇÃO DE DECISÃO

Por ordem do(a) Exmo(a). Dr(a). Juiz(a) de Direito do Seção B da 2ª Vara Cível da Capital, fica(m) a(s) parte(s) intimada(s) do inteiro teor da Decisão de ID 48389082, conforme segue transcrito abaixo:

" DECISÃO Defiro o pedido de ID 48273704. Expeçam-se os alvarás em favor da parte autora e de sua advogada, nos moldes requeridos, com os devidos acréscimos legais. Além disso, expeça-se o alvará em favor do perito para liberação de seus honorários (depósito de ID 46774051), com os devidos acréscimos legais. Em seguida, arquivem-se os autos em definitivo. Intimem-se. Cumpra-se. RECIFE, 26 de julho de 2019. ROGÉRIO LINS E SILVA Juiz de Direito "

RECIFE, 12 de agosto de 2019.

CAMILLA RODRIGUES MARQUES CARNEIRO
Diretoria Cível do 1º Grau





Tribunal de Justiça de Pernambuco
Poder Judiciário

DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

Seção B da 2ª Vara Cível da Capital
Processo nº 0037119-31.2018.8.17.2001
AUTOR: EMANOELLE GRACIANO DOS SANTOS

RÉU: MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A, SEGURADORA LIDER DOS CONSÓCIOS DE SEGURO DPVAT

CERTIDÃO

Certifico, para os devidos fins de direito, que, apesar de o despacho de ID 41141405 determinar os honorários periciais no valor de R\$ 300,00 (trezentos reais), a parte ré apresentou comprovantes de depósitos judiciais no valor de R\$ 400,00 (quatrocentos reais), conforme ID 44414496 e ID 46774051. O certificado é verdade. Dou fé.

RECIFE, 12 de agosto de 2019.

CAMILLA RODRIGUES MARQUES CARNEIRO
Diretoria Cível do 1º Grau





Tribunal de Justiça de Pernambuco
Poder Judiciário

DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

Seção B da 2ª Vara Cível da Capital
Processo nº 0037119-31.2018.8.17.2001
AUTOR: EMANOELLE GRACIANO DOS SANTOS

RÉU: MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A, SEGURADORA LIDER DOS CONSÓCIOS DE SEGURO DPVAT

CERTIDÃO

Certifico, para os devidos fins de direito, que torno a certidão de ID 49149001 sem efeito, em razão de equívoco, tendo em vista que os documentos de ID 44414496 e ID 46774051 tratam-se do mesmo comprovante de depósito judicial dos honorários periciais, não tendo o demandado cumprido a determinação da sentença para complementar o valor dos honorários periciais. O certificado é verdade. Dou fé.

RECIFE, 12 de agosto de 2019.

CAMILLA RODRIGUES MARQUES CARNEIRO
Diretoria Cível do 1º Grau





Tribunal de Justiça de Pernambuco
Poder Judiciário

DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

Seção B da 2ª Vara Cível da Capital
Processo nº 0037119-31.2018.8.17.2001
AUTOR: EMANOELLE GRACIANO DOS SANTOS

RÉU: MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A, SEGURADORA LIDER DOS CONSÓCIOS DE SEGURO DPVAT

ALVARÁ PARA LEVANTAMENTO DE VALORES

O(A) Exmo.(a) Dr.(a) Juiz(a) de Direito da Seção B da 2ª Vara Cível da Capital **AUTORIZA**, por meio do presente Alvará, o **LEVANTAMENTO**, pelo(a)(s) beneficiário(a)(s), do(s) valor(es) autorizado(s), como descrito abaixo:

BENEFICIÁRIO (001): EMANOELLE GRACIANO DOS SANTOS - CPF: 073.378.714-22

VALOR AUTORIZADO: R\$ 763,92 (setecentos e sessenta e três reais e noventa e dois centavos), com juros e correção monetária porventura existentes.

DADOS DO DEPÓSITO: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL AGÊNCIA 2717 - OPERAÇÃO 040 - CONTA 01745377-4

BENEFICIÁRIO (002): ANA CRISTINA ALEIXO PEREIRA SANTOS - OAB PE28697

VALOR AUTORIZADO: R\$ 76,39 (setenta e seis reais e trinta e nove centavos), com juros e correção monetária porventura existentes.

DADOS DO DEPÓSITO: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL AGÊNCIA 2717 - OPERAÇÃO 040 - CONTA 01745377-4

Tudo conforme **DECISÃO** de **ID 48389082** dos autos do Processo Judicial Eletrônico - PJe, acima epigrafado:

"Expeçam-se os alvarás em favor da parte autora e de sua advogada, nos moldes requeridos, com os devidos acréscimos legais."

OBSERVAÇÃO: Este alvará deverá ser levantado junto à **CAIXA - agência 1294 - Teatro Marrocos/PE, localizada na Praça da República, 233 - Bairro Santo Antônio - Recife - PE. Horário de atendimento: 10h às 16h.**

Eu, CAMILLA RODRIGUES MARQUES CARNEIRO, digitei e submeto à conferência e assinaturas o presente alvará com o número de identificação constante no rodapé.

RECIFE, 12 de agosto de 2019.

ROGÉRIO LINS E SILVA



DANIELLE LUCENA ARAÚJO MANZELLA
Diretoria Cível do 1º Grau
(assinado eletronicamente)

Juiz de Direito
(assinado eletronicamente)

A validade da assinatura deste documento poderá ser confirmada na página do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco: www.tjepe.jus.br – PJe-Processo Judicial Eletrônico – Consulta Documento [<https://pje.tjepe.jus.br/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>], utilizando o número do documento (código de barras) abaixo identificado.





Tribunal de Justiça de Pernambuco
Poder Judiciário

DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

Seção B da 2ª Vara Cível da Capital
Processo nº 0037119-31.2018.8.17.2001
AUTOR: EMANOELLE GRACIANO DOS SANTOS

RÉU: MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A, SEGURADORA LIDER DOS CONSÓCIOS DE SEGURO DPVAT

ATO ORDINATÓRIO - INTIMAÇÃO PARA LEVANTAMENTO DE ALVARÁ

Em cumprimento ao disposto no Provimento n.º 08/2009 do Conselho da Magistratura do Tribunal de Justiça de Pernambuco, publicado no DOPJ de 09/06/2009, e nos termos do art. 162, § 4º do CPC, intimo a parte autora para informar que o(s) Alvará(s) de ID(s) 49149020, encontra(m)-se disponível(eis) para impressão no próprio PJe e podem ser levantados diretamente na Instituição Financeira indicada no documento, apenas com a assinatura eletrônica do Magistrado indicada no documento.

RECIFE, 19 de agosto de 2019.

CAMILLA RODRIGUES MARQUES CARNEIRO
Diretoria Cível do 1º Grau





Tribunal de Justiça de Pernambuco
Poder Judiciário

DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

Seção B da 2ª Vara Cível da Capital
Processo nº 0037119-31.2018.8.17.2001
AUTOR: EMANOELLE GRACIANO DOS SANTOS

RÉU: MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A, SEGURADORA LIDER DOS CONSÓCIOS DE SEGURO DPVAT

CERTIDÃO

Certifico, para os devidos fins de direito, que faço os autos conclusos, em razão da Certidão de ID 49150641. O certificado é verdade. Dou fé.

RECIFE, 19 de agosto de 2019.

CAMILLA RODRIGUES MARQUES CARNEIRO
Diretoria Cível do 1º Grau





Tribunal de Justiça de Pernambuco
Poder Judiciário
Seção B da 2ª Vara Cível da Capital

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA, RECIFE
- PE - CEP: 50080-800 - F:(81) 31810350

Processo nº **0037119-31.2018.8.17.2001**

AUTOR: EMANOELLE GRACIANO DOS SANTOS

RÉU: MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A, SEGURADORA LIDER DOS CONSÓCIOS DE SEGURO DPVAT

DECISÃO

Considerando que o demandado não efetuou a complementação do valor dos honorários periciais, conforme determinado na sentença de ID 46032572, determino que se proceda com o bloqueio das contas de titularidade da parte devedora, através do sistema *on line* (BacenJud) no valor atualizado de R\$ 100,00 (cem reais), e, em seguida, proceda-se com a transferência do montante indisponível para conta vinculada a este processo a ser aberta na agência 2717 da Caixa Econômica Federal, conforme se depreende do art. 854, §5º do CPC, desbloqueando a quantia acaso excedente.

Ato contínuo, expeça-se alvará em favor do perito judicial para levantamento dos honorários periciais fixados em R\$ 300,00 (trezentos reais), com os devidos acréscimos legais.

Em seguida, proceda-se com o arquivamento dos presentes autos.


Recife, 30 de agosto de 2019.




ROGÉRIO LINS E SILVA

Juiz de Direito



	BacenJud 2.0 - Sistema de Atendimento ao Poder Judiciário	EJUCB.BARREIROS sexta-feira, 30/08/2019
Minutas	Protocolamento	Ordens judiciais
Respostas	Contatos de I. Financeira	Relatórios Gerenciais
	Ajuda	Sair
	Varas e Juízos	Seções Judiciárias
	Tipo de Justiça	Não

Recibo de Protocolamento de Bloqueio de Valores

 Clique aqui para obter ajuda na configuração da impressão, e clique aqui para imprimir.		
Dados do bloqueio		
Situação da Solicitação:	Ordem Judicial ainda não disponibilizada para as Instituições Financeiras As ordens judiciais protocoladas até às 19h00min dos dias úteis serão consolidadas, transformadas em arquivos de remessa e disponibilizadas simultaneamente para todas as Instituições Financeiras até às 23h00min do mesmo dia. As ordens judiciais protocoladas após às 19h00min ou em dias não úteis serão tratadas e disponibilizadas às Instituições Financeiras no arquivo de remessa do dia útil imediatamente posterior.	
Número do Protocolo:	20190009079859	
Data/Horário de protocolamento:	30/08/2019 13h09	
Número do Processo:	0037119-31.2018.8.17.2001	
Tribunal:	TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DE PERNAMBUCO	
Vara/Juízo:	6985 - 2ªVara Cível da Capital	
Juiz Solicitante do Bloqueio:	Rogerio Lins e Silva	
Tipo/Natureza da Ação:	Ação Cível	
CPF/CNPJ do Autor/Exeqüente da Ação:		
Nome do Autor/Exeqüente da Ação:	Rodrigo Castro Medeiros	
Deseja bloquear conta-salário?	Não	
Relação dos Réus/Executados		
Réu/Executado	Valor a Bloquear	Contas e Aplicações Financeiras Atingidas
09.248.608/0001-04 : SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.	100,00	ITAÚ UNIBANCO S.A. /Agência 0477 /Conta 788558

[Voltar para a tela inicial do sistema](#)





Tribunal de Justiça de Pernambuco
Poder Judiciário

DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

Seção B da 2ª Vara Cível da Capital
Processo nº 0037119-31.2018.8.17.2001
AUTOR: EMANOELLE GRACIANO DOS SANTOS

RÉU: MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A, SEGURADORA LIDER DOS CONSÓCIOS DE SEGURO DPVAT

INTIMAÇÃO DE DECISÃO

Por ordem do(a) Exmo(a). Dr(a). Juiz(a) de Direito do Seção B da 2ª Vara Cível da Capital, fica(m) a(s) parte(s) intimada(s) do inteiro teor da Decisão de ID 50083379, conforme segue transcrito abaixo:

" DECISÃO Considerando que o demandado não efetuou a complementação do valor dos honorários periciais, conforme determinado na sentença de ID 46032572, determino que se proceda com o bloqueio das contas de titularidade da parte devedora, através do sistema on line (BacenJud) no valor atualizado de R\$ 100,00 (cem reais), e, em seguida, proceda-se com a transferência do montante indisponível para conta vinculada a este processo a ser aberta na agência 2717 da Caixa Econômica Federal, conforme se depreende do art. 854, §5º do CPC, desbloqueando a quantia acaso excedente. Ato contínuo, expeça-se alvará em favor do perito judicial para levantamento dos honorários periciais fixados em R\$ 300,00 (trezentos reais), com os devidos acréscimos legais. Em seguida, proceda-se com o arquivamento dos presentes autos. Recife, 30 de agosto de 2019. ROGÉRIO LINS E SILVA Juiz de Direito "

RECIFE, 3 de setembro de 2019.

CAMILLA RODRIGUES MARQUES CARNEIRO
Diretoria Cível do 1º Grau



PETIÇÃO INTERLOCUTÓRIA





EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE RECIFE/PE

Processo: 00371193120188172001

MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S.A, previamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada por seus advogados que esta subscrevem, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **EMANOELLE GRACIANO DOS SANTOS**, em trâmite perante este Douto Juízo, vem respeitosamente, à presença de V. Exa., requerer o que segue:

Inicialmente, cumpre esclarecer que houve bloqueio *on line* nas contas bancárias nas contas do Réu, no montante de R\$ 100,00 (cem reais).

Desta forma, vem o réu requerer que V. Exa., a expedição comprovante de desbloqueio da conta supracitada, **através da tela do Bacenjud 2.0, discriminando “ordem de bloqueio e desbloqueio - cumprida integralmente”, COM ID DE TRANSFERÊNCIA INFORMANDO PARA QUAL INSTITUIÇÃO FINANCEIRA FOI TRANSFERIDO O VALOR BLOQUEADO.** Não restando indagações quanto ao perfeito cumprimento da obrigação.

Outrossim, vem o réu requer a V. Exa., emita **decisão e determine a serventia cartorária certificar o DESBLOQUEIO DAS CONTAS DA SEGURADORA RÉ, BEM COMO A JUNTADA DAS TELAS BACENJUD 2.0 AOS AUTOS,** com expedição de ofício ao Banco Central, propiciando assim, ao patrono do réu **demonstrar ao cliente a inexistência de bloqueio on line referente a qualquer que seja suas contas financeiras.**

Termos em que,
Pede Deferimento.

RECIFE, 25 de setembro de 2019.

JOÃO BARBOSA
OAB/PE 4246

ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELO JUNIOR
OAB/PE 30225





Tribunal de Justiça de Pernambuco
Poder Judiciário
Seção B da 2ª Vara Cível da Capital

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA, RECIFE
- PE - CEP: 50080-800 - F:(81) 31810350

Processo nº **0037119-31.2018.8.17.2001**

AUTOR: EMANOELLE GRACIANO DOS SANTOS

RÉU: MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A, SEGURADORA LIDER DOS CONSÓCIOS DE SEGURO DPVAT

DESPACHO

Indefiro o pedido formulado pela demandada Mapfre Vera Cruz Seguradora S/A no ID 51433286.

Compulsando os autos, verifico que as demandadas foram regularmente intimadas, através do despacho de ID 41141405, para complementarem os honorários periciais para a importância de R\$ 300,00 (trezentos reais).

De igual modo, na sentença de ID 4602572, foram os demandados intimados, mais uma vez, para complementarem o valor dos honorários periciais, porquanto constava nos autos tão somente a importância de R\$ 200,00 referente aos honorários do perito.

Frise-se, inclusive, que as guias de pagamento de ID 44414505 e ID 46774052 possuem o mesmo número, o que demonstra que os demandados apenas colacionaram em duplicidade o documento aos autos e não que depositaram o valor de R\$ 400,00 (quatrocentos reais) a título de honorários periciais. Logo, não há como subsistir o pedido de desbloqueio da importância determinada por ordem da decisão de ID 50083379.

Em razão dos argumentos acima expostos, proceda-se com a transferência da importância do montante indisponível para conta vinculada a este processo a ser aberta na agência 2717 da Caixa Econômica Federal, conforme se depreende do art. 854, §5º do CPC,



desbloqueando a quantia acaso excedente; e, em seguida, expeça-se alvará em favor do perito judicial para levantamento dos honorários periciais fixados em R\$ 300,00 (trezentos reais), com os devidos acréscimos legais, tal como determinado no despacho de ID 50083379.

Uma vez expedido o alvará em favor do perito, proceda-se com o arquivamento definitivo dos presentes autos.


Cumpra-se. Intime-se.

Recife, 11 de outubro de 2019.


ROGÉRIO LINS E SILVA

Juiz de Direito



	BacenJud 2.0 - Sistema de Atendimento ao Poder Judiciário						EJUCB.BARREIROS sexta-feira, 11/10/2019
Minutas	Protocolamento	Ordens judiciais	Delegações	Varas e Juízos	Seções Judiciárias	Tipo de Justiça	Não Respostas
Contatos de I. Financeira	Relatórios Gerenciais	Ajuda	Sair				

Recibo de Protocolamento de Ordens Judiciais de Transferências, Desbloqueios e/ou Reiteraões para Bloqueio de Valores

 Clique aqui para obter ajuda na configuração da impressão, e clique aqui para imprimir.	
Dados do bloqueio	
Número do Protocolo:	20190009079859
Número do Processo:	0037119-31.2018.8.17.2001
Tribunal:	TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Vara/Juízo:	6985 - 2ª Vara Cível da Capital
Juiz Solicitante do Bloqueio:	Rogério Lins e Silva
Tipo/Natureza da Ação:	Ação Cível
CPF/CNPJ do Autor/Exeqüente da Ação:	
Nome do Autor/Exeqüente da Ação:	Rodrigo Castro Medeiros
Deseja bloquear conta-salário?	Não

Relação de réus/executados	
<ul style="list-style-type: none"> Para exibir os detalhes de todos os réus/executados clique aqui. Para ocultar os detalhes de todos os réus/executados clique aqui. 	

-	09.248.608/0001-04 - SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. [Total bloqueado (bloqueio original e reiterações):R\$R\$ 100,00] [Quantidade atual de não respostas: 0]						
Respostas							
ITAÚ UNIBANCO S.A. / 0477/ 788558							
Data/Hora Protocolo	Tipo de Ordem	Juiz Solicitante	Valor (R\$)	Resultado (R\$)	Saldo Bloqueado Remanescente (R\$)	Data/Hora Cumprimento	
30/08/2019 13:09	Bloq. Valor	Rogério Lins e Silva	100,00	(12) Cumprida integralmente, afetando depósito a prazo. 100,00	100,00	02/09/2019 20:33	
11/10/2019 15:09:46	Transf. Valor ID:072019000014809800 Instituição:CAIXA ECONOMICA FEDERAL Agência:2717 Tipo cred. jud:Geral	Rogério Lins e Silva	100,00	Não enviada	-	-	
Não Respostas							
Não há não-resposta para este réu/executado							

Voltar para a tela inicial do sistema





Tribunal de Justiça de Pernambuco
Poder Judiciário

DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

Seção B da 2ª Vara Cível da Capital
Processo nº 0037119-31.2018.8.17.2001
AUTOR: EMANOELLE GRACIANO DOS SANTOS

RÉU: MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A, SEGURADORA LIDER DOS CONSÓCIOS DE SEGURO DPVAT

INTIMAÇÃO DE DESPACHO

Por ordem do(a) Exmo(a). Dr(a). Juiz(a) de Direito do Seção B da 2ª Vara Cível da Capital, fica(m) a(s) parte(s) intimada(s) do inteiro teor do Despacho de ID 52271285, conforme segue transcrito abaixo:

" DESPACHO Indefiro o pedido formulado pela demandada Mapfre Vera Cruz Seguradora S/A no ID 51433286. Compulsando os autos, verifico que as demandadas foram regularmente intimadas, através do despacho de ID 41141405, para complementarem os honorários periciais para a importância de R\$ 300,00 (trezentos reais). De igual modo, na sentença de ID 4602572, foram os demandados intimados, mais uma vez, para complementarem o valor dos honorários periciais, porquanto constava nos autos tão somente a importância de R\$ 200,00 referente aos honorários do perito. Frise-se, inclusive, que as guias de pagamento de ID 44414505 e ID 46774052 possuem o mesmo número, o que demonstra que os demandados apenas colacionaram em duplicidade o documento aos autos e não que depositaram o valor de R\$ 400,00 (quatrocentos reais) a título de honorários periciais. Logo, não há como subsistir o pedido de desbloqueio da importância determinada por ordem da decisão de ID 50083379. Em razão dos argumentos acima expostos, proceda-se com a transferência da importância do montante indisponível para conta vinculada a este processo a ser aberta na agência 2717 da Caixa Econômica Federal, conforme se depreende do art. 854, §5º do CPC, desbloqueando a quantia acaso excedente; e, em seguida, expeça-se alvará em favor do perito judicial para levantamento dos honorários periciais fixados em R\$ 300,00 (trezentos reais), com os devidos acréscimos legais, tal como determinado no despacho de ID 50083379. Uma vez expedido o alvará em favor do perito, proceda-se com o arquivamento definitivo dos presentes autos. Cumpra-se. Intime-se. Recife, 11 de outubro de 2019. ROGÉRIO LINS E SILVA Juiz de Direito "

RECIFE, 17 de outubro de 2019.

CAMILLA RODRIGUES MARQUES CARNEIRO
Diretoria Cível do 1º Grau





Tribunal de Justiça de Pernambuco
Poder Judiciário

DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

Seção B da 2ª Vara Cível da Capital
Processo nº 0037119-31.2018.8.17.2001
AUTOR: EMANOELLE GRACIANO DOS SANTOS

RÉU: MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A, SEGURADORA LIDER DOS CONSÓCIOS DE SEGURO DPVAT

ALVARÁ PARA LEVANTAMENTO DE VALORES

O(A) Exmo.(a) Dr.(a) Juiz(a) de Direito da **Seção B da 2ª Vara Cível da Capital**, **AUTORIZA**, através do presente Alvará, o **LEVANTAMENTO**, pelo beneficiário, do valor autorizado, como descrito no quadro abaixo:

BENEFICIÁRIO (001): RODRIGO CASTRO DE MEDEIROS - CPF: 032.343.154-26
VALOR AUTORIZADO: R\$ 300,00 (trezentos reais), com juros e correção monetária porventura existentes.
DADOS DO DEPÓSITO: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL AGÊNCIA 2717 - OPERAÇÃO 040 - CONTA 01737623-0
e IDENTIFICADOR DA TRANSFERÊNCIA 072019000014809800

Tudo conforme **DESPACHO** de **ID 52271285**, dos autos do Processo Judicial Eletrônico-PJe, acima epigrafado: *"Em razão dos argumentos acima expostos, proceda-se com a transferência da importância do montante indisponível para conta vinculada a este processo a ser aberta na agência 2717 da Caixa Econômica Federal, conforme se depreende do art. 854, §5º do CPC, desbloqueando a quantia acaso excedente; e, em seguida, expeça-se alvará em favor do perito judicial para levantamento dos honorários periciais fixados em R\$ 300,00 (trezentos reais), com os devidos acréscimos legais, tal como determinado no despacho de ID 50083379."*

OBSERVAÇÃO: Este alvará deverá ser levantado junto à **CAIXA**, agência 1294 – Teatro Marrocos/PE, localizada na Praça da República, 233 – Bairro Santo Antônio, Recife – PE. Horário de atendimento: 10h às 16h.

Eu, CAMILLA RODRIGUES MARQUES CARNEIRO, digitei e submeto à conferência e assinaturas o presente alvará com o número de identificação constante no rodapé. RECIFE, 17 de outubro de 2019.

LÍGIA PATRÍCIA GOMES DA SILVA RIBEIRO
Diretoria Cível do 1º Grau
(Assinado eletronicamente)

ROGÉRIO LINS E SILVA
Juiz de Direito
(Assinado eletronicamente)



A validade da assinatura deste documento poderá ser confirmada na página do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco: www.tjpe.jus.br – PJe-Processo Judicial Eletrônico – Consulta Documento [<https://pje.tjpe.jus.br/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>], utilizando o número do documento (código de barras) abaixo identificado.



PETIÇÃO INTERLOCUTÓRIA





EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE RECIFE/PE

Processo: 00371193120188172001

MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S.A, previamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **EMANOELLE GRACIANO DOS SANTOS**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem, mui respeitosamente, à presença de V. Exa., requerer a reconsideração do despacho, pelos motivos que segue:

Inicialmente, o que busca o Réu é apenas a juntada das telas de desbloqueio e transferência, desta forma, vem o réu requerer a V. Exa., a expedição comprovante de desbloqueio da conta supracitada, através da tela do Bacenjud 2.0, discriminando "ordem de bloqueio e desbloqueio - cumprida integralmente", COM ID DE TRANSFERÊNCIA INFORMANDO PARA QUAL INSTITUIÇÃO FINANCEIRA FOI TRANSFERIDO O VALOR BLOQUEADO. Não restando indagações quanto ao perfeito cumprimento da obrigação.

Outrossim, vem o réu requer a V. Exa., emita decisão e determine a serventia cartorária certificar o DESBLOQUEIO DAS CONTAS DA SEGURADORA RÉ, BEM COMO A JUNTADA DAS TELAS BACENJUD 2.0 AOS AUTOS, com expedição de ofício ao Banco Central, propiciando assim, ao patrono do réu demonstrar ao cliente a inexistência de bloqueio on line referente a qualquer que seja suas contas financeiras.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

RECIFE, 29 de outubro de 2019.

JOÃO BARBOSA
OAB/PE 4246

ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELO JUNIOR
OAB/PE 30225





Tribunal de Justiça de Pernambuco
Poder Judiciário

DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

Seção B da 2ª Vara Cível da Capital
Processo nº 0037119-31.2018.8.17.2001
AUTOR: EMANOELLE GRACIANO DOS SANTOS

RÉU: MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A, SEGURADORA LIDER DOS CONSÓCIOS DE SEGURO DPVAT

ATO ORDINATÓRIO - INTIMAÇÃO PARA LEVANTAMENTO DE ALVARÁ

Em cumprimento ao disposto no Provimento n.º 08/2009 do Conselho da Magistratura do Tribunal de Justiça de Pernambuco, publicado no DOPJ de 09/06/2009, e nos termos do art. 162, § 4º do CPC, intimo o perito para informar que o(s) Alvará(s) de ID(s) 52532346, encontra(m)-se disponível(eis) para impressão no próprio PJe e podem ser levantados diretamente na Instituição Financeira indicada no documento, apenas com a assinatura eletrônica do Magistrado indicada no documento.

RECIFE, 30 de outubro de 2019.

CAMILLA RODRIGUES MARQUES CARNEIRO
Diretoria Cível do 1º Grau





Tribunal de Justiça de Pernambuco
Poder Judiciário
Seção B da 2ª Vara Cível da Capital

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA, RECIFE
- PE - CEP: 50080-800 - F:(81) 31810350

Processo nº **0037119-31.2018.8.17.2001**

AUTOR: EMANOELLE GRACIANO DOS SANTOS

RÉU: MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A, SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA

DESPACHO

Considerando que a demandada recolheu a menor o valor dos honorários periciais, foi realizado o bloqueio da quantia remanescente, no valor de R\$100,00 (cem reais).

Após o referido bloqueio, foi transferida e liberada a referida quantia em favor do perito judicial.

Não há qualquer outro bloqueio de conta em relação ao presente feito, assim como também não há saldo em nenhuma das contas judiciais vinculadas a este processo.

Por essa razão, e já tendo havido a quitação de todos os débitos existentes nestes autos, proceda-se com o arquivamento definitivo dos autos.

Dê-se ciência às partes. Cumpra-se.

RECIFE, 24 de janeiro de 2020.

ROGÉRIO LINS E SILVA

Juiz de Direito





Tribunal de Justiça de Pernambuco
Poder Judiciário

DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

Seção B da 2ª Vara Cível da Capital
Processo nº 0037119-31.2018.8.17.2001
AUTOR: EMANOELLE GRACIANO DOS SANTOS

RÉU: MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A, SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT
SA

INTIMAÇÃO DE DESPACHO

Por ordem do(a) Exmo(a). Dr(a). Juiz(a) de Direito do Seção B da 2ª Vara Cível da Capital, fica(m) a(s) parte(s) intimada(s) do inteiro teor do Despacho de ID 56923678, conforme segue transcrito abaixo:

"Considerando que a demandada recolheu a menor o valor dos honorários periciais, foi realizado o bloqueio da quantia remanescente, no valor de R\$100,00 (cem reais). Após o referido bloqueio, foi transferida e liberada a referida quantia em favor do perito judicial. Não há qualquer outro bloqueio de conta em relação ao presente feito, assim como também não há saldo em nenhuma das contas judiciais vinculadas a este processo. Por essa razão, e já tendo havido a quitação de todos os débitos existentes nestes autos, proceda-se com o arquivamento definitivo dos autos."

RECIFE, 3 de fevereiro de 2020.

AILTON DA SILVA BARBOSA
Diretoria Cível do 1º Grau

